

Rodrigo de Azevedo Weimer (org.)



Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses



Rodrigo de Azevedo Weimer (org.)

Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses

APERS entrevista (2021)

Porto Alegre
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
2022

© 2022 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Todos os direitos desta edição reservados ao APERS.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Weimer, Rodrigo de Azevedo (Org.)

Conversando com mais historiadoras e historiadores sul-riograndenses: coletânea do APERS Entrevista 2021 / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Organização: Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2022.

110 p.

ISBN: 978-65-87878-06-5

Disponível em: <https://apers.rs.gov.br/publicacoes>

1. História. 2. Historiografia. 3. Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. II. Título

CDU 930

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

Edição: Laiz Flores / Ascom SPGG

Sumário

Prefácio	5
Vinícius Pereira de Oliveira	7
Matheus Batalha Bom	15
Marcio Antônio Both da Silva	23
Jaqueline Hasan Brizola	35
Caiuá Cardoso Al-Alam	44
Paulo Afonso Zarth.....	55
Gláucia Giovana Lixinski de Lima Kulzer.....	66
Marcelo Santos Matheus	73
Wagner de Azevedo Pedroso	81
Thaís de Freitas Carvalho.....	88
Tiago Luís Gil.....	96
Vanderlei Machado	101

Prefácio

É imensa a satisfação com a qual o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul lança sua terceira coletânea de textos divulgados em nosso blog, por meio do APERS Entrevista. Cumprindo nossa tarefa de difusão – de acervos, documentos, conhecimentos – temos a sensação do dever cumprido. Igualmente grande é o orgulho de saber que os documentos aqui custodiados foram importantes para a construção de tantos trabalhos de qualidade por parte de talentosas/os historiadoras/es. Uma vez mais, saboreamos, em ambiente descontraído, relatos sobre historiografia de ponta, produzida por profissionais de maior ou menor experiência. Mais jovens ou com maior estrada, todos eles têm em comum a fome de saber e a habilidade com que produziram seus trabalhos.

As entrevistas, realizadas durante o ano de 2021, abarcam um grande leque de temáticas e abordagens, desde a (sempre, e cada vez mais necessária) história da escravidão e da liberdade, até as discussões sobre gênero e masculinidade (que sequer figuraram em nossa primeira edição), passando por história agrária, história do crime e da criminalidade, ou associativismo negro no pós-Abolição. Como nas edições de 2020 e 2021 (ou talvez conjuntamente a elas), temos um panorama – parcial, é verdade, já que o critério para participação é o uso das fontes custodiadas no APERS – da produção historiográfica do Rio Grande do Sul nas últimas décadas.

É nítida, talvez pela natureza do acervo, a preferência dos pesquisadores pelo oitocentos, ainda que existam neste livro entrevistas a respeito do período colonial ou do Brasil contemporâneo. Reverberando as tendências predominantes – nada recentes – no campo profissional, percebe-se uma grande presença da história que se convencionou denominar social – amplo guarda-chuva que, é forçoso admitir, comporta uma diversidade enorme de orientações teóricas e práticas metodológicas. Todavia, é possível encontrar trabalhos de história econômica ou menos presos a tais convenções, transitando entre esta e aquela.

As entrevistas de Jaqueline Brizola e Gláucia Kulzer tocam em tema sensível e de imprescindível discussão. A história da saúde e das práticas de cura revela-se premente quando estamos, ainda, afundados como país e como Humanidade em

uma pandemia infelizmente muito mais duradoura do que poderíamos imaginar. A descoberta, por meio da História, de que nada dura para sempre – até pandemias e governos negacionistas –, por outro lado, nos convoca ao exercício da esperança. *Todo cambia*, diz a canção de Mercedes Sosa.

As entrevistas foram respondidas por escrito a partir de questionários elaborados por Rodrigo de Azevedo Weimer, com a exceção das entrevistas com Jaqueline Brizola e Vanderlei Machado, nas quais Clarissa Sommer Alves somou-se ao trabalho. Nessa modalidade de trabalho, perde-se a dimensão da oralidade, mas por outro lado vêm à tona as palavras dos entrevistados em registros mais refletidos – decisão, bom frisar, anterior à Covid-19.

Todo cambia. O conhecimento histórico muda, e esta série de livros nos permite acompanhar sutilmente suas transformações. A calamidade também passará.

Boa leitura, com votos de um 2022 mais feliz do que 2021.

O organizador

Vinícius Pereira de Oliveira é licenciado em História



pela UFRGS (2002), mestre em História pela Unisinos (2005) e doutor em História pela primeira instituição (2013, tese disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88349/000912105.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>).¹

Atuou na elaboração de relatórios de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos junto ao INCRA e de patrimônio imaterial junto ao IPHAN. É autor de “De Manoel Congo a Manoel de Paula. Um africano ladino em terras meridionais” (Óikos, 2006). Foi professor no Instituto Federal Farroupilha entre 2012 e 2013, e desde então, no Instituto Federal Sul-Riograndense, Campus Pelotas/Visconde da Graça (CAVG). Para seu currículo Lattes, ver <<http://lattes.cnpq.br/3431926935198063>>.²

Você poderia descrever, em linhas gerais, sua trajetória e seus interesses de pesquisa?

Em primeiro lugar gostaria de te agradecer pelo convite, Rodrigo, e elogiar a iniciativa de registrar diversas trajetórias de pesquisadores e suas relações com o acervo custodiado pelo APERS. Certamente é um grande documento que está sendo formado. Bom, iniciei minha primeira experiência de pesquisa histórica como bolsista do Setor de História da América da UFRGS, junto ao professor Eduardo Neumann, que desenvolvia um projeto sobre os primeiros povoadores de Porto Alegre, pela perspectiva da história e da arqueologia. Foi minha estreia em arquivos. Neste mesmo período fui estagiário do Memorial do Judiciário e do Memorial do Ministério Público, implementados pela professora Loiva Otero Félix, com quem aprendi muito sobre o ofício do historiador, tanto metodologicamente quanto no que se refere ao trato e ao tato em se trabalhar em instituições que não as acadêmicas. Também fui estagiário no Centro de Pesquisa Histórica (CPH) da Prefeitura de Porto Alegre, junto ao projeto Memória dos Bairros, onde tive contato com as discussões e a prática da História Oral e da Memória. Isso tudo foi importante, posteriormente, nas

¹ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

² Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

experiências de pesquisa que tive oportunidade de participar – junto a comunidades quilombolas e a políticas de patrimônio imaterial – e na própria trajetória de mestrado e doutorado.

Paralelamente, comecei a desenvolver, ainda na graduação, minhas pesquisas sobre a história dos escravizados no Rio Grande do Sul, interesse que na realidade antecede meu ingresso no curso de História. Por meu pai ser negro e minha mãe ter descendência luso-italiana, desde muito pequeno me lembro de fazer as minhas próprias leituras sobre o racismo, a partir de como ele se apresentava em relação ao casamento dos meus pais e ao tronco afro da família. Esse, que morava em grande parte no bairro Petrópolis desde a década de 1940, quando a região tinha grande presença popular e negra, foi para mim um importante referencial de negritude: samba, batuque, futebol no Beira-Rio e as festas familiares. Igualmente, as histórias que minha avó e meu pai contavam sobre ser negro em meados do século XX na região do Bom Fim, Rio Branco e Petrópolis, bairros que eles se referiam como Colônia Africana, impactaram na minha leitura de mundo. Bem como a memória familiar que remete à descendência do marinheiro João Candido Felisberto, que eu lembro de ter aprendido ainda criança durante um café da manhã em família em que meu pai me mostrou um pequeno livro lançado na década de 1980, que não recordo o nome do autor, mas que fora lançado pela Editora Tchê, se não me engano. Meu pai também se chama João Candido.³ Isso tudo de alguma forma moldou meu interesse na temática.

Bom, iniciei na graduação a minha primeira experiência de pesquisa própria, abordando a presença de escravizados na colônia alemã de São Leopoldo nos anos iniciais do estabelecimento deste empreendimento. Neste momento, era ainda uma pesquisa quantitativa, baseada na análise de inventários custodiados pelo APERS. Este trabalho acabou se desdobrando na minha dissertação de mestrado “De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais”, quando fui orientado pelo Marcos Tramontini e pelo Paulo Moreira entre 2003 e 2005, na UNISINOS. E no meu doutorado, intitulado “Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)”, estudei as práticas contestatórias marujas a partir da cidade portuária de

³ João Cândido Felisberto foi o mais conhecido líder da Revolta dos Marinheiros de 1910, a Revolta da Chibata. Nasceu como ventre livre em 15/01/1880 na localidade de Coxilha Bonita/Rio Pardo. Era filho de João Candido Felisberto Velho e de Ignácia Felisberto, escravizados do pecuarista Gaspar Simões Pires e de sua esposa Florinda Cândida de Lima. Ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande em 1895, sendo depois transferido para o Rio de Janeiro, onde sentou praça como grumete. Após a revolta ficou conhecido como o “Almirante Negro” e imortalizado pela MPB como o “Mestre Sala dos mares”.

Rio Grande, pela perspectiva da História Social e dos conceitos de cultura política e mundo atlântico, sendo orientado pela Regina Xavier. No momento estou me aventurando pelo campo da História da religiosidade de matriz africana no Rio Grande do Sul, com foco no Batuque de Nação.

Qual foi o papel dos documentos custodiados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul em seu trabalho? E dos catálogos dos “Documentos da Escravidão”?

O acervo do APERS teve papel fundamental nos trabalhos que desenvolvi. Tanto no mestrado como no doutorado trabalhei com os inventários, testamentos, mas principalmente com os processos criminais. Não é novidade o papel destes últimos para a construção de narrativas “a partir de baixo”. Juntamente com outros documentos, como os de fundos judiciais e policiais, me permitiram acessar, ainda que parcialmente, o cotidiano das experiências populares. Também não é novo dizer que estes grupos sociais são visualizados basicamente a partir desses tipos fontes repressivas estatais, então neste sentido esses acervos adquirem inclusive um valor político para a desconstrução de narrativas históricas tradicionais sobre o passado e que invisibilizam e estigmatizam os grupos populares, a população afrodescendente, as mulheres, os(as) homossexuais ou qualquer outro grupo não contemplado dignamente nas projeções laudatórias do passado.

Ao longo do segundo ano do meu mestrado, em 2004, tive a oportunidade de compor a equipe técnica interdisciplinar que realizou a primeira experiência com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) no Rio Grande do Sul. Trata-se de um instrumento de pesquisa aplicado pelo IPHAN para o desenvolvimento de políticas de salvaguarda de patrimônio imaterial. No estado, foi trabalhada a questão do povo Guarani Mbyá e dos Lanceiros Negros e o Massacre de Porongos, tendo como coordenadora a servidora da instituição Beatriz Muniz Freire. Minha vinculação foi com a equipe desta segunda temática. Uma das linhas de trabalho foi tentar demonstrar o papel fundamental dos escravizados na composição das forças militares dos dois lados – farroupilhas e imperiais –, mas também como trabalhadores de atividades subsidiárias à guerra e na economia pecuarista. Assim levantamos diversos documentos referentes às cidades de Piratini, Caçapava do Sul e Pinheiro Machado, com o intuito de publicizar as múltiplas faces da experiência dos escravizados e libertos, e os disponibilizamos na forma de um CD-ROM (Guia de referências históricas Massacre de Porongos), juntamente com listagem de bibliografia. O objetivo era que este material, ainda que longe de esgotar as fontes disponíveis, servisse de ferramenta inicial para outras pesquisas. Muitos processos criminais e inventários custodiados pelo APERS estão lá, referidos.

Posteriormente compus equipes que desenvolveram os Relatórios Técnicos de identificação e delimitação de quatro territórios remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul. O papel do historiador neste documento é explicitar os vínculos históricos e culturais das comunidades com o território reivindicado para regularização, de forma que novamente recorri ao APERS. Tu sabes bem Rodrigo, pois já tiveste esta experiência com os quilombos de Morro Alto, juntamente com os historiadores Paulo Moreira e o Marcelo Vianna e o restante da equipe de interdisciplinar. Vocês fizeram um trabalho que é referência nacional para a luta quilombola. E também participei do estudo do quilombo da Família Silva, né. É importante entender que este tipo de relatório se trata de uma peça judicial que vai compor um processo mais amplo, e que os interlocutores da esfera jurídica que avaliarão tais processos de regularização de territórios negros estão por vezes pautados por um paradigma da “verdade objetiva” e da “prova” documental. E por “documento” entende-se a fonte escrita. Embora saibamos que a produção do conhecimento histórico não é objetiva e que nem mesmo um documento textual produzido pelo estado o é, podemos dimensionar a importância do APERS para as demandas desses grupos historicamente expropriados, explorados e discriminados.

O perfil interdisciplinar destes trabalhos me propiciou compartilhar e trocar experiências com o pessoal da Antropologia, Geografia e Sociologia. A Daisy Barcellos, a Denise Jardim, a Ana Paula Comin de Carvalho, a Vera Rodrigues, o Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior e o Cristian Salaini foram alguns colegas da área da Antropologia com quem tive uma interlocução importante para a minha construção como historiador.

Tu me perguntaste sobre os catálogos “Documentos da Escravidão”. Eles foram usados no meu doutorado e em algumas destas pesquisas que referi. É um trabalho incrível feito pelo APERS, pela praticidade e rapidez no acesso a dados já sistematizados, e que se dependesse da transcrição direta dos originais não teria sido possível agregá-los integralmente.

Sempre que penso no APERS me remete também a uma dimensão muito especial, pessoal. A sua sala de pesquisa foi um espaço fundamental para encontros e aproximações com outros historiadores ao longo da minha trajetória. Muitas trocas de ideias, de referências, sugestões de caminhos de pesquisa a trilhar nos arquivos, troca de bibliografia, foram fruto dos momentos em que parávamos para tomar um café e espantar o sono, para almoçar ou tomar uma cerveja depois que o arquivo fechava. Foi numa dessas tardes que encontrei o processo-crime que me possibilitou trabalhar a trajetória do Manoel Congo em meu mestrado.

Muitos trabalhos de história social, nos últimos anos, tomam casos particulares como fios condutores para explorar problemas históricos mais amplos. Entretanto, quando você fez seu mestrado, há quinze anos, isso não era exatamente comum. Você pode nos contar um pouco mais sobre como chegou ao Manoel Congo e quais questões esse personagem suscitou?

O Manoel Congo apareceu na documentação já na fase final da minha pesquisa, quando eu já estava com o primeiro capítulo da dissertação fechado. Foi necessário um movimento de reorganização da minha escrita para dar conta do uso da sua trajetória de vida. De fato, não era tão comum o uso de casos particulares como porta de entrada para contextos mais amplos, mas já existiam diversos trabalhos como o Dom Obá II D'África, do Eduardo Silva, o trabalho sobre o Mestre Tito, da Regina Xavier, as pesquisas sobre a Liberata e o Antônio Pereira Rebouças feitas pela Keila Grinberg, dentre outros. E na verdade minha dissertação não se propõe a ser uma biografia, e sim uma abordagem social sobre as experiências dos escravizados narrada a partir da trajetória de um personagem que, pela especificidade de sua inserção na sociedade escravista brasileira, acabou por gerar um processo-crime riquíssimo em que ele, o Manoel Congo, é interrogado e levado a falar sobre fragmentos de sua trajetória, desde a África. Falo em especificidade de sua inserção, mas que não seja entendido como algo raro ou peculiar. Assim como Manoel, muitos outros africanos vieram depois do fim do tráfico em 1850 e igualmente vivenciaram o enquadramento jurídico de "africanos livres", termo inclusive irônico, pois mesmo o Estado brasileiro reconhecendo a ilegalidade jurídica de sua condição de escravizados, esses africanos tiveram que permanecer sob tutela por anos, prestando serviços, para que lhes fosse "ensinado" a serem bons trabalhadores e pretensamente despidos de suas culturas de origem, vistas como perigosas e inferiores. Mas a trajetória desses "africanos livres" também foi semelhante à de muitos outros escravizados, crioulos ou africanos, já que, como Manoel, muitos viveram suas vidas sob a condição da escravização. E justamente por essa especificidade, a trajetória do Manoel serviu de mote para abordar muitos temas que a historiografia social da escravidão já havia pautado e, dessa forma, ampliar a análise para as relações sociais de dominação e resistência em São Leopoldo, no berço das políticas imigrantistas no momento.

Um aspecto em particular me fascinou neste processo-crime: a informação, prestada por Manoel Congo, de que ele já sabia, ainda em sua terra natal, da ilegalidade da escravização no Brasil para africanos vindos da África naquele contexto pós 1850, e dessa forma do seu direito de procurar as autoridades da província para reivindicar sua liberdade. Manoel explicitou algo que está em alta na historiografia dos dias de hoje: a dimensão atlântica das

experiências sociais, a circulação de ideias e informações entre as margens deste oceano. Lembro que então reli o artigo “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”, do Peter Linebaugh, e também o livro “Um rio chamado Atlântico”, do Alberto da Costa e Silva, e que isso tudo me abriu o interesse para o campo conceitual da História Atlântica. O meu doutorado acabou sendo resultado dessa busca por pensar a cultura marítima atlântica de resistência, e para isso me debrucei sobre as experiências dos marinheiros, livres e escravizados, na cidade portuária de Rio Grande no século XIX. O estudo desses personagens que viviam entre as águas e a terra firme era um tema que já acumulava alguns trabalhos importantíssimos como os do Linebaugh, do Marcus Rediker, do Jaime Rodrigues, do Álvaro Nascimento, mas que no Rio Grande do Sul havia apenas sido parcialmente abordado pelo Paulo Moreira.

A que você atribui o relativo silêncio historiográfico a respeito dos marujos?

Na década de 1960 o historiador José Honório Rodrigues já havia manifestado o seu estranhamento com o fato de que um país dotado de uma costa marítima vastíssima e de uma ampla rede de rios carecesse de maiores conhecimentos sobre sua história naval. De fato, o papel fundamental desempenhado pela navegação na formação do país contrasta com o vazio que se verificou, durante muito tempo, na historiografia brasileira sobre as marinhas mercante e militar e sobre os diversos trabalhadores vinculados a estas (marinheiros, remadores, calafates, construtores de embarcações), bem como sobre os pescadores. Durante um bom tempo, o que se produziu a respeito da história naval era advindo de integrantes do oficialato da marinha de guerra e vinculado à perspectiva de enaltecimento dos feitos militares desta força e de seus grandes vultos históricos, do seu papel heroico na manutenção das fronteiras nacionais, etc, o que acabou por gerar mitos que não se sustentam à luz das novas pesquisas embasadas teórica e empiricamente. Igualmente criou uma narrativa idealizada sobre a vida embarcada, no sentido de que baixa marinhagem e o oficialato formavam uma família unida e supostamente harmônica. É justamente esta visão que novos estudos buscam contrapor ao abordar as tensões presentes na formação das marinhas, seu cotidiano de trabalho, os conflitos oriundos de relações de poder, classe, condição jurídica e cor no trabalho embarcado.

Mas também me pergunto sobre o porquê desse relativo silêncio sobre os marujos. Talvez por ser um grupo que tinha sua vida pautada pela circulação no espaço tenha tornado a sua visualização nas fontes mais difícil. E ainda a

atribuição de um forte estigma de que eram trabalhadores propensos aos crimes, às desordens, às brigas, ao alcoolismo, etc, tenha de alguma forma incidido neste desinteresse em tomá-los como objeto de pesquisa. Mas acho que isso não explica tudo. É uma questão que eu ainda me pergunto.

De que formas o conceito de "cultura política" contribuiu para entender as concepções e as motivações dos marinheiros?

Este conceito me foi útil para pensar os significados das experiências contestatórias dos trabalhadores náuticos, para me auxiliar a problematizar o conjunto das práticas marujas frequentemente classificadas à época como mera indisciplina, transgressão ou insubordinação frente aos seus comandos embarcados e às autoridades em terra. Ações supostamente fruto da origem cultural ou racial perigosa destes trabalhadores, de suas personalidades degeneradas, de um banditismo inato ao grupo ou da sua inadaptabilidade ao mundo do trabalho.

O conceito de cultura política me foi útil, então, para pensar que aquilo que era taxado como ato de transgressão poderia se traduzir de significados distintos para seus agentes. De forma que tais ações podem ser vistas como práticas contestatórias com significados alicerçados em noções advindas de uma cultura política marítima gestada no dia a dia do trabalho. Existiam projetos distintos que estavam se confrontando nos conveses e nos ambientes portuários, diferentes expectativas postas pelos distintos agentes envolvidos com a navegação mercante e militar atlântica quanto à atividade embarcada: o Estado, os comandos navais militares e mercantes, os donos de embarcações, os senhores de escravizados marujos e os próprios marinheiros. Muitos dos conflitos verificados eram decorrentes da incompatibilidade destas expectativas. Se para os comandos embarcados a estada em terra, por exemplo, era momento em que os esforços das suas tripulações deveriam estar voltados à efetivação de seus projetos comerciais e ou militares, para baixa marinhagem era momento de acentuada expectativa em relação à cidade e aos possíveis desdobramentos materiais e imateriais de sua sociabilização.

A isso se soma o fato de que o cotidiano do trabalho marítimo, tanto na Armada como na marinha mercante, era marcado por uma diversidade de restrições decorrentes da constante mobilidade espacial, do distanciamento das relações sociais de origem, da alimentação deficitária, da constante exposição aos riscos advindos do confronto com a natureza e a problemas de saúde. O trabalho marujo era fisicamente rigoroso e ocorria sob sistemas hierárquicos e disciplinares rígidos e violentos. Este conjunto de fatores estava na base da

aversão socialmente disseminada à vida embarcada no Brasil, o que implicava na dependência do recrutamento forçado e do trabalhador escravizado para a formação das tripulações da Armada Imperial e da marinha mercante. Dependência que, por sua vez, empurrava grandes contingentes de trabalhadores de forma compulsória para o trabalho no convés, constituindo-se assim em mais um elemento de tensão e contradição.

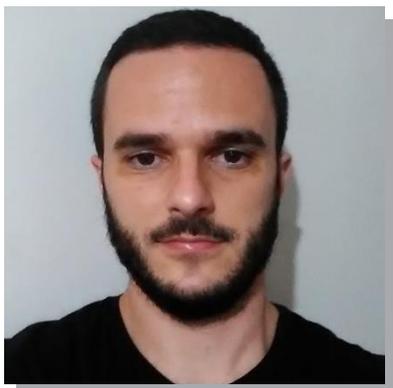
Frente a esse ambiente de trabalho pouco atraente, os marujos elaboraram leituras políticas originais, uma cultura alicerçada na carga de experiência anterior que cada indivíduo comportava e nas vivências compartilhadas a bordo. Cultura essa que informava sobre o tolerável ou não na relação com a autoridade embarcada, sobre concepções quanto a direitos e deveres e sobre o legítimo e o ilegítimo no mundo do trabalho. Era uma cultura que buscava resguardar determinados valores de trabalho e descanso, os quais os comandos navais e o estado brasileiro nem sempre estavam dispostos a aceitar, ao mesmo tempo que questionava os níveis de exploração e disciplina fortemente impostos.

É a partir destes antagonismos que devemos captar os sentidos de muitas situações de conflito que o mundo do trabalho embarcado comportava. A embarcação e o mundo do trabalho náutico se mostram, assim, como um espaço de lutas e contradições. A historiografia tem apontado a dimensão atlântica das experiências e da cultura dos homens do mar. Assim é possível tomar o Atlântico como um espaço de lutas políticas permeado de contradições.

De que formas sua experiência como pesquisador se desdobra em sua prática como educador?

Talvez o maior impacto tenha sido na atenção quanto à necessidade de uma história vista de baixo na sala de aula, não só no conteúdo como na forma de narrá-lo. Um desdobramento disso, penso eu, é a tentativa de explicitar aos alunos que contar história é, em certa medida, uma disputa de narrativas, no sentido de que é uma opção por um lugar político e social a partir do qual se olha o passado e o presente.

Matheus Batalha Bom



graduou-se em História pela Universidade Federal do Pampa (2015), é mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017), onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado. Você pode conhecer sua dissertação de mestrado no endereço <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6690/Matheus%20Batalha%20Bom_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>⁴ e seu currículo em <<http://lattes.cnpq.br/9367008675459005>>.⁵

Você pode nos falar de sua pesquisa na Unipampa e como ela levou ao seu mestrado?

Eu sempre gostei de História. Nos últimos anos do Ensino Médio, dentro daquele ambiente em que os alunos precisam decidir o que fazer do seu futuro, eu comecei a pensar em algumas possibilidades. Uma delas era fazer o curso de História. A ideia era um embrião ainda, pois não tinha certeza de nada. No entanto, o fator primordial que influenciou na minha decisão futura foi o fato de observar os professores de História ministrando suas aulas. Eu olhava com admiração a forma como eles tinham embasamento sobre praticamente tudo que falavam. Desse modo, em 2011, entrei na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) impulsionado pela ideia de ser um intelectual. Queria ser como meus professores. Mas, com o transcorrer do curso, fui notando que a formação acadêmica dava muito mais do que a simples sensação de alimentar o sentimento de saber mais sobre o mundo. Descobri que a História precisava ter uma função social. E, isso foi transformador nas minhas concepções de mundo. O valor da solidariedade penetrava a História, era necessário construir o conhecimento em conjunto com a sociedade, com o objetivo de transformá-la. A partir daí, minhas temáticas preferidas foram se modificando. Iniciei o curso como bolsista em Teoria da História. A abstração me fascinava. Depois, fui convidado pelo professor Caiuá Cardoso Al-Alam para conhecer seu projeto de pesquisa, que tratava sobre temas que envolviam a história da escravidão, polícia e prisão no século XIX. A inserção no grupo de pesquisa e minhas

⁴ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

⁵ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

questões subjetivas conseguiam traçar um paralelo entre tais temáticas, ou seja, a questão da liberdade. Nunca mais consegui fugir desse problema. Da graduação ao estágio atual de pesquisa no Doutorado, o problema da liberdade e os inúmeros cerceamentos a ela, marcam minha escrita, minha fala, assim como qualquer apresentação de trabalho em um evento científico. Durante grande parte da graduação pesquisei e me interessei pela história da polícia e prisão no século XIX. Isso acabou gerando um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que abordava a história da prisão em Jaguarão. Em paralelo, participava das discussões acerca da história da escravidão no Brasil. Como a temática ainda era pouco trabalhada com foco no município jaguarense, embora existissem outras produções, resolvi tentar preencher algumas lacunas historiográficas. Com isso, elaborei um projeto de mestrado com a ideia de discutir os problemas da liberdade nas últimas décadas da escravidão em Jaguarão. Como tinha me formado no início de 2015, as próximas seleções ocorreriam no meio do ano. Eu tinha pressa em dar continuidade aos estudos e não queria esperar até o fim do ano, momento em que a maioria das universidades lançam o edital de seleção de mestrado e doutorado. Participei da seleção da PUC-RS e da UNISINOS. O interesse era entrar na UNISINOS, pois sabia que ali lecionava o professor Paulo Roberto Staudt Moreira.

Você poderia nos falar sobre sua pesquisa de mestrado?

Impossível falar sobre minha pesquisa sem referenciar meu orientador. O professor Paulo já vem formando gerações de historiadores. Um deles foi o Caiuá, que foi meu orientador durante a graduação. Além de muitas qualidades que os dois historiadores possuem, eles têm em comum a facilidade e a experiência no trato com as fontes. Isso foi fundamental na minha formação. Já no primeiro ano do curso de História, através do Laboratório de História Social e Política (LAHISP) comecei a pesquisar no Instituto Histórico e Geográfico em Jaguarão (IHGJ). Com certeza, foi ali que tive a oportunidade de entender a complexidade em se fazer História. O trabalho com as fontes, em conjunto com os debates e leituras que eu fazia com meus colegas e professores, foi construindo um base para o que venho a ser meu projeto de mestrado. Cheguei à UNISINOS com a ideia de estudar criminalidade e escravidão em Jaguarão. Todavia, com o transcorrer do tempo, juntamente com o professor Paulo, fui modificando o projeto de pesquisa. Como a historiografia da escravidão vem crescendo a cada ano, muitas abordagens, teorias e conceitos em cima da temática foram desenvolvidas. Ao mesmo tempo que isso é importantíssimo

para a expansão do conhecimento, também cria muitos desafios aos historiadores e historiadoras no quesito inovação. Diante disso, quis entender as fronteiras entre escravidão e liberdade. Quais eram os limites entre um polo e outro, suas imbricações nas relações entre escravizados e senhores, ex-escravizados e seus ex-senhores, etc. Para isso, foquei nas últimas décadas da escravidão em Jaguarão. Momento este em que aquela instituição horrenda estava desmoronando. Percebi que escravizados, libertos e negros livres, através de seu protagonismo, contribuíram muito para a derrubada dos “alicerces” da escravidão. De forma paralela, notei que as relações sociais nas décadas de 70 e 80 do XIX estavam se racializando, pois ficou nítido nas fontes que novas formas de exclusão da população negra começam a operar. Muitas vezes, a exclusão com conotações raciais não acontecia de forma direta, mas englobava uma série de códigos da época em que as pessoas negras eram impedidas de ocupar determinados espaços. E, quando resistiam, os casos acabavam nas malhas da justiça, gerando processos criminais como os que eu tive acesso.

Você não se animou a expandir seu recorte temporal para depois de 1888?

No mestrado, preferi manter a data final até 88. O conjunto documental e os diálogos historiográficos me tiram muito tempo. Mesmo com trabalhos importantes sobre a história da população negra em Jaguarão, ainda muita coisa precisa ser explorada. Esse era o caso do marco temporal de 1870 a 1888. Muitas questões precisavam ser estudadas. Com isso, embora soubesse que a data de 1888 não iniciou e encerrou o processo de abolição, era preciso trabalhar com um tempo mais curto para dar conta de complexas discussões. Entretanto, agora no doutorado, trabalho desde 1870 até 1910. O trabalho com as fontes praticamente me obrigou a estender o recorte temporal do projeto. Como disse, anteriormente, um processo de racialização das relações sociais estava se enraizando naquela sociedade. Daí vem a necessidade de entrar o século XX, para ver como essas relações foram se transformando e, o mais importante, qual o impacto disso tudo nas experiências negras. As datas, os fatos históricos, são relevantes como delineadores na organização temporal. A partir deles podemos nos localizarmos na história. Contudo, eles são limitantes. É justamente por isso que é fundamental rompermos esses marcos, problematizá-los. O famoso contexto, que tanto escutamos e falamos desde os estágios iniciais da graduação, serve assim como as datas, para não nos perdemos no tempo. Ele organiza nossas ideias, conversas, projetos. Mas essa aparente segurança que o contexto nos dá, desaparece quanto mais remexemos as fontes as quais trabalhamos.

É óbvio que grandes contextos são de suma importância para o entendimento da História, o contexto da escravidão fala por si só. O que não podemos, todavia, é subestimar, por exemplo, a potente experiência negra ao longo do tempo, em que nos mostra quase diariamente, que os contextos eram construídos e modificados constantemente. Isto quer dizer o que? Que não existiu somente uma escravidão, uma abolição, etc.

O que você está nos preparando em seu doutorado?

Meu problema de fundo, e talvez o que sempre norteou qualquer pesquisa minha, é entender os significados da liberdade para as pessoas. O conceito de liberdade é vastíssimo, pode ser analisado sob óticas variadas, por várias áreas das Ciências Humanas. Mas eu procuro dissecá-lo jogando-o no tempo, analisando quais os significados que a liberdade adquiria entre os agentes da História. É preciso salientar que sou fortemente influenciado pela Micro-história italiana. O trabalho denso com as fontes (quando possível), a obstinação pela experiência dos indivíduos e as relações que eles desenvolvem, são marcas do meu trabalho. Porém, atualmente, me aproximo muito de uma ideia básica, mas igualmente complexa que o historiador Giovanni Levi defende, isto é, que nossas histórias partem de problemas gerais. A partir desses problemas gerais que descemos as escalas, que focamos nas relações mais microscópicas, as quais nos dão outros olhares sobre aquele problema geral. E, talvez esteja aí umas raízes de muitas discussões nos meios acadêmicos, ou seja, a história deve ser geral, micro, etc.? Eu acredito que todas as histórias são micro, mas com uma infinidade de relações, trocas, criação de cultura, símbolos, etc. Nesse emaranhado relacional ao longo do tempo que a história se generaliza, produz muitas coisas em comum, grandes contextos. O problema é que por mais que nossa mente necessite do mínimo de história geral para nos organizarmos no tempo, é sabido que é impossível um historiador dar conta de tudo. Nunca, nem ninguém conseguirá, considerando os limites humanos, escrever uma história que englobe todos os pormenores e explicações possíveis. Sou bem resolvido com isso. Falo sobre todos esses elementos para entender o meu caminho de pesquisa no doutorado. Quero, entre 1870 a 1910, tendo como recorte espacial a cidade de Jaguarão, entender como as pessoas negras livres e libertas construíram suas vidas, deram significados a liberdade, ou melhor, que liberdades estavam sendo tecidas pelas pessoas negras. A partir daí, no trabalho com a documentação, temas como sobrevivência, racialização e gênero, por exemplo, estão vindo à tona. Não tenho pretensão, e sei que a tese,

após finalizada, não encerrará as discussões a que me propus fazer. Ela tentará responder e incluir novas questões dentro do grande problema geral da liberdade. Isso pode contribuir para o trabalho de outros pesquisadores que tenham problemas semelhantes ao meu. No entanto, a liberdade seguirá sendo uma questão a ser respondida. Tanto isso é verdade, que não paramos de escrever e elaborar novos projetos. O aprofundamento dos problemas gerais é contínuo, é importante, e sua função social ainda mais.

Um argumento importante no seu trabalho é o caráter poroso das fronteiras entre escravidão e liberdade. Você pode explicar melhor?

Normalmente, os estudiosos da escravidão e pós-emancipação alertam para as heranças escravistas com as quais os libertos tiveram que lidar. Também, já se discursou e escreveu muito sobre as margens de liberdade dentro da escravidão. Os processos de autonomia dos trabalhadores escravizados, as lutas por alforria, criação de laços familiares, produção de subsistência própria e meios de vida, etc. Essas duas vertentes são discutidas na minha dissertação. Mas o caráter poroso responde a uma série de outras questões, que estão para além desses dois polos. Não podemos esquecer que Jaguarão nasceu em meio a uma disputa entre as coroas espanhola e portuguesa, durante o final do século XVIII. A cidade é fronteira e é marcada historicamente por conflitos, atos diplomáticos e uma infinidade de relações. Portanto, o termo porosas fronteiras também remete a uma questão geográfica que tem um peso significativo nas experiências negras, já que no período estudado, no outro lado do Rio Jaguarão, a escravidão já estava extinta. Já no lado de cá (perspectiva brasileira) a cidade de Jaguarão ainda mantinha grande parte das pessoas negras em cativeiro. O trânsito entre as fronteiras era intenso e modificava os significados de liberdade e escravidão constantemente. Além disso, nas décadas finais do XIX, o convívio de escravizados, libertos e negros livres era significativo. Era comum, em uma mesma família negra, existir uma relação de pessoas de condições jurídicas diferentes. Isso modificava a própria visão que eles tinham de suas experiências. Por exemplo, um escravizado que tinha amigos e familiares livres, tendia a tensionar muito mais sua condição, não aceitando qualquer tratamento que ele julgasse inapropriado a sua pessoa. A liberdade, com isso, já estava dentro da escravidão, e essa assumia novas faces, as quais só percebemos quando pesquisamos e temos contatos com essas histórias. Existiam, assim, muitas definições de escravidão.

Qual é o papel das fontes do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nas suas pesquisas e nas suas reflexões?

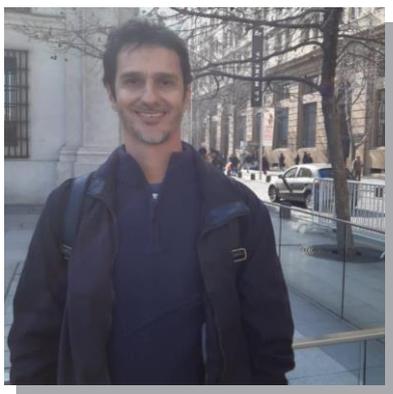
Hoje dou muita risada pensando na minha relação com as fontes. Sou uma pessoa que vive mais no mundo mental do que propriamente no real. Pensar, imaginar, são componentes intrínsecos na minha vida. No início da graduação ganhei uma bolsa em Teoria da História. Era orientado pela professora Fernanda Severo. Isso potencializou ainda mais minha imersão na imaginação. Concomitantemente, ingressei no LAHISP [Laboratório de História Social e Política]. E, nas reuniões desse grupo ficava nítido meu apego ao teórico. Nesse contexto, o Caiuá [Cardoso Al-Alam], brincando, disse o seguinte: desce desse panteão Matheus! Caí na risada. Mesmo em forma de brincadeira aquilo influenciou minhas escolhas futuras, ou seja, precisava entender como era pesquisar, ter contato com as fontes e, melhor, saber a fundo a natureza das próprias discussões que se fazia na Teoria da História: funções do historiador, objetividade/subjetividade da história, como escrever histórias a partir de fontes extremamente filtradas pelo discurso e pelo tempo, entre muitas outras. Assim, desde o final do primeiro ano da graduação minha relação com a documentação é intensa. Começou no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ) e depois seguiu no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Neste último, meu primeiro contato se deu durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Foi uma experiência rápida onde eu procurava, através dos processos criminais, algum vestígio sobre fugas de presos da Cadeia Civil de Jaguarão (meu objeto de estudo naquele período). Mas o APERS teve importância maior na minha trajetória quando iniciei o mestrado. Naqueles anos pesquisei, principalmente, inventários e processos criminais. Passei muitos dias no Arquivo me esbaldando com incríveis histórias de vida. Hoje, posso dizer com absoluta certeza, que sem instituições como o Arquivo Público, Arquivo Histórico, o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, eu não estaria dando entrevista para você, já que não teria conseguido desenvolver meu trabalho. Também sou muito grato as pessoas, das instituições de acervo e de ensino, da vida particular, em suma, todas as que passaram na minha vida e contribuíram para que o trabalho que desenvolvo seja possível de realizar.

A gente percebe, na historiografia, um trânsito entre estudos de maior abrangência espacial para outros mais circunscritos geograficamente. Em sua opinião, o que se ganha e o que se perde nesse deslocamento?

Muitas vezes, eu sou muito duro comigo mesmo em relação a isso. Talvez seja a influência da Teoria da História na minha vida. Entro em crise quando começo a pensar que meu trabalho pode não ter impacto na vida das pessoas, ou que não segue alguns critérios historiográficos. O que quero dizer com isso? Que temos muita responsabilidade quando escrevemos nossos artigos, livros, dissertações, teses, etc. Além do fato de muitos desses trabalhos serem financiados com dinheiro público (daí nossa responsabilidade com o que entregamos de volta para a sociedade), acredito ser fundamental escrevermos histórias de fundamento e, que pelo menos, oriente as pessoas no tempo e nas discussões que nos propomos a fazer. Diante disso, penso que uma história mais abrangente tem a vantagem de nos guiar no tempo e nos temas. Por exemplo, uma história mais abrangente sobre a escravidão nas Américas vai me ajudar a entender certas discussões que eu demoraria anos para fazer, se caso eu focasse em localidade por localidade das Américas. Uma história mais generalizante ajuda na elaboração de aulas, palestras. É mais fácil para as pessoas, que estão ouvindo/lendo os trabalhos, no entendimento dos conteúdos expostos. As histórias comparadas, ultimamente, avançaram muito, enriquecendo questões que os estudos recortados dentro das fronteiras nacionais, muitas vezes, não conseguem. Por outro lado, as histórias abrangentes acabam perdendo de foco aquelas relações microssociais que são fundamentais para o aprofundamento de problemas científicos e sociais. Nem todas as respostas estão no macro, assim como nem todas estão no micro. Eu tenho preferência e, minhas escolhas temáticas sugerem uma abordagem mais micro. Acredito que conseguirei, na tese, mostrar através de uma análise microssocial, como a população negra deu significados para a liberdade em contexto que o processo de racialização era crescente. Poderia fazer através de uma abordagem mais ampla? Poderia, mas creio que a análise perderia muito. E, agora, respondendo pra valer sua pergunta, penso que a importância da abrangência espacial nos trabalhos é muito relativa. Podemos trabalhar com uma pequena freguesia do XIX e tirar histórias sensacionais e altamente relevantes. Também, posso fazer uma história transnacional totalmente desconexa, perdendo a complexidade de análise que os variados contextos sugerem. Tudo depende das fontes que os pesquisadores utilizam, quais seus

métodos, suas teorias, interesses pessoais e acadêmicos. Jaguarão do século XIX, por exemplo, perto de muitas cidades da época, era um pequeno pontinho dentro Império brasileiro. Geograficamente o município é grande, mas é formado por um pequeno núcleo urbano rodeado de campos e propriedades rurais. O que define a importância dessa localidade, na minha opinião, é justamente a potencialidade de sua história. A cidade de Jaguarão sempre foi e continua sendo uma cidade negra, protagonizada por pessoas negras em todos os campos de análise que se possa imaginar. Embora a documentação de Jaguarão esteja muito dispersa e seja pouco homogênea, ela é rica em potencial investigativo. Tanto o é, que grande parte da minha trajetória acadêmica está voltada para ela, não necessitando, portanto, alargar as barreiras geográficas. Eu me desdubro para dar conta de uma pequena parcela dessa história. Enfim, Jaguarão tem muita história. As histórias extraídas desse pequeno ponto do Sul do Rio Grande do Sul não perdem em nada, em termos de qualidade, para aquelas que são tecidas a partir dos grandes centros do país.

Marcio Antônio Both da Silva graduou-se em



História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002). É mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2009) e realizou estágio pós-doutoral em 2020. É docente, desde 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, coordenador do GT História Agrária/ANPUH-PR e da Regional Sul do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas (INCT-Proprietas). Autor dos livros “Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)” (Editoras Unicentro e UFF, 2011) e “Caboclos e colonos: Encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)” (Editora Prismas, 2016). Você pode conferir o currículo de Marcio no link <<http://lattes.cnpq.br/1942184053395437>>. ⁶

Marcio, você pode falar sobre sua trajetória profissional e sobre as principais pesquisas realizadas?

Não é nada fácil escrever sobre a própria trajetória. Invariavelmente esse ato é acompanhado pela possibilidade de cairmos na chamada “ilusão biográfica”. De todo modo, trata-se de um exercício importante e, em alguns momentos, parece ser positivo parar e “ruminar” algumas questões do nosso passado. Contudo, para lembrar Nietzsche e suas “considerações intempestivas”, isso só tem sentido enquanto tal exercício servir para vida, pois ruminar em demasia é coisa que cabe apenas a bois e vacas, não a humanos.

A minha trajetória profissional inicia no interior do Rio Grande do Sul, no Curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Unijui. Em 1999, ingressei no Curso de História, um ano depois de ter passado no vestibular para o Curso de Direito. Juntamente com a mudança de curso, veio a transferência de Inhacorá/RS, onde residia com minha família, para Ijuí, bem como a incompreensão generalizada que acompanhou a decisão de querer ser professor e não um “doutor advogado”. Creio que uma ou duas semanas depois dessas mudanças, o Museu Antropológico Diretor Pestana, que é vinculado a Unijui, abriu vaga para seleção de estagiário. Me inscrevi e tive sucesso na seleção.

⁶ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

Já na primeira semana de aulas ouvi falar da tal História Agrária. Foi na disciplina de “Metodologia da Pesquisa em História”, então ministrada pelo professor Paulo Zarth. Nessa aula, ele contou parte de sua trajetória, disse que a docência é uma das coisas mais importantes na vida de um historiador, mas que também existia o universo da pesquisa. Fiquei encantado e, ao final da aula, fui conversar com ele, queria saber mais sobre a essa história de fazer pesquisa. Ele me ouviu e convidou para participar da seleção que faria para implementar uma bolsa de Iniciação Científica. Foi aí que os temas da História Agrária se tornaram objeto de minha atenção e preocupação.

A história da graduação foi cheia de idas e vindas, de descobertas e experiências. Se tivesse que destacar rapidamente a principal dificuldade enfrentada, diria que foi a de pagar as mensalidades do curso. O cumprimento dessa tarefa exigiu muita paciência, um crédito educativo, negociações feitas ao final de cada semestre, empréstimos e uma dívida que, em algum sentido, me acompanha até os dias de hoje.

No último ano de curso, me envolvi com a produção do projeto de pesquisa apresentado para seleção de mestrado do Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quando comuniquei essa intenção aos meus pais, eles ficaram receosos, pois para eles era hora de “começar a trabalhar”, de “ganhar dinheiro”. O fato de não conhecer Porto Alegre os preocupava, também havia o problema do deslocamento e da estadia. Afinal, com que recursos financiaria as passagens e a minha permanência na cidade durante o período de seleção? Não fosse pelo apoio que recebi deles e pela ajuda de alguns professores, colegas, amigos e amigas, o projeto do mestrado não teria saído do papel. Não é possível citar o nome de todos que ajudaram, mas aqueles que porventura estão lendo estas linhas, fica registrado meu agradecimento.

Tive êxito na seleção de mestrado e o realizei sob orientação da professora Regina Weber. Comparativamente ao que havia vivido, a experiência do mestrado foi mais dolorosa. Saí da entrevista com a impressão de que não havia passado. Leitura que foi reforçada por alguns comentários que recebi e que tinham como fundamento o fato de eu vir de uma universidade do interior. Segundo essa leitura, isto me prejudicaria em relação aos outros inscritos, a maioria deles formados na própria UFRGS, vindos de outras grandes universidades ou supostamente “com mais experiência de pesquisa”. Considero que há certa verdade nessa interpretação, mas não pode ser tomada como um absoluto, especialmente na sua última parte.

Depois da seleção, vieram outras dificuldades. Dentre elas, a da estadia e da sobrevivência, a notícia era a de que eu não teria bolsa. Inicialmente segui os caminhos que percorri quando a coisa apertava no tempo da graduação, fiz um empréstimo. O processo de estabelecimento em Porto Alegre foi um tanto difícil, mas no começo do segundo mês recebi a notícia de que havia chegado uma nova bolsa e que ela seria destinada a mim. A partir disso, pelo menos financeiramente, as coisas se estabilizaram e, finalmente, pude me dedicar inteiramente à pesquisa.

O passo seguinte da trajetória foi o doutorado. Logo que finalizei o mestrado, fiz seleção no PPGH-UFRGS, mas não obtive sucesso. Porém, não desisti do desafio. No ano seguinte, prestei seleção no PPGH-UFF e, desta vez, com êxito. Por fim, a conquista mais atual dessa trajetória, foi o ingresso, via concurso público, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Quanto às principais pesquisas realizadas, nas respostas seguintes as descreverei mais detidamente.

Qual é o papel das fontes primárias custodiadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no seu trabalho?

Poderia responder essa pergunta com uma única palavra: fundamental. Se minhas pesquisas trouxeram alguma novidade em termos da produção historiográfica sobre o rural no Rio Grande do Sul, isso só foi possível devido ao trabalho de arquivo, especialmente ao mundo que conheci a partir da leitura dos Processos-crime que estão acervados no APERGS. Todavia, para as pesquisas que realizei, outros dois acervos foram importantes: o do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) e o da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.

Contudo, não é só de documentos que vive um arquivo e um pesquisador. Há uma sociabilidade de arquivo que não deve ser descartada e que considero muito importante. Pesquisadores, trabalhadores da instituição, curiosos, autodidatas, genealogistas, estudantes e sei lá mais o quê de tipos de gente compõem uma "fauna" particular e interessante. Além disso, existem os paramentos a serem usados para lidar com as fontes (luva, máscara, etc), os cuidados a serem tomados com os documentos, o ritual de solicitar a documentação, as fichas de consulta, a ansiedade e expectativa que o contato com as fontes produz, etc.

Também tem os cheiros, a poeira, as conversas paralelas, as pessoas que vão todo dia, aquelas que aparecem de vez em quando, alguns que você não conhece, mas ouviu falar e não quer conhecer, outros que você quer conhecer e acha um jeito de puxar conversa. Tenho notícias de amizades que se construíram, de paqueras que aconteceram e de namoros que começaram no ambiente do arquivo. Na verdade, o arquivo é um lugar de formação, de troca de ideias, de contatos e relações. Além disso, ele oportuniza espaços para discutirmos nossas pesquisas com nossos pares. Nesse sentido, pra mim foi muito importante a participação nas “Mostras de Pesquisa” organizadas pelo APERS.

Enfim, a importância do Arquivo Público e dos outros locais onde realizei pesquisa na minha trajetória não diz respeito só aos documentos que lá estão acervados e as descobertas que fiz nas fontes primárias, mas também ao universo da vida vivida no interior do arquivo. Isso envolve, tanto as pessoas que vão lá para pesquisar, como aquelas que lá trabalham e que são fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas que fazemos, a estrutura do arquivo como um todo e os espaços de interação e discussão que lá se constituem.

A que você atribui seu interesse pela História Agrária? Quais são seus compromissos políticos, acadêmicos e pessoais?

Na época da graduação, como contei, fui bolsista de Iniciação Científica e, ao fazer a pesquisa, fui apresentado à palavra “caboclo”. Não só, mas aos diferentes significados que ela adotava a depender do tipo de fonte com o qual estava lidando, com a bibliografia que estava lendo, de quem estava envolvido na produção e do tempo em que o documento havia sido elaborado.

A minha história pessoal também influenciou no interesse pelo assunto. Sou oriundo de uma região de colonização e minha vida familiar tinha muita proximidade com o tema pesquisado. Minha mãe era descendente de imigrantes alemães e, meu pai, no contexto local era chamado de “brasileiro”, ou de outros nomes que buscavam destacar que ele não era “de origem”. Da mesma forma, em algumas situações esse mesmo critério de diferenciação era aplicado, de maneiras diversas e diferenciadas, em relação a mim. Assim, ao realizar a pesquisa eu estava vivendo uma espécie de encontro comigo mesmo, com a história de minha família, do local onde nasci e também da trajetória de muitos de meus amigos e amigas.

Quem lê minha dissertação de mestrado, que tem por foco o encontro entre imigrantes e caboclos no povoamento da região de matas do Rio Grande do Sul na segunda metade do oitocentos, verá que no início dela consta a seguinte dedicatória: “ao caboclo pai, à mãe alemã e ao irmão e irmã, como eu, miscigenados”, lembro que, ao ler esse trecho, a primeira coisa que o meu pai falou com certa ênfase foi: “eu não sou caboclo!”. Essa frase me acompanha desde então, pois aprendi que tentar definir os “outros” com critérios que são meus ou que eu entendo como superiores ou mais completos por serem acadêmicos, científicos ou algo do gênero, exige não ignorar aquelas leituras e visões de mundo que não são as minhas.

Esse aprendizado, além de ter um conteúdo político, igualmente expressa um compromisso acadêmico que busco cumprir no meu dia a dia, seja dando aula ou fazendo pesquisa. Assim, o foco das minhas inquietações e pesquisas é conhecer e contar a história a partir das perspectivas dos “de baixo”, sempre procurando não desconsiderar o ponto de vista que eles próprios têm sobre si e sobre os processos nos quais estiveram ou estão envolvidos.

Um debate que vem sendo feito recentemente, em vários campos da história, envolve as discussões sobre as intersecções entre raça, classe e gênero. Ainda que você não trabalhe com a noção de “racialização”, podemos dizer que, ao analisar colonos e caboclos, negros e indígenas, você já estava articulando classe, raça e, no caso, etnicidade?

Este é um dos problemas para o qual ainda estou procurando soluções. No mestrado, uma das conclusões foi a de que, na Primeira República, os conflitos por terra no Rio Grande do Sul alcançaram proporções maiores do que na segunda metade do oitocentos. Além disso, aprendi que uma análise mais completa desses conflitos, exigiria uma atenção mais dedicada ao papel e protagonismo desempenhado pelos indígenas e as populações egressas da escravidão.

O projeto de pesquisa apresentado para seleção de mestrado, tinha como foco especial o problema da constituição de identidades étnicas. Ao realizar a pesquisa, comecei a perceber que as teorias da etnicidade e a noção de classe seriam importantes para conhecer e entender a realidade social e histórica que buscava abordar. Contudo, encontrei certa dificuldade em aproximar estas duas concepções teóricas que têm origens bastante diferenciadas, mas que não são incomunicáveis entre si.

Ao pensar meu objeto de pesquisa a partir da teoria de classes, verifiquei que caboclos, negros, colonos e indígenas faziam parte da mesma classe social, mas com muitas diferenciações internas. Assim, a pergunta que me movia era: como grupos sociais que economicamente guardam semelhanças no seu status social são tão diferentes em suas concepções de mundo, trabalho e vida ao ponto de que os colocar no mesmo espaço produz uma quantidade expressiva de conflitos, os quais, em boa parte, aconteciam por questões não econômicas? Perdi as contas dos Processos-crime que encontrei em que pais imigrantes matavam suas filhas ou filhos ou os expulsavam de casa em função de que haviam estabelecido relações mais íntimas com “nacionais” ou com outros imigrantes considerados “inferiores” em relação ao grupo identitário (étnico) de origem. Lembro também de um caso em que o móvel de um assassinato foi o de que um dos envolvidos havia sido chamado pelo seu opositor de “indiozinho”.

Obviamente que a situação não é simples, pois ao analisar as fontes quase sempre é possível verificar que os atos violentos têm uma longa história, que muitos acertos de conta eram casos de “rixas antigas” e que, invariavelmente, a terra e sua posse faziam parte da trajetória do conflito. Porém, isso não tira a importância do fato de que, por vezes, o estopim do ato derradeiro era alguma palavra fora de lugar, geralmente com conteúdo pejorativo e que poderia remeter às diferenças étnicas. Em suma, eram conflitos que aconteciam no universo de um grupo social, cujos integrantes guardavam uma realidade econômica muito parecida, mas que não se entendiam em relação a uma série de assuntos e um deles era as suas diferenças étnicas (para nós) e de raça (para eles).

Uma primeira solução teórica testada para esse problema, foi a de tentar encontrar uma unidade para esses diferentes grupos sociais a partir do uso das teorias do campesinato. Assim, caboclos, indígenas, negros e os imigrantes que, depois de estabelecidos em uma colônia, viravam colonos, passaram a ser pensados como grupos camponeses. Isso gera outro problema, pois o conceito e a palavra “camponês” nunca tiveram uma grande recepção e usos generalizados no Brasil. Inclusive alguns pesquisadores são contrários ao seu emprego por aqui, entre outras coisas, “por ser uma palavra muito europeia”. Ignoram que na América Latina de fala espanhola como um todo, ela é de uso comum e corriqueiro. De todo modo, o emprego deste conceito se demonstrou produtivo, pois possibilitou pensar a unidade na diferença.

Permitiu tratar dos negros, indígenas, caboclos e colonos que estavam envolvidos no processo de ocupação das terras da região de matas do Rio Grande do Sul, como pertencentes a um grupo social que guardava situação

econômica semelhante. Eram grupos que viviam em uma região de fronteira agrária, praticando uma agricultura de subsistência, em terras das quais nem sempre mantinham o domínio legítimo e que guardavam entre si uma série de diferenças de concepção de mundo, relação com o trabalho, com o tempo e com a vida. Grupos, que tinham como seu principal contraponto econômico os grandes proprietários de terras locais, latifundiários em geral, os quais, ao fim e ao cabo, auferiam uma infinidade de vantagens em decorrência do fato de que estes grupos camponeses dificilmente conseguiam agir em uníssono devido as suas diferenças internas. É nesses termos que a teoria de classes entra nos estudos que fiz, a partir da incorporação do conceito de camponês, mesmo que as populações que procuro nominar a partir de seu uso não o empreguem para se auto identificarem.

Resolvido o problema e localizado um possível traço que poderia unificar grupos tão diversos – sua camponesidade – faltava encontrar meios para estudar as suas diferenças e os motivos pelos quais elas estavam tão arraigadas no seu cotidiano. Ora essa, por que motivos na fronteira agrária do Rio Grande do Sul, as pessoas se matavam, se esfaqueavam, se envolviam nos mais diferentes entreveros devido a ofensas que tinham por origem a sua cor de pele ou o lugar que ocupavam na hierarquia social produzida no processo de ocupação daquelas terras, a qual tinha como um dos seus critérios de estruturação as diferenças de origem racial/étnica.

Embora situada no interior do interior do Brasil do século XIX, a região de matas, com suas particularidades próprias, espelhava a sociedade brasileira como um todo. Lembremos que no oitocentos o Brasil era uma nação escravocrata que investiu boa parte de suas forças e recursos para atrair imigrantes brancos de origem europeia. Pessoas que, segundo a ótica dominante, deveriam cumprir um papel de desenvolvimento que a nossa elite econômica e política, encalacrada no Estado, entendia que aqueles que viviam no país, por serem preguiçosos, racialmente inferiores ou degenerados, não dariam conta de realizar. A aposta foi esta, mas a dinâmica da realidade não tardou a demonstrar que os imigrantes não seriam aquelas pessoas pacatas e modernizadoras como era esperado. Assim, no final do século XIX e o início do século XX, na medida em que a fronteira agrária ia sendo fechada, que a densidade demográfica e os conflitos nas regiões coloniais aumentavam, muitos imigrantes e seus descendentes passaram a ser chamados de “intrusos”, “maus colonos”, “acabocladados” e uma série de outros termos pejorativos.

As explicações étnicas também eram manejadas pelas autoridades responsáveis por administrar as políticas de imigração e colonização. É corriqueiro encontrar nas fontes indicações no sentido de priorizar a vinda de determinados imigrantes em relação a outros. Existia uma espécie de hierarquia étnica orientando as políticas de imigração e colonização, mas que devido às condições da época nem sempre eram possíveis de serem colocadas em prática. No caso do Rio Grande do Sul, invariavelmente os imigrantes alemães eram colocados no topo dessa hierarquia, os polacos ou aqueles imigrantes vindos da região do sul da Itália ocupavam as posições inferiores, mas, ainda assim, estavam acima de indígenas, negros e caboclos. Estas leituras encontravam ecos na região de matas, evidentemente que nuançadas pela realidade local, mas estavam lá, orientando relações, encontros e conflitos. Dificultando a vida das populações camponesas e facilitando a vida dos grandes proprietários e sua sede de apossamento de terras e pessoas.

No entanto, se é mais tranquilo falar em termos de “identidade étnica” em relação aos imigrantes e colonos, a análise fica mais complicada quando o foco são as populações caboclas, negras e indígenas. Neste sentido, os imigrantes e seus descendentes caminharam mais rapidamente na perspectiva de construir traços de identidade e unidade. Viviam em um espaço delimitado chamados colônias, construíam suas igrejas, escolas e associações, criaram suas etnicidades e meios de institucionalizar suas histórias e as identidades construídas. Além de tudo, passaram a viver em uma sociedade que considerava que, por serem brancos e de origem europeia, eram superiores àqueles grupos com os quais foram conviver nas regiões de colonização e que foram transformados em seus “outros”.

Por seu turno, negros, indígenas e caboclos, além de serem preteridos em relação aos imigrantes, pela sociedade como um todo e pelo Estado, guardavam um modo de vida e trabalho considerado incivilizado ou mesmo avesso a civilização. Segundo a leitura dominante, o contato entre imigrantes europeus e as populações locais proporcionaria condições para que as últimas evoluíssem. Portanto, de um lado temos condições propícias para que a identidade e a unidade de posições se desenvolvam (o que não significa unidade absoluta) e, de outro, ela é dificultada ou apenas potencializada em seus aspectos “negativos”.

No fim e para sintetizar, precisei encontrar uma teoria que pudesse ajudar a discutir estas questões. Foi nessa época que conheci Norbert Elias e, em consequência, a ideia de “estabelecidos e outsiders” passou a ser referência

para orientar minhas análises do encontro entre caboclos, indígenas, negros e imigrantes. Algum tempo depois, conheci a sociologia Pierre Bourdieu e, desde então, estes dois pensadores têm sido referência para analisar algumas das questões que orientam minhas pesquisas.

Atualmente tem ocorrido amplo debate social em relação ao caráter racista do hino do Rio Grande do Sul. À luz de suas pesquisas sobre as discussões sobre raça no fim do século XIX e início do XX, e sobre a participação do negro no cenário agrário, como você se posiciona nessa polêmica?

Ela é absolutamente necessária. Para começar a resposta, um ponto que gostaria de destacar é o de que a história do Rio Grande do Sul é marcada pela presença de vários silenciamentos. A partir dos finais da década de 1970 houve um movimento na historiografia local e nacional no sentido de superar alguns dos silêncios até então em voga. No que se refere ao mundo rural, a história dos índios, dos caboclos e das populações negras passaram a ser objeto de maior atenção nesse contexto. Do mesmo modo, a história da imigração foi objeto de críticas mais contundentes, especialmente na perspectiva de demonstrar que o mito do herói pioneiro mais ofuscava o entendimento desse capítulo da história do que ajudava na sua compreensão.

Nesse contexto, um novo universo de temas e abordagens se descortinou e desde então avanços significativos aconteceram. Somado a isso, em época muito recente tivemos o desenvolvimento de uma série de políticas sociais e afirmativas, as quais possibilitaram a algumas populações que historicamente haviam sido afastadas das universidades, tivessem maiores condições para realizarem formação de nível superior. Políticas que tristemente assistimos ao seu desmantelamento atualmente.

Por um lado, essas pessoas trouxeram para dentro das salas de aula um conjunto de experiências de vida e de conhecimentos que até então tinham certa presença lá, mas, quando tinham, era mais em sentido teórico do que prático. Por seu turno, na outra ponta desse processo e em proporção semelhante, essas pessoas passaram a levar os conhecimentos produzidos nas universidades para as suas comunidades.

A oxigenação da historiografia, a emergência de novos temas e críticas, somadas a uma maior abertura das universidades e ao papel que os estudantes exerceram no sentido de levar os conhecimentos que adquiriram de volta para seus lugares de origem, acredito eu, proporcionaram condições para que polêmicas como a que atualmente envolve o hino do Rio Grande do Sul

tivessem espaço para acontecer com maior força e repercussão. Evidentemente que este é apenas um dos fatores que está envolvido na questão, pois existem uma série de outros, tão ou até mais importantes, mas não há como tratar detalhadamente deles aqui.

Contudo, pelo que tenho acompanhado da discussão, o motivo principal da polêmica foi a recusa, realizada por alguns vereadores de Porto Alegre, em cantar e ficar em pé durante a execução do hino do Rio Grande do Sul na cerimônia de posse da nova legislatura. É importante destacar que não estamos diante de um ato isolado, pois há uma longa história relacionada a esse acontecimento, que envolve sincronia e diacronia e que deita raízes profundas na história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Na mesma linha do que venho escrevendo, também é importante registrar que algumas das pessoas envolvidas no acontecimento fizeram sua formação superior no contexto das políticas afirmativas antes mencionadas e têm elas como parte de suas plataformas políticas.

Matheus Gomes, um dos vereadores envolvidos, em entrevista ao portal de notícias UOL, lembrou que na UFRGS, desde 2018, a execução do hino do Rio Grande do Sul deixou de ser obrigatória. Eis um exemplo da interação entre universidade e sociedade. No mesmo sentido, tal situação também é demonstrativa do quanto tais interações podem renovar as discussões. Não duvido que a decisão adotada pela UFRGS tenha como origem a maior presença de negros e negras no interior da universidade, de suas reivindicações.

Não conheço suficientemente a história dessa decisão para cravar com certeza a sua origem, mas acredito que nela habita o conteúdo da resistência social dos estudantes, professores e trabalhadores da Universidade. Outro dado importante dessa discussão é o seu poder em renovar o conhecimento e oxigenar os debates. Acredito que o tema dos preconceitos presentes no hino do Rio Grande do Sul e o do racismo em geral, serão objeto de discussão em muita aula de história por este país afora, de muito debate parlamentar e de muita querela a ocorrer no interior do chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) que, no contexto do Rio Grande do Sul, tem uma força ímpar, inclusive no sentido de propor debates sobre os temas do ensino de história no estado.

Não obstante, estas ações vêm provocando a reação de grupos conservadores, os quais atualmente estão mobilizando poderes importantes, vem se organizando na sociedade civil e se institucionalizando nas agências de Estado, sobretudo, atuando para que estes debates sejam tolhidos, tratados como sem sentido e fundamento histórico. Por seu turno, além de exercerem

essa perigosa atuação institucional, eles vêm fazendo usos de outros meios, de violência empírica e simbólica, para impor suas visões de mundo. Exemplifica isso o fato de que, logo na sequência do ato realizado na Câmara de Vereadores, o vereador antes citado precisou registrar boletim de ocorrência, pois passou a ser objeto de ameaças de morte nas redes sociais.

Diante dessas considerações, para sintetizar minha posição sobre o problema e a polêmica, volto à resposta que produzi à primeira pergunta. Nela, baseado na “Segunda Consideração Intempestiva” de Friedrich Nietzsche, destaquei que a história “só serve para vida enquanto servir à vida” e que ruminar em demasia um tema, só por instrução, sem realizar as devidas críticas, é coisa perigosa. Considero que a crítica ao hino do Rio Grande do Sul e ao seu conteúdo preconceituoso, bem como a polêmica que veio na sua consequência, para citar Nietzsche novamente, são fundamentais para “nossa vida, para a nossa sociedade e para nossa cultura”. É um tema que deve ser profundamente debatido. Não só o racismo do hino, mas todas as formas de preconceito que se fazem presentes em nosso cotidiano.

No fim de um de seus livros, você ressalta o eufemismo pelo qual o latifúndio tem sido chamado de agronegócio, e sublinha suas dívidas históricas. Você pode desenvolver um pouco mais essa ideia?

A resposta a essa pergunta inicia no mestrado, quando tive uma aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Relação que ganhou um desenvolvimento todo particular no ano de 2005, quando vivi no Rio de Janeiro e cursei as disciplinas do curso de doutorado, o qual realizei sob orientação da professora Márcia Motta.

Nessa época, minha situação econômica não havia mudado. Novamente a notícia era a de que a minha classificação não implicaria em bolsa. Ao comentar esse conjunto de acontecimentos com um amigo (Edson Cadore) que atua como agrônomo no MST, perguntei a ele se não tinha algum contato do Movimento no Rio de Janeiro que poderia ajudar.

Prontamente ele passou o número do telefone de um “companheiro de movimento”, o Patrola. De imediato fiz o contato, expliquei minha situação e que precisava de um lugar para ficar. Nisso, ele comentou que havia um quarto livre na república em que morava, a qual era formada por pessoas que atuavam no âmbito da Secretaria Estadual do MST do Rio de Janeiro. Eu poderia ficar lá, desde que ajudasse nas despesas de aluguel.

Essa proximidade com integrantes do MST fez com que conhecesse o cotidiano e participasse diretamente das suas atividades. Para custear as minhas despesas comecei a trabalhar na secretaria do Movimento. Não lembro exatamente quando, mas dois ou três meses depois, recebi a notícia de que teria bolsa. Contudo, continuei atuando no Movimento. Consequentemente, no ano de 2005 fui mais um integrante do MST do que um estudante de doutorado de história propriamente dito.

No convívio com os novos amigos e amigas do MST, corriqueiramente era perguntado sobre o tema que estudava. Em uma dessas vezes, meu amigo Patrola, que naquela época recentemente havia finalizado o Curso de História na PUC/RJ, indagou sobre a importância de estudar “esse tema tão distante no tempo” e o quanto o estudo que eu vinha desenvolvendo poderia ajudar nas lutas que eles travavam no presente imediato. Eis uma preocupação legítima para a qual passei a dar atenção mais dedicada, especialmente buscando demonstrar as interconexões entre o latifúndio do passado e o agronegócio do presente.

A noção de eufemismo, por sua vez, vem da sociologia de Pierre Bourdieu. Para este autor, um eufemismo, grosso modo, é uma forma de falar uma coisa dizendo ou ocultando outra. Uma espécie de conhecimento que gera desconhecimento, visto que busca impossibilitar a crítica. Para ser mais preciso, dizer que o “agro é pop” e que o latifúndio, transformado em agronegócio, é responsável por alimentar o mundo, por garantir a riqueza e a estabilidade econômica do país é uma forma de não dizer, ou de dizer não dizendo – impossibilitando a compreensão profunda e completa sobre aquilo a respeito do que se está falando – que ele é o principal responsável por tragédias e desigualdades sem fim. Nessa linha e para findar, cito o livro “Pandemia e Agronegócio”, de autoria do infectologista estadunidense Rob Wallace. Neste estudo, entre outras coisas, o autor demonstra os vínculos diretos entre o agronegócio, seu avanço constante e incontrolável em direção as áreas florestais e as recentes epidemias e pandemias que vêm assolando o mundo.

Enfim, historicamente a grande propriedade está alicerçada na morte e na exploração de um número incontável de pessoas. Homens e mulheres que, em muitas situações, viveram e vivem em condições precárias de existência, que foram violentados ou perderam suas vidas por um pedaço de terra, enquanto outros poucos (o termo correto seria “pouquíssimos”) são donos de terras sem fim. O mais triste dessa história, contudo, é o fato de que o horizonte de perspectivas que o agronegócio promete para o futuro da humanidade, embora pouco se fale ou se fale eufemisticamente sobre isso, é tão trágico quanto o passado que ele foi capaz de produzir.

Jaqueline Hasan Brizola é mestre em História (2014)



pela UFRGS. Em 2016, sua dissertação (disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116631>>⁷) recebeu o prêmio de melhor dissertação de mestrado em História da Ciência pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. Atualmente é doutoranda em regime de cotutela entre o Programa de pós-Graduação em História da UFRGS e o Programa de Doctorado em Estudios Históricos de la Ciencia, Medicina y Comunicación Científica de

la Universidad de Valencia (Espanha). Seu currículo pode ser acessado no endereço: <<http://lattes.cnpq.br/2085805962990247>>.

Jaqueline, você poderia nos contar sobre sua entrada no universo da pesquisa?

Ainda durante a graduação, quando definia o tema do trabalho de conclusão de curso, o famoso TCC, decidi, certa vez, entrar no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, quando ainda funcionava em uma sala dentro do Hospital. Naquele momento, estava interessada em buscar registros de mulheres escravizadas, porque havia definido trabalhar com questões relacionadas à vida delas, colocando-as no centro da análise histórica. A história dos grandes homens, cheias de datas e marcos temporais já não fazia sentido. Sou da geração formada na “História Problema”, aquela voltada aos sujeitos, suas ações em sociedade, costumes e elaborações, aquela que oferece respostas às perguntas que colocamos no presente. Depois de algumas visitas ao Arquivo da Santa Casa, percebi que eram múltiplas as possibilidades de pesquisa naqueles documentos. Por ali passaram homens e mulheres escravizadas no século XIX, mas também sujeitos livres pobres, que não possuíam recursos para receberem tratamentos em casa, por ali passaram barbeiros sangradores negros, boticários que manipulavam as drogas existentes à época, médicos e provedores da Irmandade, que supostamente prestavam socorro aos despossuídos em troca de prestígio e poder em uma sociedade altamente hierarquizada. Um ano depois da primeira visita ao arquivo, concluí o primeiro trabalho na área da História social da saúde e do adoecimento; Cativeiro e Moléstia. A Santa Casa de Misericórdia

⁷ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

de Porto Alegre e o perfil de escravos enfermos no contexto do fim do tráfico negreiro no Brasil (1847 – 1852). Essa primeira aproximação com a pesquisa em fontes primárias foi determinante para seguir o mestrado e o doutorado, para conhecer outros arquivos e me decidir por essa profissão que, como nos dizia Silvia Petersen, com sua inteligência costumeira, é capaz de nos envolver e apaixonar por toda a vida.

Você pode falar, em linhas gerais, de sua pesquisa de mestrado?

Minha pesquisa de mestrado surgiu das lacunas deixadas pelo TCC. Ao investigar as doenças dos escravizados que viveram em Porto Alegre no século XIX, percebi que a varíola era endêmica na cidade e que, por vezes, se manifestava em quadros epidêmicos. Não eram incomuns os casos de “bexigas” que podiam ser simples ou confluentes no grande livro de matrícula geral de enfermos ao longo dos oitocentos. Por influência de grandes historiadores brasileiros, como Sidney Chalhoub, em “Cidade Febril”, ou, Silvia Lara, em “Fragmentos Setecentistas”, defini que faria um trabalho em História social, enfocando mais uma vez os sujeitos históricos, desta vez os variolosos. A partir daí, iniciou-se um caminho longo. Era preciso entender o porquê de a varíola ser uma doença que não dava tréguas no século XIX, já que a vacina existia desde o final do século XVIII, foi aí que saí da Santa Casa e fui percorrer outros arquivos em Porto Alegre, passei três meses no Arquivo Histórico lendo os relatórios de presidentes da Província, felizmente essa documentação também pode ser encontrada online no site “Center for Research Libraries”. Estes papéis continham o esforço realizado pelos representantes provinciais para vacinar a população, em alguns casos, os mapas de vacinados, e muitas queixas por parte dos mandatários da Província sobre a negligência das pessoas em relação às medidas de combate à varíola, incluindo a vacinação. Ironicamente, não foi por falta de vacina ou por falta de planejamento que a vacinação contra a varíola não funcionava adequadamente naquele momento, por certo existiam dificuldades inerentes ao contexto histórico, mas havia um esforço considerável por parte dos agentes responsáveis, tanto na capital, Porto Alegre, quanto na Província, à época chamada de São Pedro, para garantir o preventivo à população. A análise destes processos encontra-se no primeiro capítulo da dissertação. No segundo capítulo, levantei outras questões que me pareceram relevantes no decorrer da pesquisa. Ao perceber a quantidade de altas, mesmo entre os variolosos (as) na Santa Casa de Porto Alegre, salvo em momentos de epidemia, considerei importante relativizar uma ideia há até pouco tempo dada como certa pela historiografia

brasileira, a de que o Hospital, antes do século XX, era apenas um lugar para uma boa morte, nesses locais encontravam-se os moribundos, que não tinham outra sorte se não aguardar a morte certa nos corredores de um local insalubre e cheio de pestilências. Em verdade, e segundo as pesquisas que venho realizando, o cenário encontrado nos Hospitais do século XIX poderia não ser tão desolador assim. Ali existiam profissionais formados em Universidades, como fora o caso do Dr. Caldre Fião, diplomado em Medicina Homeopática no Rio de Janeiro e atuante na Santa Casa de Porto Alegre desde a década de 1830, havia botica, acesso a medicamentos, dieta especial e acomodações melhores que aquelas com as quais os sujeitos menos abastados da sociedade estavam acostumados, ou seja, talvez o elevado número de altas que encontrei, inclusive entre os escravos, no período que investiguei, possa estar relacionado com essas múltiplas possibilidades de reabilitação que o Hospital oferecia no período. No terceiro capítulo, trabalhei especificamente com a epidemia de varíola que levou a óbito 1% da população de Porto Alegre no ano de 1874. Em resposta à situação de caos em que a cidade se encontrava, a Câmara mandou construir às pressas um lazareto em uma chácara no caminho dos Moinhos de Vento, onde as autoridades mandaram isolar os escravos e os livres pobres que padeciam da doença, sabemos disso porque todos aqueles que passaram pelo lazareto antes da morte, foram enterrados no Campo Santo, um local destinado aos miseráveis, localizado além dos muros do cemitério da Santa Casa, os ricos e abastados eram sempre enterrados nas catacumbas das Irmandades, entre os muros. O espaço de enterramento era algo muito importante naquela sociedade, e a segregação existente na vida era reproduzida também na hora da morte. De qualquer maneira, não foram apenas os pobres e escravos que padeceram durante a epidemia, os lugares de enterramento dos ricos também ficaram lotados naquela ocasião, isso porque a resistência em vacinar e a ignorância dos meios de contágio era algo compartilhado pelos diferentes sujeitos que viviam em Porto Alegre no século XIX, independentemente da posição social que ocupavam naquela sociedade escravista e hierárquica. Os desfechos desse evento podem ser explicados pelos costumes compartilhados no interior das diferentes comunidades que viviam na capital em meados do século XIX, esses costumes apontavam para a não adesão à vacinação, havia desconfiança, medo e muito pouco diálogo por parte das autoridades com a população em geral, a epidemia que investiguei no terceiro capítulo ocorre neste contexto.

Você pesquisou processos-crime do acervo do Arquivo Público. Em que essa documentação lhe ajudou na construção de seu argumento?

Fui para o Arquivo Público por sugestão do professor Paulo Moreira, que esteve na minha qualificação e fez apontamentos muito importantes. A ideia inicial era encontrar mais detalhes da vida dos sujeitos que estavam à frente da vacinação ou das “políticas sanitárias preventivas”, em meados do século XIX, como foi o caso do vacinador da Capital, Dr. Roberto Landell, ou do presidente da comissão de higiene, Dr. Manoel da Silva Ubatuba. Comecei pelos inventários, mas logo percebi que os processos crime poderiam ser melhor aproveitados. A partir daí, teve início a parte mais divertida da pesquisa, além de conviver com colegas pelos quais tinha muito apreço na sala de pesquisa, pude me inteirar dos pormenores da vida desses médicos, acompanhar as muitas dívidas que acumularam e as cenas de violência que protagonizaram. Em um dos muitos processos em que o vacinador Roberto Landell aparece como réu, sob guarda do Arquivo Público, há detalhes de uma briga entre ele e o acusador, Dr. Ubatuba, este último, segundo o processo, teria sofrido violência física. Ubatuba, que era presidente da comissão de higiene da Província e que também era médico, havia assumido o tratamento de um menino que outrora fora acompanhado por Landell. Segundo a defesa do vacinador, o Dr. Ubatuba, utilizou-se da prerrogativa de presidente da comissão de higiene para assumir o tratamento do menino, passando por cima do trabalho de Roberto Landell, um homem incansável na defesa da ciência. Dr. Landell era formado pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, um escocês que escolheu a Província de São Pedro para atuar como médico e viver com a família. Ainda segundo o processo, a discussão gerada em torno do tratamento adequado a ser ofertado ao menino enfermo teria acabado em “chutes e pontapés”, golpes que só foram apartados por ação de outros médicos que se encontravam no local, como o Dr. Caldre Fião, testemunha do Dr. Ubatuba. Ao acessar esses e outros documentos, achei importante relativizar a ideia de que havia um consenso entre os médicos quanto as formas adequadas de tratamento das doenças. Neste caso, a briga entre os esculápios, fora motivada por divergências na condução do tratamento de um menino, mas haviam outras incompatibilidades. No século XIX, existiam muitas medicinas, ou melhor, muitas formas socialmente aceitas de oferecer tratamentos aos enfermos. A medicina alopática, dos medicamentos químicos ainda era muito incipiente, barbeiros sangradores ou curandeiros eram, muitas vezes, mais considerados que cirurgiões. No caso dos médicos diplomados, também havia interpretações divergentes quanto à origem e tratamento das enfermidades, muitos deles foram contrários à vacina, quando esta passou a ser aplicada e isso ocorreu não

só no Brasil. As divergências entre o primeiro vacinador da capital e o presidente da comissão de higiene da Província no tratamento de um menino enfermo encontradas em um processo crime reforçaram minha argumentação. Acho que essa foi a grande contribuição dos documentos do Arquivo Público para o trabalho.

Qual a temática da atual pesquisa de doutorado? Você utilizará documentação do Arquivo Público novamente?

A temática atual da pesquisa no doutorado segue sendo em história social da saúde, mas, desta vez, recuei um pouco no tempo e ampliei o espaço. Estou interessada em entender as elaborações dos sujeitos que viveram em grandes portos escravistas entre meados do século XVIII e princípios do século XIX para conter as epidemias que supostamente chegavam do além mar. É um período anterior à difusão da vacina, onde as técnicas de combate às doenças epidêmicas estavam muito vinculadas às quarentenas e ao isolamento de suspeitos. Por isso, estou investigando duas cidades de extrema importância para os Impérios aos quais pertenciam ao longo do período colonial, Rio de Janeiro, no Brasil, e Havana, em Cuba. Tais localidades recebiam um grande número de escravos no período, e, não raro, estes sujeitos eram vistos como os únicos responsáveis pelas epidemias de varíola, febre amarela, entre outras, que assolavam as populações americanas. A ideia de que os africanos carregavam as doenças contagiosas atravessou os séculos em nosso país. Na década de 1930, por exemplo, Otávio de Freitas publicava um livro intitulado. "Doenças africanas no Brasil", esta obra reforçou o consenso de que os quadros epidêmicos no Brasil, dos séculos XVIII e XIX, eram responsabilidade dos africanos. Por certo, as condições insalubres às quais estavam submetidos e a viagem transatlântica que lhes retirava de seus lugares de origem, contribuíram para o adoecimento desses sujeitos, mas imputar-lhes a culpa pelos quadros epidêmicos de um território imenso como o Brasil em um momento em que não existia vacina ou um conhecimento melhor elaborado das formas de transmissão das doenças é reforçar o racismo, é ignorar as inúmeras relações que se estabeleceram no passado e que favoreceram o desenvolvimento de epidemias, além disso, atribuir culpa a determinados grupos por situações complexas como essas me parece um grande erro que deve ser corrigido. Venho percebendo que as medidas de controle existentes entre meados do século XVIII e princípios do século XIX eram frequentemente destinadas aos navios recém-chegados da África, enquanto outros, com soldados, por exemplo, eram melhor tolerados, ou seja, atracavam nestes portos

sem maiores problemas, a análise destes processos já se encontra na qualificação do meu doutorado. Ainda estou no meio da pesquisa e, desta vez, não utilizo as fontes do Arquivo Público porque faço uma comparação entre duas cidades fora da Província, está sendo uma experiência interessante, mas também desafiadora, especialmente neste momento de pandemia, em que a locomoção está limitada e os arquivos fechados.

Atualmente vemos uma celeuma imensa em relação à vacinação contra a COVID-19: disputas políticas em relação ao pioneirismo e aos laboratórios preferenciais e suas supostas nacionalidades de origem; pessoas que se recusam a vacinar-se e pessoas e corporações que não respeitam a ordem de prioridades; até as dificuldades de abastecimento de vacinas e a ausência de uma política pública consequente de vacinação. O que o estudo histórico sobre a vacinação contra a varíola tem a dizer? E quais os limites desse “diálogo dos tempos”, quer dizer, o que a História não tem a dizer?

Essa é uma excelente pergunta porque nos permite pensar nos limites das temporalidades e no papel do conhecimento histórico neste momento em que o mundo enfrenta uma pandemia que não tem prazo para acabar. Começamos pela vacinação contra a varíola, já que esse foi o maior empreendimento realizado por homens e mulheres contra um agente patológico desde os princípios da civilização. Foi algo possível depois das revoluções do século XVIII, sobretudo, porque a ciência vinha ganhando os contornos que conhecemos atualmente no decorrer daquele século. Foi a partir dessa vacina que outras foram criadas, doenças terríveis como a febre amarela, escarlatina, peste bubônica foram controladas e isso significou uma mudança radical na qualidade e na expectativa de vida das pessoas, mas o fato é que a vacina jamais foi consenso, nem mesmo em situações epidêmicas. Sempre houve quem duvidasse da eficácia, ou acreditasse correr risco de adquirir feições de animais, no século XIX era comum a recusa das pessoas em vacinar porque temiam parecer com bovinos após a aplicação. Naquele contexto, ainda era possível entender a preocupação pois o pus original da vacina era retirado das pústulas das vacas. Para as populações que viviam no interior do Brasil, sem acesso à educação ou maiores informações acerca do método, aquilo era algo muito distante, que em nada combinava com os costumes adquiridos na hora de prevenir ou tratar as enfermidades. Sob esse aspecto, acho que a história tem muito a nos ensinar porque observamos recorrências no comportamento

humano, e o rechaço à vacinação no passado foi elemento central para o descontrole de epidemias, não apenas de varíola. Contudo, é preciso cuidado na hora de estabelecermos comparações entre a crise que vivemos hoje e outros cenários históricos de descontrole de doenças. A pandemia de coronavírus carrega as especificidades do seu tempo, porque ocorre depois das vacinas, dos antibióticos, da super tecnologia que nos permite enxergar as células, dividi-las, modificá-las, ocorre no momento em que o planeta ultrapassa os sete bilhões de habitantes e que as desigualdades adquirem imensas proporções. Neste caso, nós historiadores e historiadoras temos muito a aprender com as outras ciências, com a sociologia, antropologia, a biologia, por exemplo. Acho que sobre as questões próprias do tempo presente temos pouco a dizer, embora saibamos, por meio do conhecimento histórico, que as condições para o descontrole das epidemias devem ser buscadas nas opções dos sujeitos, na forma que conduzem as instituições ou se movimentam em sociedade, mas esse conhecimento por si só não traz respostas prontas para as questões que se colocam no presente, a realidade é muito mais complexa.

Na introdução de sua dissertação de mestrado, você recupera Le Goff, quando afirma que as doenças são fenômenos construídos socialmente. O que a pandemia de COVID-19, do seu ponto de vista, revela sobre a sociedade brasileira? E de que maneiras podemos pensar que a pandemia está sendo construída por ela?

Essa passagem do Le Goff em “As doenças tem história” nos ajuda a refletir sobre as diferentes representações das doenças em sociedade, e pensar essas categorias é essencial para a construção do conhecimento histórico. Sabemos que as enfermidades são fenômenos naturais que podem decorrer do desequilíbrio da natureza, mas as representações e formas de combate são elementos culturais que, por sua vez, podem acelerar ou conter esse “fenômeno da natureza”. Os sujeitos enfrentam as doenças de acordo com suas convenções, costumes, de acordo com o conhecimento adquirido em um determinado tempo, mas também há aqueles que não buscam tratamentos por motivos mágicos religiosos. Há inúmeras pesquisas que demonstram a importância da religiosidade na forma com que as pessoas percebem as doenças em diferentes momentos, ou seja, a batalha entre ciência e religião que, em boa medida, estamos assistindo em tempo real no enfrentamento à Covid –19 no Brasil não deixa de ser um fenômeno social que tem consequências para o adoecimento das pessoas. Com isso, recuperamos as

ideias de Charles Rosenberg, um historiador americano tão importante quanto Jaques Le Goff neste debate. Rosenberg afirma que “as doenças, ao mesmo tempo que são reveladas pela sociedade, em boa medida, também ajudam a revelá-la”. Em outras palavras, as enfermidades que os seres humanos enfrentam em um determinado momento histórico são testemunhas do tipo de sociedade que construíram, das opções que fizeram, da forma com que conduziram as Instituições. A pandemia de Covid-19 revela inúmeros aspectos da sociedade brasileira, estamos vendo nossa população padecer em massa, hoje já são mais de 250 mil óbitos e 11 milhões de contágios, somos, ao lado dos Estados Unidos, o pior país do mundo na condução da pandemia, com a diferença que os lanques já enxergam, neste momento, uma luz no fim do túnel com a mudança na condução do governo, enquanto nós vivemos em uma espécie de labirinto, sem orientação, sem planejamento, mudando nossas vidas e rotinas de acordo com as vontades de prefeitos e governadores que agem de acordo com as vontades de empresários. Além do completo despreparo para enfrentar uma situação como essa, verificamos claramente a ordem de prioridades estabelecida pelo governo brasileiro, que tem a expressão máxima da desqualificação na figura do presidente. Nestas terras ao sul do Equador prezamos pelo trabalho a qualquer custo, não praticamos isolamento, pandemia é gripezinha e quem ficar com medo de morrer é covarde ou marica. Esse discurso não deixa de ser uma tentativa de dar sentido a um fenômeno social, temos uma pandemia, ela está matando milhões de pessoas ao redor do mundo, mas nosso discurso é raso e negacionista, dizemos que está tudo bem e distribuimos remédios sem comprovação científica. A covid-19 tem revelado essas e outras questões assustadoras sobre nossa sociedade, ao tratar com desprezo e ignorância uma situação desta gravidade, estamos permitindo que a pandemia se estenda por anos e anos em nossas vidas, estamos favorecendo o vírus e sendo coniventes com mortes que poderiam ser evitadas. Ao construir um discurso negacionista, o Estado brasileiro comete um crime contra a humanidade, mas hoje não temos nenhuma segurança de que esse crime será punido, de que veremos justiça para as vítimas da Covid-19. Evidentemente, somos milhões no país contrários a esse descalabro, mas, nesse momento, as vozes da resistência estão silenciadas ou tem muito pouca força diante da magnitude do problema e o que predomina é o descaso e a inoperância. Hoje o Brasil é laboratório para o mundo do que não fazer diante de uma pandemia, é isso que estamos construindo, e talvez seja esse nosso principal legado para o momento histórico que estamos vivendo.

Como tem sido, para você, conciliar a vida familiar e as atividades acadêmicas em um cenário calamitoso de pandemia?

Tem sido um desafio muito grande, não apenas para mim. As mulheres, em geral, foram atingidas em cheio com a pandemia, do dia para a noite tivemos que nos adaptar ao trabalho remoto, cuidando das crianças e da casa ao mesmo tempo, muitas de nós foram demitidas de trabalhos formais e perderam a renda, isso ocorreu com muitos homens também. O suporte da escola tornou-se um fardo difícil de carregar porque as atividades enviadas para a casa têm de ser acompanhadas pelos adultos, sobretudo, quando se tem filhos pequenos, como é o meu caso, não é possível conciliar trabalho de pesquisa, leitura e elaboração com as atividades de duas crianças cheias de energia. Mas, como sou uma estudiosa da história das epidemias, tenho buscado acessar esse conhecimento para pensar em soluções sem alimentar ilusões. Sei que a pandemia não passará amanhã, com sorte veremos a situação amenizada em 2022 no Brasil, mas o fim dessa tragédia é imprevisível, não possuímos políticas públicas pensadas para conter os casos em nível nacional, ao contrário, o que está colocado no cenário hoje é o fortalecimento do vírus e suas variantes, se dependemos do presidente e seus ministros, teremos pandemia por muitos anos, então, venho propondo a organização de grupos reduzidos de convivência onde tomamos todos os cuidados e seguimos os protocolos da OMS, onde pensamos atividades para as crianças para além da folha enviada pela escola, é uma tentativa de autogestão com outros pais e mães, somos poucos, tudo está sendo elaborado por nós mesmos, tem sido uma maneira de repensar a educação, os valores. Sou contra as aulas remotas na educação infantil, tenho muitas críticas aos eletrônicos nesta fase, e sabemos que educação é muito mais que realizar uma tarefa em casa e enviar um pdf à escola. Em 2020, estive com minha família o ano inteiro na Espanha, por ocasião do doutorado em Cotutela com a Universidade de Valência, quando as aulas retornaram por lá, em setembro, pude observar “in loco” o modelo adotado pelo governo Espanhol para garantir a escolarização às crianças e mantê-las seguras frente ao vírus. Infelizmente, estamos longe de proporcionar segurança aos pequenos e as famílias nas escolas brasileiras por isso há que se pensar em cooperação com pessoas que estão conscientes da pandemia, dos riscos e que desejam cumprir os protocolos para preservar a si mesmo e aos demais. É preciso criar alternativas diante do caos.

Caiuá Cardoso Al-Alam é professor da Universidade



Federal do Pampa, campus Jaguarão, desde 2011. Licenciou-se em História pela Universidade Federal de Pelotas em 2004. Defendeu seu mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2007 e seu doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2013, disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2458/1/447452.pdf>>.⁸ É especialista nos estudos sobre

a História do Brasil Império, principalmente na área da História Social da Escravidão, estudou a História das Prisões e da Polícia, e atualmente estuda o campo do Pós-Abolição na fronteira com o Uruguai. É autor de “A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)” e um dos organizadores do livro “Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai”. Confira seu currículo em: <<http://lattes.cnpq.br/3233877111687799>>.⁹

Caiuá, você poderia nos traçar um panorama sobre sua trajetória profissional e sobre suas pesquisas?

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para esta entrevista. Me sinto lisonjeado em poder conversar com pesquisadores/as do APERS, que tanto admiro. Não posso deixar de fazer referência à triste conjuntura em que estamos vivendo, de um governo federal que aposta em políticas genocidas que ampliam os impactos da COVID-19, aprofundando as desigualdades sociais no país. Já são mais de 410 mil mortos e o governo continua investindo em desinformação e boicote ao SUS, inclusive omissivo em relação ao acesso e ampliação das vacinas. Momento muito difícil, muito doloroso. Que impõe a nós historiadores/as, professores/as, a urgência de repensar nosso trabalho, como a nefasta imposição de retorno às aulas presenciais sem condições sanitárias para isto, e o papel enquanto sujeitos políticos em relação a esta conjuntura. Não podemos nos omitir. Mas vamos lá. Minha trajetória acadêmica começou no curso de Licenciatura em História da UFPel. Estudei lá de 2001 a

⁸ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

⁹ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

2004. Na época trabalhei com os campos da Memória, Museologia, Educação Patrimonial e a História Social da Escravidão. Em 2005, fui admitido no Mestrado de História da UNISINOS, onde fui orientado pelo generoso Paulo Roberto Staudt Moreira, pesquisador incrível, que me acolheu de uma forma muito bacana. Gosto de dizer que fiz parte de gerações de orientandos do Paulo, que acabaram reproduzindo a “fome” pelos arquivos, na busca de narrativas históricas mais atraentes, com aguçada indignação e com a generosidade de compartilhar fontes e bibliografia. Lá, trabalhei com a pena de morte enquanto uma legislação conduzida a punir trabalhadores escravizados em específico, mas buscando entender os protagonismos de homens e mulheres negras durante a escravidão, construindo também análises sobre o policiamento e a prisão em Pelotas. Concluí a dissertação em 2007 com o título “A Negra Força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)”. Este trabalho foi transformado em livro, sendo lançado em 2008, tendo uma aceitação bem bacana na região de Pelotas. Creio que por enfatizar reflexões que questionavam alguns pressupostos ainda muito vigentes bancados por uma perspectiva historiográfica com centralidade nas elites da cidade. Gosto muito deste texto. De certa forma, ele dialogou com todo o questionamento que diferentes gerações faziam à história da cidade, conversando, portanto, com a indignação contra um discurso histórico elitista e alienante. Posteriormente, entre 2007/2008, trabalhei em um museu comunitário da região da Lomba do Pinheiro em POA, experiência riquíssima, e depois lecionei como professor substituto no curso de Museologia da UFPel, trabalhando com as primeiras turmas daquele curso recém-criado. Em 2009, ingressei no doutorado na PUCRS com a orientação do Jurandir Malerba, o que foi muito bacana, um cara que é referência para mim e para o país nos estudos do Brasil Império. Continuei pesquisando a história da Polícia e da Prisão em Pelotas, mas busquei construir trajetórias de delegados e carcereiros, para entender as dimensões políticas e sociais destas profissões. Concluí em 2013 com a tese chamada “Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889”. Na época, já estava trabalhando como professor efetivo no curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Havia sido aprovado em concurso público no final de 2010, tomando posse em janeiro de 2011. Logo comecei a acompanhar as atividades do Clube 24 de Agosto, clube negro centenário de Jaguarão, que lutava contra o processo de leilão de sua sede, injusto, diga-se de passagem. O curso de História foi um dos tantos parceiros que esteve junto ao Clube resistindo. Aprendi muito nesta caminhada. E foi dialogando, aprendendo com a

comunidade do Clube 24, que passei a pesquisar o campo do Pós-Abolição. Atualmente pesquiso o associativismo negro na fronteira do Brasil com o Uruguai. Em 2018 tivemos um momento especial, que foi junto com a Giane Escobar e a Sara Munaretto, ter organizado o livro que celebrou os 100 anos do Clube 24 de Agosto, contando com diversos/as pesquisadores/as egressos/as da UNIPAMPA. A obra foi uma encomenda do Presidente da instituição, Madrugá Crespo, um cara que admiro muito. Então é isso, abro meu 11º ano de trabalho na fronteira, compondo um grupo de educadores/as da UNIPAMPA, resistindo a este governo com práticas autoritárias e privatistas, que investe no desmonte dos serviços públicos, e que tem precarizado a vida da população brasileira. E seguimos acreditando na prática e num projeto que concebe a valorização da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Qual foi a importância das fontes primárias custodiadas no Arquivo Público em sua trajetória, sobretudo dos processos criminais?

Foram fundamentais! Por morar e estudar no interior, minha história com o APERS começou tarde. Na época, só existiam programas de pós-graduação em torno da capital do Estado, no interior havia apenas a UPF. No início dos anos 2000, as dificuldades eram grandes. A internet era incipiente, pouco lidávamos com a perspectiva digital. Lembro que quando algum/a de nós viajava para um evento acadêmico, trazia xerox de algum livro badalado nas bibliotecas universitárias. Ou até mesmo, lembro também de comprarmos livros coletivamente e depois tirarmos xerox. Eram formas de driblar a precariedade das bibliotecas locais. E neste sentido, era difícil o deslocamento para Porto Alegre e conseguir tempo para uma estadia mais qualificada que permitisse a pesquisa em longa duração. No final da graduação, decidi estudar o funcionamento da pena de morte no país durante o século XIX em plena escravidão. Lembro que alguns me argumentaram que não existiam fontes para efetuar esta pesquisa. A Lorena Gill acolheu a proposta de orientação. Descobri, dialogando com ela e a Beatriz Loner, que os processos crimes eram uma possibilidade. Fui incentivado a buscar esta alternativa. Lembro até hoje, fui e voltei pedindo carona na beira da estrada. Pontualmente, trabalhei um processo em específico na monografia de conclusão de curso. Fui muito bem atendido pelos/as funcionários/as do APERS na época. Fichei o processo e voltei para Pelotas vislumbrando a possibilidade de continuar pesquisando com aquele tipo de fonte. Me apaixonei. Neste sentido, poucos/as estudantes do interior, pelo menos aqui de Pelotas, buscavam realizar mestrado em POA. Pois era

custoso e nem todos/as tinham condições. Pontualmente alguns colegas de turmas anteriores haviam buscado este sonho. Lembro que eu, Claudia Tomaschewski e Lucio Xavier, acreditamos neste sonho coletivamente. Construímos nossos projetos e fomos realizar a seleção, com nossas plaquinhas, também de carona na BR-116. Tive a felicidade de ser aprovado na UNISINOS, e sendo orientado pelo Paulo Moreira, me apaixonei definitivamente pelos processos crimes e todas as suas potencialidades. No mestrado e no doutorado, foquei no uso dos processos, e me tornei um visitante assíduo do APERS. Descobri uma Pelotas enquanto um território negro, africano. Uma cidade encruzilhada, espaço de passagem dos diferentes tipos de trabalhadores e trabalhadoras, com acúmulo de um certo cosmopolitismo no mundo do trabalho. A região estava conectada com diferentes territórios e portos, o que evidenciou uma experiência histórica muito mais complexa do que o discurso que vislumbrava apenas uma narrativa das elites do lugar. Isso acabou potencializando outros estudos que pude realizar com outros/as colegas. Destaco o livro realizado com Natália Pinto e Paulo Moreira chamado “Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)” hoje em segunda edição e disponível online gratuitamente, que partiu de dois processos crimes salvaguardados pelo APERS, e, com o próprio Paulo, o artigo “‘Já que a desgraça assim queria’ um feiticeiro foi sacrificado: curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas - RS, 1879)”, que também parte de um processo crime do Arquivo. Portanto, foi a partir dos processos crimes que encontrei elementos para construção de uma História Social, evidenciando diferentes protagonismos antes negligenciados. Uma outra coisa muito bacana que o APERS me proporcionou, foi o convívio com os/as colegas na sala de pesquisa. Os cafés do intervalo, as chegadas e partidas do lugar, me fizeram aprender muito. O intercâmbio de ideias, documentos, análises, livros, é um importante ponto para pensar a perspectiva da generosidade entre historiadores e historiadoras, e isto o cotidiano no APERS possibilita. Tenho muita saudade da turma.

A que você atribui seu interesse pela História Social da Escravidão?

Meu interesse pela História Social da Escravidão se deu por dois vieses: trajetória militante no campo da memória dialogando/aprendendo com os movimentos sociais negros; e a influência da atuação da professora Beatriz Loner e o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. Tive ótimos educadores/as de História no ensino médio, o que me mobilizou para pensar análises do passado

de forma crítica e também me projetaram para a vontade de lecionar. Durante a graduação, trabalhei no conhecido Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas. Na época, a prefeitura da cidade, numa forma de qualificar os espaços de atuação das políticas de cultura, investiu em parcerias com a UFPel, contratando bolsistas e estagiários. Fui parar no Museu da Baronesa junto com um conjunto de pessoas maravilhosas. Lá, vigorava a tradicional história da cidade, elitista, de barões e baronesas, sem conflitos, sem luta de classes, sem qualquer menção à escravidão. O grupo de pessoas que trabalharam lá de 2001 a 2004, investiu em outras histórias, nos contrapontos, nas provocações e fundamentalmente na memória dos diferentes protagonismos da comunidade negra da cidade. Foi bem bom, pois investimos em diferentes elementos de atuação do Museu, desde as exposições, políticas de salvaguarda de acervo, pesquisa histórica, transformamos as narrativas. Mas o fundamental foram os projetos de educação patrimonial, que focavam as escolas municipais, pessoas da terceira idade e turmas noturnas de escolas estaduais. Foi um barato, pois trabalhávamos com teatro e educação popular, nas linhas da pedagogia crítica de Paulo Freire e do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Trabalhamos fundamentalmente abordando os protagonismos de homens e mulheres negras no século XIX, pois o Museu carregava uma experiência de um casal de barões, que teriam feito a “graça” de libertarem seus escravizados. Hoje, sabemos que foi naquele infame sistema de contratos, vinculando a liberdade em anos seguintes ao “bom comportamento” no servir, que vislumbrava no final de contas o acúmulo de capital simbólico por parte das elites e a continuidade do uso descarado da mão-de-obra escravizada. Para isto, realizamos muitas parcerias onde buscávamos ensinamentos e provocações, dialogando com referências fundamentais dos movimentos sociais negros, como o Mestre Batista. O Sopapo, atabaque rei, foi um vetor de nosso trabalho. Encontramos o primeiro Sopapo artesanalmente feito pelo Mestre, em uma das oficinas do projeto CABOBU, coordenado pelo Giba Giba, no depósito da Secretaria de Cultura. Mestre Batista recuperou o instrumento, e o colocamos na exposição permanente do Museu. Isso ecoou de forma contundente pois virou uma provocação importante para tensionar narrativas. Tivemos também a parceria da Yalorixá Mãe Nara de Xapanã, que nos evidenciou diferentes possibilidades de se pensar estratégias de abordagem contra a intolerância religiosa e os saberes das religiões de matriz africana. Não posso deixar de evidenciar a grande parceria que tivemos com o ODARA, nas figuras da Greice Ribas e Maritza Freitas, que articulavam oficinas de dança Afro, fundamentais pedagogicamente e que eram lindas demais. Ouvindo e dialogando com estas pessoas, e trabalhando com Educação Popular e História, acabei me interessando

pela História Social da Escravidão. Entendia que era uma emergência pesquisar o assunto e construir contrapontos. Na faculdade de História, participei no primeiro ano de curso, de um projeto de pesquisa com a professora Beatriz Loner, que buscava entender o processo abolicionista no Rio Grande do Sul. Comecei pesquisando no jornal A Federação. Logo depois, Beatriz ainda ofertou uma disciplina específica para trabalhar o tema. Ela, certamente também foi uma influenciadora importante para a minha trajetória de pesquisa.

Atualmente, existe um grande debate na sociedade gaúcha a respeito do caráter racista do hino estadual. Como especialista no estudo da escravidão, e considerando os resultados que encontrou em suas pesquisas, como você encara essa questão?

Acho o debate fundamental. O assunto a respeito do hino do Estado, traduz uma tradição da forma como a sociedade rio-grandense lida com a pauta do racismo e o protagonismo de homens e mulheres negros e negras no Rio Grande do Sul. A muito custo, e por iniciativa dos movimentos sociais e culturais negros, a imagem do Estado como sendo essencialmente branco tem sido questionada. Desde os primeiros trabalhos intelectuais no século XIX, que tentaram sistematizar uma leitura do passado da região, passando pelos referenciais do IHGB na região, como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, depois os intelectuais republicanos que buscaram aproximar nossas tradições às experiências do Prata, chegando à fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1920, onde a perspectiva lusitana da nossa história se torna preponderante, o discurso histórico negou e invisibilizou o protagonismo dos povos originários, e de africanos/as e seus descendentes. Depois de minimizarem a presença, buscaram ainda criar um discurso que legitimaria o desaparecimento destas comunidades no passado. O que reforçou as leituras que se seguiram durante o século XX, atreladas à ideia da democracia racial dos pampas, aprofundada pela ditadura empresarial militar e que negou qualquer conflito e preconceito racial no Estado. Isso tudo fundiu uma perspectiva ufanista de um Estado carregado de uma pretensa moral “justa”, calcada numa ideia de liberdade. Imagine, o gaúcho, a imagem sociocultural do Estado predominantemente forjou-se branca, com utopia de tudo que o significado do europeu no sentido dos valores positivos da manifestação do ser branco, aquilo que hoje principalmente os/as pesquisadores/as negros/as nomeiam de branquitude/branquidade, vigorou e vigora nos CTGs, nas escolas, até hoje. Oliveira Silveira, importante intelectual negro, em toda sua trajetória

pesquisou e enfatizou a contundente influência africana naquilo que chamamos de cultura rio-grandense, ou cultura gaúcha. Negada, por muito tempo pela historiografia, hoje sabemos que a experiência da escravidão foi usada em larga escala em todo o Estado, inclusive no pampa gaúcho e até mesmo nas cidades conhecidas como de “imigrantes europeus”. Em todo o Rio Grande do Sul, trabalhadores/as africanos/as protagonizaram diferentes tipos de experiências, que legaram saberes, costumes, modos de viver, ver e sentir o território sulino. O Rio Grande do Sul, sem dúvida nenhuma, é também um território negro. E dizer tudo isto, torna a análise do questionamento sobre o hino do Estado extremamente importante. Não só a estrofe “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo” é escrachante, um deboche quando pensamos na condição de homens e mulheres negros e negras submetidos à escravidão. Mais direto e objetivo em relação a forma como as elites pensavam esta condição e estas pessoas, impossível. Mas também devemos refletir qual era o lugar da comunidade negra naquele projeto de 1835. A forma como a República Rio-grandense lidou com a abolição, a negligenciando enquanto projeto político, o massacre de Porongos e inclusive a continuidade de utilização da mão-de-obra escravizada pelas diferentes lideranças no após Tratado de Ponche Verde, denotam que a ambição de cidadania era restritiva. Não é um debate anacrônico. Se observarmos o quanto os intelectuais republicanos rio-grandenses vinculados às elites pensantes do IHGRio Grande do Sul continuaram a discutir cidadania, em oposição nacional/regional, nas mesmas linhas dos seus textos, veremos que continuaram invisibilizando a história do povo negro e indígena. A história do Rio Grande do Sul, é marcada por uma insistente luta por uma liberdade, que estava vinculada a um projeto de cidadania, mas para poucos, restritiva, na lógica do direito à propriedade privada e liberdade política para as elites, racializada fundamentalmente, que seguiu reproduzindo-se estruturalmente com restrições ao acesso à educação da população negra. O que acabou demandando contrapontos como as campanhas intensas dos movimentos sociais negros pelo acesso educativo à sua comunidade, desde o século XIX até hoje! Quando questionamos o hino do Rio Grande do Sul, não é uma frase e o conteúdo explícito dela apenas. Questionamos a representatividade histórica deste Estado. É uma batalha política da memória! E é evidente que se torna um conflito, um incômodo, pois questionamos o discurso elitista, branco e pretensamente europeu, que está corroborado em toda ritualização identitária do Rio Grande do Sul. É difícil mesmo, pois é uma luta estrutural, contra um projeto de poder intelectual e cultural de longa duração imposto pelo/ao Estado.

Seu trabalho, e os de outros pesquisadores sobre crime, criminalidade e policiamento, coloca em diálogo referenciais teóricos heterogêneos, como Foucault e Thompson. Do seu ponto de vista, quais são as vantagens e os cuidados ao realizar o cruzamento de matrizes teóricas diversas?

Entendo que os avanços teóricos que tivemos na caminhada da construção do conhecimento histórico, se deram devido a diferentes aproximações. O que, por exemplo, evidenciou questionamentos às serializações, grandes temporalidades, pelo entendimento que a pesquisa histórica não se encerrava em uma suposta verdade proposta em dados objetivos de uma fonte. Passamos a interagir de forma reflexiva, questionadora de tudo aquilo que se apresentava como evidência ou narrativa. E. P. Thompson defendeu a aproximação com outras áreas como a Antropologia, pensando e testando categorias, conceitos, e até mesmo modelos interpretativos na pesquisa histórica. Foi assim que em abordagens com centralidade em categorias como a da cultura, nos legou possibilidades para entender especificidades nisso que chamamos de classe operária. O que torna isto referencial, é a forma como utilizamos, como entendemos que conseguiremos responder a determinada análise histórica. Entendo as divergências entre os dois autores, são compreensões sobre análise da relação passado/presente diferentes, com Thompson enfatizando a perspectiva do sujeito que protagoniza o passado, que está inserido/interagindo num processo histórico. Já Foucault, sem esta pretensão de encontrar estes sujeitos, ou melhor, apostando na desconstrução destes, das verdades que constituem esta compreensão processual da História, sem um sentido de fato. No meu caso, Foucault foi importante para entender lógica da sociedade disciplinar, mais especificamente a prisão como modelo punitivo, enquanto um projeto político situado e construído historicamente. O quanto este regime de verdade em torno da ideia punitiva e corretiva da prisão, tornou-se um consenso. Destaco também que o entendimento de poder por parte do autor, de forma pulverizado, reproduzido nas diferentes relações sociais, e não apenas imposto de modo institucional, foi fundamental para minha abordagem sobre o chamado "cotidiano policial" no século XIX. O que me fez observar questões como hierarquias construídas a partir de perspectivas de identidades regionais, por exemplo, quando da nomenclatura de policiais locais para soldados do Exército, que eram chamados pelos primeiros de "baianos", o que acusava em tom pejorativo uma diferença local/estrangeiro, mas também vínculos ao questionamento da honra, vinculando-os a ideia da falta de coragem.

O “baiano”, considerado todo indivíduo que viesse do nordeste do país, também era relacionado aos indivíduos que não sabiam montar, uma zombaria que vinculava a falta de destreza com situações de perigo, de força. Está aí um elemento histórico importante para pensar possibilidades da construção da xenofobia em relação ao nordeste e que passou pelo mundo do trabalho. No caso de E. P. Thompson, foi a perspectiva da História Social que utilizei como recurso, nas ideias de experiência histórica e naquilo que chamamos de agência, no protagonismo, no manejo que os trabalhadores das instituições de policiamento e prisão faziam no seu cotidiano, tensionados entre uma suposta ordem institucional e aqueles valores que compartilhavam enquanto grupos populares que buscavam neste tipo de labuta, uma situação mínima de sobrevivência, já que era extremamente vulnerável esta tarefa. Entendo que são recursos analíticos, sendo fundamental o/a pesquisador/a apontar os limites destas aproximações em seus textos.

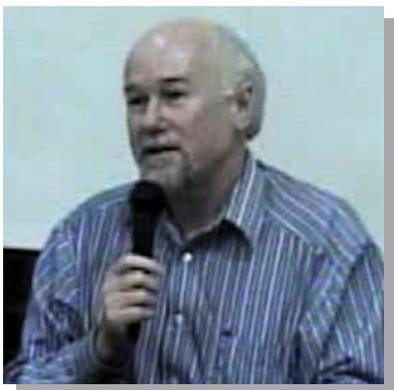
Mais recentemente, você tem se aproximado do GT Emancipações e pós-Abolição, a partir do trabalho com o Clube Negro 24 de Agosto, em Jaguarão. Você pode nos contar um pouco dessa experiência? Você encara essa atuação como um trabalho de História Pública?

Conheci o 24 de Agosto, clube negro centenário de Jaguarão, mais de dez anos atrás. Na época, como já comentei aqui, enfrentava uma situação delicada e injusta de leilão da sua sede. Desde então, diversas parcerias foram realizadas. O 24, como afirmam pessoas de sua comunidade, é um grande “quilombo” que articula diferentes setores. Nós do curso de História da UNIPAMPA buscamos ser um destes parceiros na intenção de reverter o leilão e também construir outros tipos de parcerias que pudessem ser importantes para o Clube quanto para a universidade. Neste sentido, projetos de pesquisa, atividades de rodas de memórias e palestras, assim como estágios, foram sendo realizados em parceria com o Clube. O 24, na insistência da pessoa do Presidente Neir Madruga Crespo, reivindicou a consciência da constituição do Clube enquanto um espaço da salvaguarda da memória de sua própria comunidade. Nisto, a UNIPAMPA tem também ajudado, onde o curso com diferentes protagonistas, buscou nestes 10 anos, e continua realizando, a higienização e salvaguarda daquele acervo. Disso surgiram também importantes práticas educativas, como a Oficina Territórios Negros, que percorre a cidade dialogando sobre o protagonismo da comunidade negra local e seus territórios. A comunidade do 24 de Agosto é de uma força impressionante. Nesse processo todo, apoiados por diferentes setores, que

contou com agentes públicos e movimentos sociais e culturais, o Clube tornou-se o primeiro clube negro do Estado a ser considerado Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul. O que "monumentalizou" a expressão de sua luta contra aquele leilão, revertendo-o. Desde então, o Clube foi formador junto com o curso de História, de muitos/as estudantes, fazendo surgir expressivas gerações de professores/as, pesquisadores/as, que carregam os aprendizados junto a esta comunidade negra da fronteira. Neste sentido, não tenho dúvidas que se trata de um trabalho de História Pública, pois busca em parceria com a comunidade do Clube, salvaguardar, refletir e educar entorno das experiências históricas, que evidenciaram a luta contra o racismo e por cidadania plena, efetiva ao povo negro. Essa é a história do 24 de Agosto: uma luta centenária contra o racismo, por acesso à educação, à constituição de sociabilidade, e o reforço dos laços de resistência daquela comunidade negra da fronteira do Brasil com o Uruguai. Foi assim que me aproximei dos estudos do campo do Pós-Abolição, desenvolvendo reflexões e pesquisas das tradições e histórias protagonizadas pela comunidade do 24. E assim, via convite das amigas Melina Perusatto e da Fernanda Oliveira, acabei me aproximando do GT Emancipações e Pós-Abolição, que é um coletivo muito interessante, principalmente no núcleo do Rio Grande do Sul, onde tenho aprendido muito. Coloco-me na tarefa da escuta, do aprendizado e tento levar isto nas pesquisas e orientações que realizo. Em Jaguarão existiu um associativismo negro contundente. Vinculado às experiências das comunidades negras uruguaias, como demonstraram Juliana Nunes e Fernanda Oliveira, o povo negro da região de Jaguarão constituiu diferentes tipos de experiências. Pude analisar em minhas pesquisas, a luta por letramento e acesso à educação, a constituição dos clubes negros da cidade, o movimento operário, o carnaval, o futebol, a imprensa negra, enfim, objetos de pesquisa que estão na agenda do campo do Pós-Abolição. Muitos/as egressos/as do nosso curso, continuam suas pesquisas, o que tem posicionado Jaguarão enquanto um referencial importante para estes estudos. Inclusive a UNIPAMPA tem se evidenciado como referencial aos programas de pós-graduação do Estado. Nossos/as egressos/as são muito bem recebidos/as nos PPGHs. O que evidencia a importância dos investimentos nas universidades públicas, que acabam provocando gerações a repensarem suas experiências históricas. Atualmente, temos constituído vinculado ao Laboratório de História Social e Política, o Grupo de Estudos Sobre Escravidão e Pós-Abolição, que tem buscado referência no GT Emancipações e Pós-Abolição, e iniciativas muito bonitas como o GEPA [Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição] da UFSM. Isto é fundamental para o fortalecimento destas narrativas históricas que buscam centralidade na escuta e aprendizado das experiências históricas das

comunidades negras da região, como também no fortalecimento da experiência da formação discente na caminhada da graduação. A universidade, ainda tem muitos pressupostos elitistas, que a colocam distante das comunidades onde estão inseridas, mas no microcosmo de uma região do interior, como a que está situada Jaguarão e Arroio Grande, observo que a atuação dos diferentes cursos do campus faz uma grande diferença. Neste sentido, é fundamental seguirmos defendendo as ações afirmativas e condições dignas de permanência dos/das estudantes negros/as. Tem sido uma mudança fundamental a adoção desta política no Brasil, sem dúvida precisamos continuar a defendê-la nestes tempos pandemônicos deste governo elitista. Defender o projeto da universidade pública e gratuita, com garantia de acesso e permanência, é um caminho fundamental para a conquista de uma sociedade cidadã. Que perceba suas desigualdades e que construa um pacto para combatê-las. Agenda política fundamental. Tarefa árdua, mas que como expressa a resistência centenária do Clube 24 de Agosto e de sua comunidade, é preciso coragem e perseverança. Saravá!

Paulo Afonso Zarth



é graduado em Estudos Sociais (1980) e em Geografia (1983), ambos cursos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Fez mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense, respectivamente em 1988 e 1994. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (2012). É autor de “História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920” (1997) e de “Do Arcaico ao Moderno – o Rio Grande do Sul Agrário

do século XIX” (2002), ambos pela Editora Unijuí. Foi, por muitos anos, professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Também trabalhou na UPF e na UFFS, como pesquisador visitante/CAPES. Conheça o currículo do professor por meio do seguinte endereço: <<http://lattes.cnpq.br/7220090332825755>>. ¹⁰

Paulo, em primeiro lugar, gostaria de dizer que é uma grande honra para o Arquivo Público contar com a sua entrevista. Você pesquisou em nosso acervo nos anos 80 e 90 para sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado. Você poderia nos contar algumas de suas experiências de pesquisa naquele período?

Rodrigo, considero muito importante o convite para falar sobre o Arquivo Público, pois é uma instituição fundamental para a cultura rio-grandense e para profissionais da história, em particular.

Vou repetir aqui, pelo menos em parte, o que escrevi num artigo anterior sobre minha experiência como usuário do Arquivo. A publicação do texto intitulado “A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica”, tem por base o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e indica sua grandeza para a história.

Ao ingressar no PPGH da Universidade Federal Fluminense, em 1984, fui apresentado às fontes judiciais, através das boas recomendações da professora Maria Yedda Linhares e do orientador da dissertação, professor Ciro Flamarion Santana Cardoso. Mais tarde, no curso de doutorado, iniciado em 1989,

¹⁰ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Jefferson Pinheiro / Coletivo Catarse.

continuei minhas pesquisas nos arquivos do judiciário, sob orientação do professor Luiz Carlos Soares. Entusiasmado com a ideia, desembarquei em Porto Alegre e fui diretamente ao Arquivo Público.

Fui recebido com atenção pelos funcionários mas a visita causou uma certa surpresa, pois não era muito comum a presença de historiadores interessados em consultar um conjunto enorme de documentos. (Foram mais de mil maços de inventários post-mortem e processos-crime).

Logo se percebeu que solicitar a leitura de um maço de inventário de cada vez seria inviável. O bom senso das arquivistas, considerando ainda a escassez de funcionários, permitiu-me trabalhar no interior do arquivo com acesso direto aos documentos. Confesso que foi uma experiência fantástica encarar os milhões de documentos históricos naquelas prateleiras, totalmente a disposição para serem revelados à história. Trabalhei durante vários meses no interior prédio. Almoçava numa pequena lancheria localizada no patio interno para não perder tempo. Lembrem que não existia aconfortável câmera fotográfica digital que tanto nos facilita a vida hoje em dia. O jeito era copiar à mão o que era importante e passar os dados para matrizes elaboradas especificamente para a pesquisa. Durante meses eu era um solitário pesquisador, trabalhando no interior do arquivo, até chegar um jovem colega norte-americano que pesquisava a história de chefes políticos do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

Cabe lembrar que antes de "ir a campo", os colegas e professores da UFF me alertaram sobre possíveis dificuldades em localizar os inventários, pois eram comuns os relatos sobre documentos encontrados nos locais mais escandalosos do ponto de vista da preservação. Além disso, em alguns estados eles estavam espalhados em diversos municípios. Para sorte minha, os inventários do Rio Grande do Sul estavam todos num mesmo arquivo, bem preservados e guardados em prédio apropriado para armazenar documentos.

Nem tudo era um campo florido. Poucos funcionários, poucos recursos financeiros e trabalhadores terceirizados sem a qualificação de arquivista complicavam a vida do pessoal. Ouvia as queixas e me solidarizava. Certa vez me disseram que a maior parte da documentação mais antiga seria queimada para abrir espaço. Não sei se era real ou estavam fazendo algum tipo brincadeira comigo, mas em tom apavorado pedi que não deixassem fazer tal crime e me propus a recolher o material para levar para alguma outra instituição. Felizmente nada disso aconteceu.

De alguma forma, você acompanhou as modificações da nossa instituição nas últimas décadas. Você poderia nos contar como você percebe a evolução do Arquivo Público desde a época de suas pesquisas iniciais?

A montagem de estrutura especializada para receber pesquisadores e pesquisadoras, a incorporação de arquivistas com formação acadêmica na área, a implantação de sistema informatizado com acesso pela internet são modificações significativas. O acesso de conteúdo e informações através da internet, que não existia nos anos 80, oferece facilidades para a pesquisa inicial.

Você foi um dos pioneiros na utilização de inventários e processos-crime na pesquisa histórica acadêmica no Rio Grande do Sul. Desde então esses tipos documentais foram largamente utilizados pelos historiadores. Como você avalia o desenvolvimento da historiografia nas últimas décadas?

Na época, as fontes tradicionalmente utilizadas, chamadas de "sínteses globalizantes", eram criticadas pelo seu alto grau de generalização e superficialidade. Tais fontes relativamente fáceis de consultar, dizia-se então, eram representadas pelos relatórios do presidente da província, relatos deviajantes, de cronistas e relatórios estatísticos, por exemplo. Tais escolhas ganham em facilidade de acesso às informações, mas perdem em riqueza e fundamentalmente não permitem observar fatos relevantes que são omitidos naquele tipo de fonte.

Sem desprezar aqueles documentos, entendia-se que era mais adequado construir uma totalidade do tema pesquisado a partir das próprias unidades produtivas e administrativas, organizando séries, embora isso implicasse em um trabalho muito maior, mas certamente mais rico e eficiente para trazer à luz elementos pouco conhecidos nas fontes normalmente utilizadas, em se tratando de história econômica e agrária. Reunir dados nos arquivos do poder judiciário fazia parte, na época, das novas concepções de pesquisa em curso na historiografia brasileira tanto no que se refere aos temas como em relação às fontes. Foi por isso que cheguei ao Arquivo Público.

A gente percebe, desde então, claramente um deslocamento de pesquisas em escala estadual ou regional para trabalhos mais circunscritos geograficamente. Qual a sua opinião a respeito?

Numa perspectiva ampla, esta questão tem a ver com o clássico debate sobre o conceito de região e sobre as relações local-global. Nesse sentido, somos herdeiros dos trabalhos desenvolvidos pela história e pela geografia francesa desde o início do século XX. O grande Marc Bloch afirmava que as pesquisas regionais, apoiadas por sólida erudição e conhecimento histórico, seriam a única forma de reconstituir a história francesa em toda sua diversidade. Vale a pena citar:

"que las monografías regionales, apoyadas en sólida erudición alimentada por una amplia cultura histórica, son lo único que puede restituírnos poco a poco, en su viva diversidad, la imagen de la vieja sociedad francesa - o, por decir mejor, de la sociedad francesa de todos los tiempos, tanto presente como pasado- es esa una verdad cuya evidencia se impone a todos los historiadores com mayor fuerza que ninguna otra." (BLOCH, Marc. La Historia Rural Francesa. Barcelona, Editorial Crítica. 1978. p.23)

Por outro lado, um movimento crítico da historiografia brasileira dos anos 80 apontou os limites das sínteses globalizantes, comentadas acima. Ou seja, foi uma produtiva crítica contra as publicações amplamente difundidas dedicadas a reunir aspectos considerados relevantes do ponto de vista econômico e político da história brasileira. Grandes ciclos econômicos, a hegemonia das pesquisas sobre as grandes lavouras para exportação, as "plantations", por exemplo.

No caso rio-grandense, esse movimento produziu, e está em franca atividade, dezenas, talvez centenas, de pesquisas riquíssimas. Muitas delas acompanhei através de inúmeras bancas de avaliação de teses e dissertações elaboradas a partir de fontes municipais. De fato, esta opção significou um enorme aprofundamento do conhecimento histórico, considerando que os recortes assim delimitados no espaço e no tempo permitem recolher e analisar as fontes de forma exaustiva.

É claro que estes trabalhos não podem ser confundidos com as antigas monografias municipais que eram descritivas ou analisadas sem considerar o debate acadêmico, ao sabor de simples opiniões dos autores ou autoras.

Estes novos trabalhos com foco bem recortado, produzidos nos programas de pós-graduação em história, revelam experiências econômicas e sociais que podem colocar em questão o pensamento dominante sobre determinados temas.

Da mesma forma, ainda que não seja uma tendência geral, diversos trabalhos recentes têm dado preferência às análises qualitativas, em face da quantificação. Como você encara essa questão? O que a história serial tem a oferecer?

A discussão sobre análise qualitativa e análise quantitativa é tema de amplo debate nas ciências humanas de modo geral. Existe a tentação de explicar a realidade social a partir seu enquadramento em um modelo matemático. Na economia esta tendência é mais acentuada. No caso da história, a ideia de escrevê-la de modo totalmente quantitativa foi discutida nos anos 50 e 60 e me parece superada.

A História serial desenvolvida pelos dos historiadores franceses não pretende ser uma quantificação pura e simples. Essa forma de organizar os dados é muito rica para demonstrar mudanças e continuidades em determinados períodos, assim como relações com condições sociais e culturais. As séries organizadas para meu trabalhos, sempre seguindo a tradição francesa, foram muito úteis e fundamentais para as análises da situação específica regional.

Através do levantamento de dados dos inventários post-mortem foi possível organizar algumas séries estatísticas com informações das próprias unidades produtivas, o que deu segurança maior do que a oferecida pelos relatos dos viajantes, por exemplo. Assim, consegui elaborar quadros com os preços das terras, com a produção pecuária e agrícola – tanto seu perfil como sua evolução – e com o número, as condições de vida e o preço dos trabalhadores escravizados utilizados em uma estância. Além desses dados que permitiram organizar algumas séries, os inventários forneceram informações singulares como os mecanismos de endividamento e de comercialização e de consumo.

Para tanto, elaborei matrizes para facilitar a coleta dos dados e a organização de séries estatísticas. As séries homogêneas, organizadas a partir dos inventários e de outras fontes locais, permitiram montar um quadro alicerçado nas próprias unidades produtivas, proporcionando detalhes que outras fontes genéricas não permitem. Essa experiência me parece justificar o bom uso da história serial.

Seu trabalho também é fundante, junto a outras pesquisadoras, no estudo da história agrária. Como você avalia a constituição e a evolução desse campo de estudo da história?

Em primeiro lugar precisamos lembrar que a linha de tempo da história da humanidade é fundamentalmente rural. A hegemonia política e econômica do mundo urbano industrial é recente.

A história agrária brasileira, na concepção atual, tem suas origens no problema levantado pelas pesquisas que tratavam do papel ou da importância da pequena lavoura na história econômica e social do Brasil colonial e imperial.

A questão em pauta era uma crítica ao domínio da história das grandes lavouras de exportação – açúcar, café, algodão – baseadas no trabalho escravizado. Como consequência emergiu a história dos camponeses, dos lavradores pobres, até então quase invisíveis na historiografia, seguindo um movimento já iniciado pela sociologia e antropologia. A história dos caboclos vem desse movimento.

Um dos fundamentos desse movimento crítico está baseado nos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, os quais orientaram centenas de novos pesquisadores desse campo historiográfico. Nas palavras de Maria Yedda Linhares, tudo começou com um programa de pesquisa apresentado em 1976 na Fundação Getúlio Vargas (RJ), com o apoio do Ministério da Agricultura, intitulado *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. “O objetivo era fazer um amplo inventário de fontes nos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, na perspectiva de levantar fontes localmente existentes, de modo a serem tratadas nos moldes da história serial” (Linhares. 1997, p.171).

O problema sobre a história da agricultura gerou grandes debates teóricos nos anos 70 e 80. Entre eles, sobre o viés weberiano, a ideia de espírito do capitalismo de Max Weber. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, embora afirmasse ter um pé em Marx e outro em Weber, defendeu a tese segundo a qual os cafeicultores paulistas seriam predispostos a inovação, portadores de racionalidade capitalista, e contrários à escravidão. Favoráveis ao estabelecimento do capitalismo, portanto. Com esse raciocínio estudou as charqueadas do Rio Grande do Sul comparando-as com as da Argentina, com base no trabalho assalariado e racionalmente organizado. Capitalista, portanto. Tal tese foi criticada mais tarde mostrando que as charqueadas utilizavam

divisão do trabalho e inovações técnicas mesmo com mão de obra escrava. A pesquisa de Berenice Corsetti foi inovadora nesse sentido.

Por outro lado, pesquisas da UFF e UFRJ avançaram o tema e partiam das historiografias francesa de Marc Bloch, com forte perspectiva regional, e de autores baseados em Marx, como Pierre Vilar e Witold Kula, que estudaram a economia não capitalista, a empresa feudal por exemplo, mostrando sua racionalidade e especificidade.

Voltando para a história das pequenas lavouras e dos camponeses, novos aportes teóricos foram utilizados abrindo a possibilidade de análises inovadoras e mais adequadas para compreender os problemas. Contrariando a ideia de camponês atrasado e pouco interessado em inovação, a economista Ester Boserup demonstrou que os camponeses tradicionais não eram atrasados como se pensava e sim utilizavam de sistema de cultivo de pousio longo, com base na derrubada-queimada, um sistema racionalmente organizado.

Teoria semelhante em certos aspectos, foi difundida por agrônomo francês Marcel Mazoyer através dos modelos de sistemas agrários, no qual o sistema derrubada-queimada é igualmente racional e utilizado no mundo inteiro. Tais teorias são importantes pois destroem a ideia de atraso e ignorância dos povos indígenas ou camponeses tradicionais. Os cursos de agronomia utilizam esse modelo para estudar a agricultura camponesa atual.

Outro autor que merece destaque nesse debate teórico é Alexander Chayanov. No livro "Teoria econômica do campesinato" demonstrou a racionalidade da agricultura camponesa. Esta tese custou sua vida, pois contrariava a política do governo Stalin e de sua campanha contra a pequena lavoura camponesa russa.

Essas referências teóricas, resumidas aqui, implicavam nova metodologia, novas fontes e técnicas de fichamento, planilhas específicas para cada caso, organização de séries estatísticas etc. A crítica da época denunciava que a bibliografia predominante se baseava em grandes sínteses, com foco nos principais produtos para exportação, de estatísticas gerais dos governos das províncias e do império. A pequena lavoura não aparecia ou aparecia pouco. A solução para esses problemas foi ir aos arquivos e fuçar nos inventários post-mortem, processos-crime e relatórios de câmaras municipais entre outros. Muito mais trabalho para o pesquisador.

Suas pesquisas antecipam diversas questões debatidas desde então pela historiografia sobre o século XIX: a importância de pequenos proprietários; a participação de trabalhadores escravizados nas lides campeiras; sua articulação com o peonato livre; a produção para o abastecimento interno; etc. Como você se sente ao perceber que diversas proposições suas tornaram-se, hoje, praticamente consensos entre os historiadores; um ponto de partida a partir do qual outros pesquisadores lançaram novos questionamentos?

O que escrevi foi fruto da metodologia e das teorias aprendidas durante os cursos de pós-graduação na Universidade Federal Fluminense e dos problemas científicos enunciados anteriormente. Portanto,

minhas publicações são decorrentes do conhecimento acadêmico e dos diálogos entre colegas e professores. Não posso deixar de mencionar que recebi bolsas de pesquisa da CAPES e da UNIJUÍ, que me propiciaram tempo e recursos suficientes para realizar o trabalho. Tenho acompanhado as novas pesquisas e vejo com satisfação que sou mencionado com frequência. Não imaginava essa repercussão. Também festejo quando certos temas são aprofundados, melhorados ou criticados com seriedade.

O movimento produzido pela historiografia comentada acima e seus novos aportes teóricos e metodológicos, foi fundamental para dar visibilidade aos grupos pouco conhecidos. Deste modo, a ideia dominante do Rio Grande do Sul de grandes estâncias de um lado e de colônias de imigrantes de outro passou a ser revisada. Com os dados pacientemente coletados nos arquivos, por diversos colegas, apareceram pequenos pecuaristas, trabalhadores escravizados nas lides campeiras, lavradores nacionais, os chamados caboclos, abastecendo o mercado de alimentos, produzindo erva-mate e assim por diante. Tais ideias não são originais, mas a metodologia utilizada de organização de séries de dados permitiu quantificar, analisar e comprovar essa realidade.

A história dos povos indígenas do século XIX, mesmo não sendo tema de destaque na história agrária regional, também cresceu de forma exponencial com a entrada de uma legião de estudantes nos arquivos. Graças a isso temos acesso a dezenas de teses sobre Kaingang, Xokleng, Charrua e Guarani.

A que você atribui o crescente desinteresse dos historiadores pela história econômica?

O desinteresse pela história econômica vem sendo comentado e debatido há muito tempo em todo o mundo. E tal debate é longo e complexo. De um lado, cabe recordar as críticas ao chamado reducionismo economicista dos anos 60 e, de outro, a atenção dispensada a outros temas emergentes e até então pouco valorizados e necessários para preencher lacunas na historiografia. Imagino que a crítica contundente à história econômica, acusada de reducionista, a partir dos anos 90 no Brasil, tenha contribuído para afastar estudantes da área. No entanto, os problemas levantados pela crítica poderiam ser facilmente superados com novos métodos de análise, os quais trariam contribuições para todas as áreas. Particularmente, as leituras de trabalhos de história econômica produzidos em novas perspectivas foram de fundamental importância para compreender a história dos pequenos lavradores e do trabalho escravizado nas estâncias de gado.

Atualmente é fundamental retomar e ampliar pesquisas em história econômica no Rio Grande do Sul. É preciso investigar e construir análises bem fundamentadas para participar do debate sobre a situação difícil na qual nos encontramos. A oferta de cursos e disciplinas teóricas e metodológicas com novas abordagens nos cursos de graduação e de pós-graduação poderia entusiasmar estudantes para desenvolver projetos na área. Estamos diante de um grande campo aberto para pesquisas inovadoras.

Seus trabalhos caracterizam-se por uma sólida base documental. Em um cenário historiográfico em que a pesquisa empírica sofre questionamentos crescentes, qual a importância que você vê nos arquivos?

Não faz sentido questionar a pesquisa empírica. É uma questão mal formulada. Uma sólida base documental coletada em arquivos é um dos elementos fundamentais para uma boa pesquisa histórica. É claro que se pode fazer boas pesquisas sobre algum objeto que dela prescindam. Mas é notório que uma investigação em fontes documentais nos arquivos pode ter repercussões importantes tanto no campo historiográfico como no campo da cultura e da política.

É a pesquisa documental que dá visibilidade a grupos sociais deliberadamente esquecidos em todos os sentidos, com prejuízos significativos para sua convivência na sociedade brasileira, por exemplo.

A revelação da presença de trabalhador escravizado nas lides campeiras, bem documentados com dados empíricos, mexe profundamente na imagem dominante das estâncias pastoreadas exclusivamente pelo peão gaúcho livre e a cavalo. O recente episódio ocorrido na câmara municipal de Porto Alegre, quando um grupo de parlamentares se recusou a cantar o hino rio-grandense, tem tudo a ver com as novas pesquisas sobre a história da escravidão do Rio Grande do Sul.

Por fim cabe fazer um elogio retrospectivo aos dirigentes estaduais que mandaram construir o prédio do Arquivo no início do século passado. Descartando qualquer juízo sobre outras ações é inegável que o presidente do estado, ou seus colaboradores, sabia muito bem o valor jurídico e cultural dos documentos e da necessidade de armazená-los em prédio adequado para esse finalidade. É o que se deduz da mensagem de Carlos Barbosa Gonçalves à Assembleia Estadual de 1911: "com o fim de acautelar, quanto possível, contra a ação destruidora do fogo, a importante papelada que constitui a garantia da riqueza de todos, foi resolvida a construção de um edifício ad-hoc feito de pedra, tijolos, cimento e ferro, incombustível, enfim". (Gonçalves, 1911).

Espero que os futuros dirigentes continuem com a mesma percepção.

Referências

- BLOCH, Marc. *La Historia Rural Francesa*. Barcelona, Editorial Crítica. 1978.
- BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo : Hucitec e Polis, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CHAYANOV, Alexander. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood : The American Economic Association, 1966, (editado por Daniel Thorner, Basile Kerblay e R.E.F. Smith).
- CORSETTI, Berenice. *Estudo da Charqueada Escravista Gaúcha no Século XIX*. Niterói, 1983. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Fluminense.
- GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada a Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1911.

KULA, Witold. Problemas y Métodos de la Historia Económica. Barcelona : Península. 1973.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

VILAR, Pierre. Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica. Lisboa : Presença, 1982.

ZARTH, P.A, A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica. HISTÓRIA SOCIAL: REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UNICAMP. Campinas: N o 21 – Segundo semestre de 2011
ISSN: 1413-7046

Gláucia Giovana Lixinski de Lima Kulzer é



graduada em História pelo Centro Universitário Franciscano (2001), onde também cursou especialização em História latino-americana (2002). É graduada, também, em pedagogia pelo Centro Universitário Uninter – pólo Porto Alegre (2018). É mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009), disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1876/GlauciaKulzerHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. ¹¹

Atua desde 2013 no Setor Educativo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) como Coordenadora Educativa. Seu currículo pode ser acessado no endereço <<http://lattes.cnpq.br/2810606388853455>>. ¹²

Gláucia, você poderia nos explicar brevemente a temática de sua dissertação de mestrado?

Em primeiro lugar quero deixar registrada minha alegria em participar desta entrevista e agradecer o convite. Sinto-me lisonjeada em compartilhar com os demais pesquisadores um pouco da minha trajetória de pesquisa e ressaltar, sobretudo, a importância do acervo do APERS, que é fundamental para nosso trabalho. Com relação a minha pesquisa para a dissertação de mestrado, elegi como objeto de estudo o grupo da elite regional de Santa Maria (RS), no período de 1858 a 1889, a partir dos inventários post-mortem do APERS. A proposta foi conhecer para além da atividade econômica desenvolvida por esses homens incrementando a história social, estudando e reconstruindo a trajetória de vida, padrões de conduta e o seu dinamismo naquela sociedade do XIX. Esboçar essa realidade histórica através de um grupo de indivíduos, em uma sociedade hierarquizada, onde uma pequena minoria detinha uma grande parte da riqueza existente naquela região, distribuída em grande parte na forma de terra, gado e escravos. Estabeleci faixas de riquezas, tendo como base os inventários, verificando que apenas cinco indivíduos compunham o grupo da elite regional de Santa Maria (RS). Dentre estes, um era comerciante e quatro

¹¹ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

¹² Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Aervo pessoal.

eram grandes proprietários/criadores de gado e concentravam seu patrimônio em bens de produção e animais. Entre esses identifiquei três destes sujeitos na “Relação de 1858”, que consiste no Mapa estatístico do número de estâncias, tipo de criação, número de animais e empregados, localizado no Arquivo Histórico do RS. Isso significa dizer que, das cinco maiores fortunas, quatro tiveram origem em atividades rurais e apenas uma em negócios mercantis. Destes cinco, a maior fortuna e o maior número de gado para todo o período (1858-1889) pertenceram a Francisco José Pinto, o mais bem-afortunado entre os membros do grupo da elite agrária regional. A partir desta constatação buscou-se compreender através da pesquisa a origem do patrimônio de Francisco José, sua estrutura familiar, o que resultou na recuperação da trajetória da família Pinto. A dissertação demonstrou como essa família construiu seus laços afetivos, utilizou-se da mobilidade espacial, como tinha o acesso à propriedade da terra em um momento de expansão da fronteira agrária, bem como as estratégias para permanecerem neste seleto grupo em uma sociedade oitocentista em transformação.

Qual a sua trajetória de pesquisa e a importância dos documentos do Arquivo Público na elaboração do seu trabalho?

Durante a graduação, morava em Santa Maria, meu primeiro contato com fontes históricas foi guiado pelas professoras e orientadoras Marta Borim e Medianeira Padoim, que me apresentaram o Centro de Genealogia em Nova Palma (RS), e foi neste local que me apaixonei pela pesquisa, pelos documentos e pela história regional. Já na especialização, em Santa Maria, fui apresentada aos arquivos em Porto Alegre, e posso dizer também a pesquisa documental mais densa pelo meu professor de graduação e especialização Luis Augusto Farinatti, na época era meu orientador, partilhou comigo seu conhecimento, suas fontes e anotações. Pesquisei os Autos de Legitimação de Posse, que estavam no Arquivo Histórico de Porto Alegre. Lembro como fosse hoje meu encantamento ao me deparar com documentos tão antigos e ricos em informações, com mapas gigantes. Na época, não tinha computador, nem máquina fotográfica, muito menos celular, então, tive que copiar tudo que precisaria para que pudesse retornar ao interior munida de informações, já que vir a Porto Alegre era bem oneroso para uma estudante de graduação. Desses documentos brotavam nomes e mais nomes, na época trabalhava com o universo agrário de Santa Maria e seus os lavradores nacionais. Já no mestrado de História, residia em Porto Alegre, tive um contato maior com os inventários post mortem, com os processos

criminais do Arquivo Público de Porto Alegre (APERS). Sempre solicitava os documentos e, os profissionais, do APERS, me atendiam muito bem e sempre deixam prontinho as pilhas de inventários para eu ler. Os documentos do APERS foram essenciais na minha trajetória, como pesquisadora. Nesta época, já possuía uma máquina fotográfica e um computador, o que facilitou muito minha pesquisa, mas, nunca abandonei meu caderno de anotações. E foi assim que comecei a explorar um universo empolgante, apaixonante e rico de dados e informações contidas nessas documentações. A fonte mais pesquisada no APERS foram, sobretudo os inventários, um total de 253, utilizei-a na maneira quantitativa, mas também na forma qualitativa, pensando nessa fonte como “memórias póstumas”, mas uma via possível por onde podemos coletar apontamentos sobre trajetórias individuais dos finados e também dos grupos aos quais pertenciam e assim encontrei elementos para a construção de uma história agrária de Santa Maria. O APERS me proporcionou a vivência com os documentos e a prática do historiador, foi nesse espaço, que também tive o auxílio de pesquisadores experientes, como Paulo Moreira, Daniela Vallandro de Carvalho, Luis Augusto Farinatti, Helen Osório, Jonas Vargas, que com uma enorme gentileza cederam seu tempo para discutir as fontes, o tema da pesquisa, bibliografias e ampliar meu olhar, assim como o professor Karl Mosma, meu orientador no mestrado na Unisinos.

A que você atribui seu interesse pela história agrária? E como, a partir dela, você chegou ao método onomástico e à micro-história?

Descendo de uma família de pequenos agricultores, e sempre valorizei muito seu trabalho com a terra e a luta constante pela sobrevivência desse grupo, e como seus filhos, no caso, meus pais tiveram que encontrar alternativas de sustento e deixar a terra para se tornarem proletários. Chegando à universidade e com uma imensa fome de conhecimento a pesquisa se tornou meu projeto. Durante a graduação iniciei pesquisas com imigração italiana, na região da quarta colônia, depois polonesa no vale do Jaguari, já no final desta etapa me deparei com a dissertação de mestrado de Luis Augusto Farinatti e seus lavradores nacionais, apresentando a mim a história de homens até então invisíveis no cenário rural do século XIX, que com poucas posses, mal deixaram registros a serem pesquisados. O encantamento pelo tema resultou num projeto de pesquisa para a especialização, tendo como orientador, o professor Farinatti. Como se já não bastasse ter apresentado o tema, forneceu fontes e bibliografias, e entre essas destaco o livro de Giovanni Levi “A herança

imaterial”, a tese da professora Helen Osório, a tese do professor Fabio Kuhn, e os textos do saudoso professor Garavaglia, entre outros, que me inspiraram. Foi nesse momento que concluí que precisava prosseguir nas pesquisas e me aproximei de uma história centrada nos indivíduos e suas trajetórias. Para isso realizei um diálogo intenso com a micro-história a fim de analisar as práticas e relações sociais. A redução na escala de observação, aliada à utilização de uma gama variada de fontes primárias, permitiu redefinir o objeto de pesquisa, problematizar suas dimensões e demonstrar as complexas relações. Munida de textos sobre micro-história, prosopografia, história agrária, história regional, trajetórias familiares, tomei como fio condutor os inventários post mortem do APERS, ora de forma quantitativa e ora qualitativa para compreender a formação de uma elite regional em Santa Maria. Os inventários por vezes são utilizados como uma fonte de análise meramente econômica, porém nos fornecem vestígios, nomes que nos auxiliam a incrementar a história social, permitindo reconstruir a história de homens e mulheres. Os inventários são processos judiciais que legalizam a transmissão de bens através da partilha aos herdeiros ou beneficiários. Os bens são descritos um a um e subdivididos em itens: bens móveis, bens de raiz (terra, casa), bens semoventes (animais, escravizados), dívidas ativas e passivas, e por vezes trazem consigo outros documentos em anexo, como por exemplo testamentos, discussões entre herdeiros, cartas de alforrias, atestado de óbito, batismo e casamento. Para cada bem é atribuído um valor que somado forma o conjunto patrimonial do indivíduo. Analisando essas informações temos a oportunidade de pesquisar patrimônios formados por diversas atividades relacionadas ao comércio, agricultura e à pecuária. Apesar das limitações que essa fonte apresenta, trata-se de uma fonte imprescindível para a história social, pois apresenta uma fotografia dos bens do defunto no momento de sua morte. Elegendo um grupo de cinco indivíduos, com as maiores fortunas, foi possível empreender uma análise micro utilizando como recurso narrativo, o inventário de Francisco José Pinto, para compreender a formação de uma elite regional que se mescla com a história de Santa Maria. Em contato com o inventário de Francisco é possível percebermos que não se tratava apenas de dados econômicos e sim de uma fonte preta de possibilidades de seguir indícios, detalhes que permitem reconstruir a história de várias pessoas ligadas por laços e relações diversas. Através da formação do patrimônio, foi possível verificar o processo de acumulação de capital, o acesso à terra e seguir nomes. Foi necessário retroceder no tempo para concluir que as heranças não são apenas compostas por bens arrolados nos inventários, recebia-se de legado laços afetivos, alianças,

ou seja, também se herdava o patrimônio imaterial. Ao seguir os nomes que compunham a Família Pinto, a partir das partilhas de bens de da construção do patrimônio foi possível reconstruir o percurso dessa família desde Sacramento até Santa Maria e constatar a formação de uma elite regional.

Além de historiadora, você também é pedagoga. Como seu papel como educadora incide sobre sua atuação como historiadora (e vice-versa)?

Após finalizar o mestrado em história (2009), tive a oportunidade de colaborar com o Museu de História da Medicina do RS, na licença maternidade de Sherol do Santos, em 2010, na época coordenadora educativa. Essa foi a minha primeira experiência em um ambiente não formal de ensino, nesse local contei com os conhecimentos e a gentileza de Sherol, que realizou um treinamento, e também com historiador Éverton Quevedo, que me orientou e me apresentou o acervo e as possibilidades educacionais que esse espaço oferece. O museu permitiu o contato próximo com o acervo ligado à medicina e à educação para o patrimônio e para a saúde. A partir deste momento, realizei uma imersão em estudos sobre educação patrimonial, sobre recursos educativos, construção de jogos, e também sobre a história da medicina e as práticas de saúde. Este contato possibilitou ampliar minha formação como educadora, formas de aprender e mediar o conhecimento de forma acessível. A faculdade de pedagogia permitiu direcionar meus estudos para a educação em espaços não formais e também atuar junto a educação infantil e séries iniciais, e assim, desenvolver atividades lúdico-pedagógicas. Em 2013 retornei ao MUHM como historiadora e pedagoga, o que possibilitou implementar novas ideias de atividades pedagógicas e dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo museu. Tendo a formação de historiadora e pedagoga posso auxiliar tanto nas pesquisas históricas e na construção das exposições, como conceber recursos educativos e pedagógicos, além de realizar mediações e atividades voltadas para o público infantil.

Atualmente você trabalha com história da saúde e da medicina. Em que esse campo de estudos pode contribuir em um momento de catástrofe pandêmica?

O campo da história da medicina e da saúde nos permite compreender a realidade social de uma região, estado ou país. É através do estudo de práticas de saúde e saberes, trajetórias médicas e de outros profissionais da área, assim

como a história das doenças e de instituições de saúde, hábitos, costumes, objetos que podemos analisar cenários para além de apenas uma perspectiva biológica. Este campo de investigação possibilita reconstruir um contexto histórico, político, econômico do país e verificar as medidas de saúde pública utilizadas para enfrentamento de diversas doenças, da mesma forma que podemos perceber como a sociedade se defronta diante do aparecimento de moléstias e suas consequências no cotidiano da população. A característica interdisciplinar desse campo de pesquisa permite lançar mão de diferentes fontes e métodos para construir narrativas sobre doenças ao longo dos tempos. Ao pensar no momento atual, em que vivemos uma pandemia de grandes proporções, em que milhares de pessoas perdem sua vida, ao mesmo tempo em que outras não as valorizam, estamos diante de incertezas, decisões confusas e muitas vezes falta de empatia e muita dor. A saúde clama por urgência, a vida precisa ser levada a sério, e os profissionais que atuam no combate da covid-19 travam uma luta diária, desgastante contra um inimigo invisível. Nos encontramos deste início de 2019 convivendo em uma conjuntura política que amplia os efeitos da pandemia, aprofundando as desigualdades econômicas e sociais. Para tanto, é necessário captar dados e informações sobre esse momento histórico. Uma das possibilidades desse campo investigativo é utilizar do método da história oral para coletar depoimentos sobre experiências de vida e profissionais, durante a pandemia, a fim de preservar estas memórias enquanto fontes históricas, para futuras pesquisas, contribuindo com o conhecimento científico.

Junto ao Arquivo Público e outras doze instituições, o Museu de História da Medicina do RS integra o projeto "Documentando a Experiência da Covid-19 no Rio Grande do Sul". Na sua percepção, qual é a importância da história oral diante de tanta mortalidade, por um lado, e tanto descaso, por outro?

É muito gratificante para o Museu de História da Medicina do RS contribuir com o projeto "Documentando a Experiências da Covid-19 no Rio Grande do Sul", preservando a memória e produzindo uma fonte de pesquisa com o objetivo de colaborar com os esforços de compreensão momento difícil em que vivemos de dimensões globais. O MUHM integra o projeto contribuído com narrativas de médicos sobre seu cotidiano no enfrentamento da covid-19, suas experiências, escolhas e sentimentos. A história oral nos possibilita coletar essas memórias, e reconstruir o cenário cotidiano, através dos depoimentos

orais e a conjuntura pandêmica em nosso estado. Com certeza a história oral é uma ferramenta importante para coletar narrativas que posteriormente possam ser confrontar com outras fontes, construindo o conhecimento histórico científico, para futuras análises de pesquisadores. E também para que a sociedade possa refletir sobre as políticas públicas implementadas, percebendo como as diferentes categorias profissionais e a população conviveram com a chegada da covid-19, o agravamento da doença, o isolamento social, perda de empregos, vidas e a descoberta da vacina, que nos traz esperança.

Você destacaria algumas constatações ou conclusões preliminares a partir das entrevistas realizadas?

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a equipe do Museu de História da Medicina do RS, está realizando as entrevistas orais, no formato virtual, com os médicos e estudantes de medicina. Iniciamos com atraso a captação dos relatos, devido a agenda apertada dos entrevistados. Os profissionais tem atuado incansavelmente no enfrentamento da covid-19, suas rotinas são intensas o que impactou no seu cotidiano. As primeiras constatações são que os profissionais que estão na linha de frente tiveram que se adaptar rapidamente ao número maior de horas dentro de hospitais, um maior número de pacientes e UTIS lotadas, conviver com perda, e com o adoecimento de colegas e tutores de residência médica. Com relação ao médico maduro, aqueles que já estavam em idade para se aposentar, por serem do grupo de risco, a pandemia provocou a decisão pela aposentadoria, ou a escolha de se afastar das UTIS e dos consultórios. Os estudantes de medicina enfrentam uma rotina longa de aulas online, suspensão de aulas prática e, também exerceram trabalho voluntário durante a pandemia, atuando na vacinação, por exemplo. Todos foram unânimes em considerar o isolamento social como meio de prevenção e a vacina como um meio esperança no enfrentamento da doença. Essas são considerações iniciais e ainda temos muitos profissionais para serem entrevistados.

Marcelo Santos Matheus



é graduado em História pela Universidade Franciscana (2010), mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012) e doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). É autor de “Fronteiras da Liberdade” (Oikos, 2012) e de “A produção da diferença” (Oikos, 2021). Atualmente, é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Confira seu currículo no endereço: <<http://lattes.cnpq.br/6185527959463943>>. ¹³

Marcelo, você poderia nos apresentar em linhas gerais as principais questões abordadas em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado?

Rodrigo, em primeiro lugar gostaria de agradecer a você pelo convite para essa conversa. Tenho acompanhado e lido todas as entrevistas. Que belo projeto do APERS! Então: na dissertação, o tema central foi a questão da passagem da escravidão para liberdade. Para tanto, tentei discutir o que era o conceito e a noção de “liberdade” para aquela sociedade, formada por indivíduos oriundos de diferentes culturas (fossem elas europeias, africanas ou a que estava em gestação aqui nas Américas), e naquele contexto específico. Isto é, tentei fugir de um entendimento nosso, atual/contemporâneo, de que a liberdade individual era um valor conquistado e consolidado. Em resumo, tentei escapar de uma noção anacrônica, tanto em relação à escravidão quanto em relação à liberdade (recentemente tentei refinar e aprofundar tal reflexão em um artigo que traz uma mescla entre o que discuti sobre esse objeto na dissertação e no doutorado. Por sua vez, na tese, a questão principal foi a produção da desigualdade no Brasil oitocentista, ou seja, procurei elencar quais eram os elementos definidores da hierarquia social em uma sociedade escravista. Apesar de realizar uma análise geral, a partir dos inventários, foquei nos escravos e libertos, tentando entender seu protagonismo e participação nesse processo. Em ambas, tive a micro-história social italiana como norte teórico e metodológico. Assim, parti de questões amplas, que podem ser generalizadas para outros contextos do Brasil, no entanto, circunscrevi os

¹³ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

recortes espacial, documental, etc., para, primeiro, tentar ter um maior controle sobre o objeto e sobre os indivíduos foco da pesquisa e, também, para responder aquelas perguntas gerais, mas de forma contextualizada.

Qual foi a importância das fontes documentais do Arquivo Público em seus trabalhos?

Foram fundamentais! Na realidade, desde a graduação (quando morava em uma cidade do interior, longe dos arquivos da capital – APERS e AHRs), utilizo as alforrias a partir do projeto “Documentos da Escravidão”, sem o qual minha monografia seria inviável. Durante a dissertação, quando as alforrias foram as fontes principais novamente, posso dizer que o APERS foi minha segunda casa, pois frequentava o arquivo de segunda a sábado, com sol, chuva ou frio. Já na tese, além das manumissões, os inventários post mortem foram o corpo documental custodiado pelo APERS que mais utilizei. Portanto, posso dizer que o APERS foi, e continua sendo, essencial para minhas pesquisas. Na verdade, olhando e pensando de maneira retrospectiva, o APERS foi tão importante na minha vida e na minha trajetória que, em função das visitas que fazia ao arquivo para pesquisar, naqueles momentos de ‘dar uma volta na quadra’ para descansar os olhos, sair para tomar um café, para conversar com um colega ou, no verão, ao final do expediente, ir até a orla, etc., me apaixonei pelo Centro Histórico e, quando me mudei do Rio de Janeiro para Porto Alegre ao final do primeiro ano de doutorado, decidi morar aqui no bairro. Assim, há quase 10 anos moro a uma quadra do APERS – o que facilita muito quando tenho que realizar alguma pesquisa no arquivo (rss)! Voltando à pergunta, gostaria de fazer um adendo: o meio de busca online é uma ótima ferramenta, infelizmente, até onde converso com alguns colegas, pouco utilizada. Um exemplo: só consegui reconstruir parte da trajetória da africana Mina Maria Francisca do Rosário (foco de parte de um capítulo do livro de 2021, e do artigo: “A africana mina Maria Francisca do Rosário: escravidão, cor e ascensão social em um contexto fronteiro – Brasil, segunda metade do século XIX”,¹⁴ que viveu boa parte de sua vida em Bagé, graças a esse recurso. ‘Joguei’ seu nome no sistema e encontrei Maria Francisca em diversos processos nos quais, na maioria, não havia nenhuma referência ao seu

¹⁴ Disponível em

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/29289>>. Acesso em 22 dez. 2021.

passado africano ou como escravizada. Creio que a vida e história de muitos libertos, em especial, que viveram no Rio Grande do Sul ainda podem ser recuperadas e compreendidas com a ajuda dessa ferramenta. Por fim, gostaria de lembrar algumas pessoas que foram essenciais nessa trajetória: ainda na graduação, o prof. Luís Augusto Farinatti foi quem me trouxe a Porto Alegre pela primeira vez, me apresentando o APERS e o AHRS. Depois, durante o mestrado, a orientação do Paulo Moreira foi fundamental para que aquele medo do Arquivo e dos manuscritos (dificuldade com a letra) fosse se esvaindo aos poucos, ao mesmo tempo que me guiava pela historiografia específica. E ao longo de todos esses anos, a interlocução com alguns colegas aqui do Rio Grande do Sul (seja em sala de aula, em encontros eventuais nos Arquivos, na saída para o café, com seus trabalhos, em Congressos, etc.), como Jonas Vargas, Max Ribeiro, André Correia, Leandro Oliveira, Natália Garcia, Melina Perussatto, Leandro Fontella, Miquéias Mugge, Jovani Scherer, Jônatas Caratti, as professoras Nikelen Witter e Janaína Teixeira, Helen Osório, que sempre foi uma referência em história agrária, os professores Fábio Kuhn e Benito Schmidt, com os quais cursei disciplinas na UFRGS, meu orientador, João Fragoso, e professores, Manolo Florentino e Roberto Guedes, no Rio de Janeiro, dentre outros, foram parte importante de todo esse processo.

Você tem desenvolvido novas pesquisas? O Arquivo Público faz parte, independente dos males da pandemia, de novos projetos?

Sim. Nesse momento as pesquisas que desenvolvo têm no tráfico, atlântico e interno, de escravos para o Rio Grande do Sul sua ênfase. Se, por enquanto, estou focado em outras fontes, como os registros de batismo e os passaportes de cativos da praça de Salvador que tinham como destino o Rio Grande do Sul, mais à frente pretendo cruzar o resultado dessa etapa do projeto com a pesquisa nos inventários, processos-crime e alforrias de Rio Grande, voltando um pouco às origens das minhas questões, tanto na dissertação, quanto na tese: entender a formação da sociedade brasileira, as formas de produção da nossa absurda desigualdade (um dos nossos traços estruturais mais marcantes, em diferentes épocas, de nossa história) e a influência da escravidão sobre esse processo. Por outro lado, posso dizer que desenvolvo essas novas pesquisas no “meu tempo”. Se o mestrado e o doutorado foram tão corridos (durante o doutorado tive a oportunidade de ficar 9 meses fora do país no sanduíche, entretanto, em razão do meu filho João Pedro ter apenas 6 meses de idade à época e em função da pesquisa que tinha

que realizar em arquivos aqui no Brasil, optei por ficar apenas 4 meses), agora desenvolvo as pesquisas, tanto no que diz respeito à transcrição de fontes, à leitura da bibliografia, como também em relação à produção que resulta desse processo, no meu ritmo – sendo mais preciso, meus filhos João e a Maria Luísa são, agora, minha prioridade.

Em uma resenha publicada com o professor Manolo Florentino você fez uma crítica velada àqueles que dão “excessiva ênfase no protagonismo dos cativos”. De forma mais ou menos explícita, essas questões aparecem também em sua dissertação e em sua tese, definindo seus interlocutores. Como estabelecer a medida adequada daquela ênfase? Onde está o limite entre a ênfase aceitável ou não no protagonismo de escravizados?

Nunca é fácil escrever um artigo a quatro mãos, não é mesmo?! Em razão do ótimo relacionamento que tinha com o professor Manolo, que nos deixou há pouco, posso dizer que a produção desse texto foi muito profissional, sendo alvo de muito debate e discussão. De maneira geral e/ou em algum grau, concordo com o Manolo que alguns trabalhos analisam certo contexto como se apenas os escravos e suas ações explicassem determinada realidade (daí o título da resenha “Escravos sem senhores não existem”). Contudo, e respondendo somente por mim agora, acho que nunca questioneei uma maior ou menor ênfase no protagonismo dos escravos. Acho inquestionável que os cativos, dentro dos limites e parâmetros impostos por uma sociedade escravista, eram sujeitos ativos, atores sociais importantes. Na verdade, a questão que quase sempre guiou minhas reflexões nunca foi tanto o protagonismo ou não dos escravizados e egressos do cativeiro, algo, novamente, com o que concordo e tomo inclusive como pressuposto, mas sim como entendemos tais ações. Daí a ideia de, na dissertação, discutir o porquê, como e quando escravos e escravas buscavam a liberdade e, na tese, debater como escravos e libertos participavam, dentro dos limites impostos por uma sociedade escravista e cada vez mais racializada, do processo de produção da diferenciação social e da desigualdade. Creio que, por vezes, idealizamos que tipo de conduta alguém que sofre com a violência (e talvez não haja violência maior do que a escravidão) deva ter, transferindo esse pensamento para a análise que fazemos de determinada realidade. E acredito que tal tipo de anacronismo é o que o historiador mais tem que tomar cuidado para não projetar o seu posicionamento político e ideológico sobre o objeto e os atores de seu estudo. Enfim, não acho que deve haver um “limite” no protagonismo. Ele está comprovadamente posto e

explicitado pelo o que as fontes nos colocam e ensinam. Em outras palavras, o protagonismo era sistêmico – e sem compreendê-lo não há como entendermos aquela sociedade –, mas muitas vezes não era antissistema. No geral buscava-se melhorar as condições de existência (de si e dos seus), seja tendo o direito/acesso a uma produção própria (de roças ou, no caso da Campanha sul-rio-grandense, região foco de boa parte das minhas pesquisas, um pequeno rebanho) para melhorar as condições de alimentação, seja para dispor mais do seu tempo e ter mais autonomia (como, por exemplo, ter uma habitação própria), tentar conquistar a liberdade, para o que o diálogo com o(a) senhor(a) era decisivo, ou mesmo para ascender socialmente (no que se tornar senhor de escravos contribuía social e economicamente, sendo um traço de distinção social sem igual no Brasil do século XIX). Cito apenas exemplos do que encontrei nos documentos ao longo dos anos de pesquisa. E não vejo problema em identificar e descrever isso e, ao mesmo tempo, demonstrar todo o horror que era a escravidão e a violência em torno dela. Lembro de um episódio quando estava no sanduíche, na Universidade de Brown, nos EUA. Após uma palestra de João J. Reis, na qual Reis abordou a questão de que alguns escravos, em Salvador, mesmo em meio à escravidão eram senhores de outros cativos, um colega antropólogo que fazia doutorado na USP comentou comigo após a palestra: “pra que mostrar isso? Só vai dar argumento para quem é contra as cotas”. Eu respondi: “Alan, eu sou fortemente a favor das cotas, entretanto no meu trabalho debato esse mesmo tema [a ascensão social de egressos do cativeiro que, após conquistarem a liberdade, tornavam-se senhores de escravos], pois acho ele estruturante daquela sociedade”. O que quero argumentar lembrando desse diálogo é que, me parece, alguns debates contemporâneos contaminam o debate sobre o entendimento do nosso passado. E essa contaminação prejudica, inclusive, nosso entendimento sobre o presente – quando, por exemplo, nos surpreendemos com certas posições políticas de pessoas de estrato social e econômico inferior. Há uma relação entre esse passado escravista e a atualidade? Óbvio, e o mais nítido dessa relação é o racismo, oriundo e reforçado em grande medida pelo fato de que pessoas negras e pardas é que eram vítimas da exploração do trabalho escravo e, com o tempo e a falta de políticas públicas que minorassem e reparassem esse passado de discriminação social, tal relação reforça estereótipos e, de novo, o preconceito. Isso deve ser posto e denunciado, mas não pode deturpar ou nublar o que as fontes nos informam sobre o período que estudamos.

Na conclusão de sua dissertação você afirma que “a dinâmica das relações escravistas não era ditada pelos embates cotidianos entre senhores e escravos, pelo menos não antes de 1871”. De forma menos incisiva, essa também é a tônica de sua tese de doutorado. Como você encara a discussão sobre o protagonismo histórico de escravizados, e como você se posiciona nos debates historiográficos a respeito dessa temática?

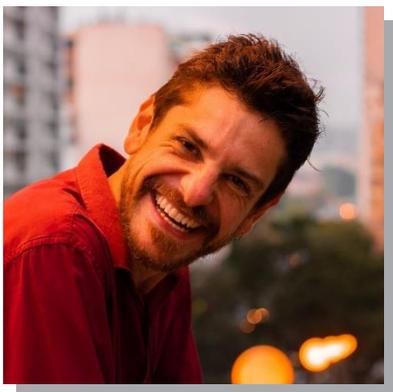
Acho que já comecei a responder essa questão quando tratei da pergunta anterior. De fato, creio que a Lei do Ventre Livre é uma inflexão nas relações escravistas. A escravidão, que era a norma na história brasileira, com todos os processos derivados dela, desde anos anteriores à lei (no mínimo desde as leis que aboliram o tráfico atlântico) passa a ser ainda mais contestada, especialmente nos tribunais pelos escravizados, além do fato do Estado se intrometer na relação senhor x escravo de maneira mais incisiva. Até então, o que depreendo dos documentos é que a instituição em si não era questionada. O que se buscava era a liberdade individual (e/ou dos seus – familiares, pessoas mais próximas, irmãos de uma agremiação religiosa, etc.). Por seu turno, por vezes não consigo ou não me percebo me “posicionando” em certos debates. Por exemplo, a discussão em torno do papel estrutural da alforria – por um lado, se a liberdade era fruto de uma concessão senhorial ou da conquista dos escravos e, por outro, se a alforria reforçava ou minava o sistema. No primeiro caso, sempre vi uma falsa dicotomia: o fato do senhor, em última instância, ter que anuir com o processo que redundava em uma liberdade nunca não me pareceu que retira o protagonismo nos esforços dos escravos e escravas em chegar à liberdade. No segundo caso, acho até mais estranho. A alforria era um fenômeno anterior à formação da sociedade escravista brasileira (seja colonial, seja no período pós-independência), pois estava inscrita tanto nos códigos ibéricos, quanto na cultura de diferentes povos africanos (por isso, na tese, faço um debate historiográfico com a instituição da “pawnsip” – que, grosso modo, era uma servidão temporária – presente em várias sociedades africanas). Portanto, ela era parte intrínseca do sistema. Contudo, de fato, a Lei de 1871 mudou o significado e as formas que os escravos podiam conquistar a alforria.

Outro exemplo: nas perguntas você utiliza a palavra “escravizado”. Apesar de ser raro encontrarmos esse termo nos documentos (até hoje só o vi em um ou outro processo-crime onde alguém alegava ser injustamente – “injustamente”, já que a escravidão era a norma – escravizado), não vejo problema nisso. Eu mesmo o utilizo, porém, não em contraposição à palavra escravo, mas em sintonia com o termo. Acho que ela ajuda a quebrar certa

“naturalidade” no entendimento da escravidão: ela não era natural, mas social e historicamente produzida. Contudo, a liberdade também. Então, o problemático, a meu ver, é primeiro incorrer no erro de naturalizar a noção de liberdade e, também, fazermos disso um cavalo de batalha, correndo o risco que questões contemporâneas contaminem o nosso entendimento sobre o passado. Enfim, o problema é sermos anacrônicos, um dos maiores pecados de um historiador. Podia citar também o “debate” acerca do papel da família escrava, que sempre me pareceu mal colocado (e reproduzido *ipsis litteris* por 10 em 10 trabalhos que abordam a questão da família cativa) e que, por obra do destino, pude ouvir isso presencialmente de Manolo Florentino, quando concordamos que A paz nas senzalas foi, em parte, mal compreendida por quem propôs o “debate” (ao qual nunca houve resposta, réplica, etc., e por isso coloco entre aspas). Mas não vou me alongar muito, pois trato especificamente disso na tese e, também, quero voltar ao cerne da sua pergunta. De fato, argumento que “a dinâmica das relações escravistas não era ditada pelos embates cotidianos entre senhores e escravos, pelo menos não antes de 1871”. Logo depois, afirmo que aquela sociedade era violenta e eivada de conflitos, ponderando que talvez não devamos exagerar no potencial explosivo de uma dicotomia entre cativos e seus senhores, já que a maior parte dos africanos escravizados emigrados (forçadamente) para o Brasil era proveniente de regiões onde a servidão gracejava e também porque os escravos e escravas nascidos no Brasil até meados do século XIX cresceram em uma sociedade onde a desigualdade era naturalizada e a escravidão a regra. Podia acrescentar que, apesar da existência de inúmeras revoltas, nenhuma delas colocou o sistema em cheque (algumas, como a dos Malês, tinha traços étnicos que, inclusive, ponderavam em continuar com a escravidão, mas a escravidão ‘do outro’). Concluo citando Sandra Graham, para quem as histórias encontradas por nós nos arquivos nem sempre revelam “o que esperamos, mas” o que, de fato, “aconteceu” (Caetana diz não, 2005, p. 27). Na conclusão da tese retomo tal questão – isto é, a tentativa de compreensão das engrenagens daquela sociedade e da legitimidade e estabilidade da escravidão no tempo –, aí em um debate sobre o entendimento da “força da escravidão”, título da obra de Sidney Chalhoub. No entanto, argumento que tal “força” residia mais na maleabilidade da instituição (leia-se, expressiva disseminação da posse cativa pelo tecido social e possibilidade de ascensão social intracativeiro e para fora dele, embora tal possibilidade de ascensão se processasse de maneira subalterna, ou seja, com libertos e/ou livres pardos e pretos sendo assimilados hierarquicamente, em uma posição social inferior, já que avançava e se aprofundava o processo de

racialização) e não apenas na força e nos interesses dos grandes escravistas (que nas palavras de Chalhoub e de muitos outros historiadores do sudeste se confundem com fazendeiros/cafeicultores o que, curiosamente, não é chamado de história regional). Termino ponderando que compreendo que a “liga” do sistema estivesse no comprometimento de boa parte da população com o mesmo – isto, claro, ao lado do fato de que a elite política, a elite militar, a econômica, do judiciário e religiosa serem, também, pelo menos até a década de 1870, escravistas. Resumindo, argumento que a escravidão no Brasil só gozou de ampla legitimidade social e estabilidade temporal em razão da defesa e do amplo comprometimento social que a instituição tinha, entre todos os estratos sociais, e não apenas entre a “classe senhorial” (aqui, de novo, confundida com os grandes escravistas, mesmo que há décadas a historiografia mostre que, não obstante certa concentração da posse escrava, a absoluta maioria dos senhores era composta por pequenos proprietários). Portanto, creio que a dinâmica social era mais complexa do que explicada somente ou fundamentalmente por embates ou pela violência. Enfim, e voltando ao que abordei na resposta anterior, sem levar em conta a ação dos escravizados, não entendemos o Brasil oitocentista. Todavia, por vezes o comportamento daqueles indivíduos não bate exatamente com o que esperávamos, porém, penso que devemos entender e respeitar sua racionalidade.

Wagner de Azevedo Pedroso



graduou-se em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos no ano de 2005. Em 2013, concluiu seu mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é docente do ensino fundamental no município de Montenegro. É autor do livro “Nazário e um plano de rebelião escrava na Aldeia dos Anjos – os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo” (Porto Alegre, Editora Coragem, 2020). Seu currículo está disponível no endereço: <<http://lattes.cnpq.br/3172003285899373>>. ¹⁵

Wagner, você poderia nos falar um pouco sobre em que consiste sua dissertação de mestrado?

De forma geral procurei na dissertação compreender a tentativa de insurreição de escravizados, ocorrida no ano de 1863, na Freguesia da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (atualmente correspondente ao território do município de Gravataí e arredores). Pois sempre tive muita curiosidade em saber como aqueles escravizados conseguiram organizar um plano insurrecional contra seus senhores e envolver grande parte dos cativos da localidade, mas logo de cara percebi que era necessário compreender melhor a estrutura escravista na qual eles viviam, para, aí sim, entender as estratégias dos insurgentes de 1863. Essa perspectiva de análise se baseou, em grande medida, na percepção apresentada por Eugene Genovese, de que não é possível analisar senhores e escravizados em separado, pois eles estão constantemente interagindo naquela sociedade. Pensando a partir deste ponto de vista, a dissertação acabou se constituindo em uma análise entre a micro e a macroestrutura da sociedade da Aldeia dos Anjos, na qual usei como fio condutor a tentativa insurrecional de 1863, na qual as questões estruturais da Aldeia dos Anjos acabaram ganhando maior destaque. Na primeira parte da dissertação, apresentei e analisei um extenso levantamento demográfico e econômico da região, entre 1841 e 1870, principalmente que ajudaram a compreender a estrutura dos “plantéis de escravizados” da localidade,

¹⁵ Acesso em 22 de dezembro de 2022.

Foto: Sheila Janine.

permitindo compreender de forma mais ampla a macroestrutura daquele período. Um ponto chave que “veio à tona” e foi bastante abordado, foram as alterações que se processavam na época do plano insurrecional naquela localidade – principalmente as relacionadas ao fim do tráfico negreiro (1850). Na segunda parte do trabalho, reconstruí fragmentos das redes de relações sociais e familiares dos senhores dos escravizados envolvidos no plano insurrecional e como estes se inseriam na estrutura econômica da Aldeia dos Anjos. Já na última parte da dissertação, analisei as relações sociais e familiares dos escravizados levando em consideração o contexto no qual eles viviam e as possibilidades de ação dessas pessoas dentro do sistema escravista da localidade naquele momento.

Qual foi a importância das fontes custodiadas no Arquivo Público para seu trabalho?

Para todos nós que amamos pesquisar em arquivos, primeiramente é importante dizer que temos o privilégio de ter acesso às fontes custodiadas no APERS. Sempre falo que a sala de pesquisa do arquivo traz aquela sensação de sermos detetives que estão constantemente encontrando novas pistas para reforçar ou derrubar suas ideias iniciais, ou mesmo levando-nos a novas possibilidades de análise ou caminhos a serem tomados na pesquisa. No meu caso, os documentos do APERS – como processos-crime, inventários post-mortem, testamentos e cartas de alforrias – foram fundamentais para a estruturação da minha pesquisa. Os dados coletados dessas fontes, principalmente os levantamentos realizados nos inventários post-mortem e testamentos, permitiram construir uma visão mais completa e complexa da estrutura social e econômica da Aldeia dos Anjos, trazendo as nuances daquela localidade, que não se enquadra dentro da estrutura dos principais centros do Império Brasileiro, ou mesmo da própria Província de São Pedro, principalmente, no quesito da constituição do sistema escravista da Aldeia dos Anjos. Esse contexto que se descortinou com a pesquisa dos documentos presentes no APERS possibilitou apresentar uma análise mais consistente da tentativa de insurreição dos escravizados no ano de 1863, principalmente na articulação entre estes diversos documentos. Sempre é bom reforçar a importância dessas instituições para a construção do conhecimento científico que tanto necessitamos para a compreensão de nossa sociedade, principalmente após nos depararmos com diversos casos de descaso

governamental com essas instituições, como o caso do incêndio na "cinemateca" agora em julho, ou mesmo o do Museu Nacional em 2018.

Um dos maiores desafios epistemológicos da História consiste na articulação entre atuação subjetiva e determinações estruturais. Como você colocou esses dois aspectos em diálogo?

Sim, este é um dos maiores desafios da História, e foi justamente a parte que mais me desafiou na estruturação da dissertação, principalmente porque era o objetivo inicial do trabalho fazer essa articulação, mas é preciso dizer que pensei, ingenuamente, que encontraria todos os dados estruturais da Aldeia dos Anjos já levantados, organizados e analisados, para somente realizar as análises referentes às atuações subjetivas dos escravizados. Infelizmente essa não foi a realidade encontrada, ao começar a leitura da bibliografia sobre a Aldeia dos Anjos e a pesquisar as documentações da localidade, deparei-me com um quadro em branco no qual não havia dados estruturados sobre este período, sendo assim, passei a dedicar grande parte da pesquisa ao levantamento, organização e análise de dados demográficos e econômicos da Aldeia dos Anjos, que eram, e foram, fundamentais para a realização da análise do plano insurrecional. Este levantamento acabou reduzindo consideravelmente o tempo para a articulação entre "determinações estruturais e atuação subjetiva". Apesar desse contratempo me detive na construção de uma boa base de dados macroestruturais da economia e demografia local, que possibilitaram a melhor articulação com a reconstrução dos fragmentos das estruturas familiares e sociais de senhores e escravizados (envolvidos na tentativa insurrecional) e, principalmente, os relatos presentes no processo-crime da tentativa insurrecional. Apresentando de forma mais ampla a reconstrução econômica e demográfica, principalmente das relacionadas às estruturas dos "plantéis de escravizados", foi possível visualizar melhor as dinâmicas gerais da localidade, a partir dessa visualização mais ampla, passei, através da reconstrução dos fragmentos de redes familiares e sociais, a perceber quais posições os senhores dos insurgentes ocupavam dentro desta estrutura da Aldeia dos Anjos. No caso dos senhores, ao perceber que estes e seus familiares compunham parte da elite local, percebi a necessidade de mudar a perspectiva de análise inicial - quando acreditava se tratar de pequenos proprietários locais, questão que só foi possível ao analisar os casos desses senhores de forma individual, através da articulação entre "registros eclesiásticos (batismo, matrimônio e óbito)", "inventários post-mortem" e "testamentos". Compreendendo a posição social

que esses senhores ocupavam naquela sociedade, passei a analisar os relatos dos escravizados, presentes no processo-crime, com outros olhos. Comecei a perceber e entender, no meio de suas histórias, como e por que escravizados se movimentavam por determinado lugar e falavam com determinadas pessoas, ou seja, passei a compreender o seu dia a dia na Aldeia dos Anjos – claro que esse entendimento só foi possível após a visualização de um quadro melhor desenhado desta localidade. Mas os relatos foram o grande destaque para a articulação de todos os dados, pois permitiram apresentar a versão dos escravizados, assim como a população livre entendia o que era permitido, ou mesmo comum, nas ações desses escravizados em seu cotidiano. Acredito que as percepções da população (livre ou escravizada) que aparecem em relatos dos processos-crime, neste caso o da insurreição, é o que nos permite compreender os limites das ações dos cativos dentro de determinado sistema escravista. Apesar de compreender que as perspectivas de análise (micro e macro) permitam que percebamos as nuances das ações de cada indivíduo, ainda tenho para mim que, além da pesquisa e do cruzamento das fontes, é necessário uma certa “empatia” ou, talvez, “sensibilidade” do pesquisador com relação à história e contexto de vida do agente histórico que está vivendo aquele momento, para desta forma conseguir analisar as ações subjetivas dos agentes históricos, no meu caso, ao estudar a tentativa insurrecional, foi buscar essas ações subjetivas nas possibilidades de decisões que cada escravizado, principalmente os insurgentes, poderiam tomar conforme o seu contexto de vida na Aldeia dos Anjos.

Quais as mudanças de ênfase entre sua dissertação e seu livro?

Essa foi uma das maiores dificuldades, inicialmente pretendia trazer uma linguagem mais acessível ao público leigo, mas sem deixar de lado metodologia e a crítica histórica. Ao começar a escrever o texto para o livro, acabei percebendo ser necessário de aprofundar e afirmar, de forma mais enfática, as questões relacionadas às articulações entre macro e microestruturas que dariam mais destaque às ações subjetivas dos insurgentes e de outros agentes históricos que vivenciaram a tentativa insurrecional dos escravizados, o que ficou muito superficial em minha dissertação. Para atingir este objetivo, decidi deixar de lado as análises mais detalhadas dos dados econômicos e demográficos (que estão presentes na dissertação) e me deter na organização do texto do livro para construir uma explicação mais detalhada das tensões entre senhores e escravizados na Aldeia dos Anjos, focando principalmente na

estrutura que permitiria compreender os limites das ações dos insurgentes de 1863. Esse foco acabou me levando a aprofundar a análise sobre as alterações do sistema escravista após o fim do tráfico negreiro (1850) e em como elas modificaram substancialmente as formas de dominação senhorial, principalmente na questão do aumento da rigidez dos senhores com seus escravizados, provavelmente devido à dificuldade de acesso à mão-de-obra escrava (encarecimento do preço do escravizado) após 1850 e, principalmente, 1860. Compreendendo essas alterações tornou-se mais fácil articular as ações subjetivas dos escravizados, principalmente ao analisar os relatos do processo-crime, quando se percebia como essas transformações afetaram o cotidiano dos escravizados, como por exemplo nas suas possibilidades de ações na localidade e suas conquistas diárias, ou seja, como afetaram, usando os termos de Thompson, seus “costumes em comum”.

Poderíamos dizer que você transitou de um maior enfoque na estrutura para o protagonismo dos escravizados, ao dar maior destaque ao plano insurrecional?

Exato, a minha grande preocupação era desmistificar, principalmente, para quem não é da área da escravidão, aquela ideia de uma ação escrava coesa, procurei dar destaque as ações dos escravizados dentro de um determinado contexto espacial e temporal, somadas às suas redes de relações que delimitavam suas possibilidades de ações dentro daquele sistema escravista. Como falei anteriormente, o protagonismo do escravizado acabou se perdendo na dissertação, pela necessidade de levar os dados que permitiram ver o escravizado dentro do sistema no qual eles viviam, só em posse desses dados seria possível compreender suas ações na Aldeia dos Anjos. A caminhada da pesquisa de mestrado e a sedimentação desse conhecimento, permitiram que, no livro, eu conseguisse focar a análise nesse protagonismo do escravizado, que acabou ficando mais superficial na dissertação. Cabe aqui destacar algo que acho muito importante, que a minha percepção do protagonismo está diretamente relacionada a minha perspectiva de vida, principalmente por fazer parte de uma “família extensa”, que não se restringe somente a mãe, pai e irmão, entra nesta família (e isso está programado na minha mente inconscientemente), primos(as), tios(as), avós(avôs), agregados(as), vizinhos(as), amigos(as) de família e assim por diante, essa percepção sobre família me facilitou a percepção das redes de relações familiares encontradas nas documentações (claro que essa é uma percepção branca destas relações).

Devido a essa percepção, procurei compreender as relações familiares e sociais desses agentes históricos e como elas ajudavam a entender as ações desses senhores e escravizados na Aldeia dos Anjos.

A Aldeia dos Anjos surgiu como um aldeamento indígena. Você encontra vestígios da presença indígena? Se sim, quais são?

Infelizmente não me detive nos dados sobre os indígenas, mas foi possível perceber que nos dados analisados os indígenas praticamente desapareceram nas fontes pesquisadas, os registros são muito poucos, cabe destacar que isso não significa que esta população deixou a localidade, apenas que foram desaparecendo das fontes com o passar do tempo. Pesquisadores como Fábio Kuhn e Bruna Sirtori destacam um pouco sobre esta questão, principalmente para o final do XVIII e início do XIX para os Campos de Viamão e para a Aldeia dos Anjos, outros estudos apresentam esse fenômeno para outras regiões da antiga Província de São Pedro.

Na quarta capa de seu livro, o historiador Charles Sidarta Domingos caracteriza seu trabalho como história pública. Você concorda? Se sim, em que sentido?

Concordo, acredito que a pesquisa, principalmente na elaboração do livro, apresentou um texto mais limpo (de dados mais duros que as pesquisas de mestrado e doutorado exigem), possibilitando um maior acesso ao leitor leigo e de outras áreas da História que não são da escravidão. Entendo que apresentar esse protagonismo negro (escravizado, liberto ou livre) é fundamental para trazer ao grande público perspectivas sobre a escravidão que muitas vezes estão dadas como trabalhadas na academia, mas ainda fazem parte da percepção geral de leigos no assunto, e inclusive de historiadores que não são da área da escravidão. Outro ponto importante foi compreender que esse protagonismo, principalmente a luta dos escravizados, contribuam para o debate da luta anti-racista atual, permitindo compreender e reafirmar, como muitos outros estudos já fizeram, como o sistema escravista contribuiu e, em minha opinião, é parte fundamental da estrutura de discriminação racial atual. Sempre que penso sobre isso, gosto de usar como referência o filme "Quanto vale ou é por quilo?" (2005), do diretor Sérgio Bianchi, apesar do filme ter outro viés, ele faz um paralelo com as ações do passado e como elas ainda estão presentes e arraigadas em nossas relações cotidianas e, agora eu, fazendo um

paralelo com o filme, acredito que muitas das questões relacionadas ao tema do racismo brasileiro atual, ainda são reflexos dessas antigas relações estabelecidas no período da escravidão no Brasil.

Como sua prática de pesquisa potencializa sua atuação como educador?

O ingresso no mestrado da UFRGS, em 2010, afetou diretamente a minha percepção sobre a importância da pesquisa para o aprendizado, primeiramente, porque modificou o meu próprio aprendizado, principalmente no que tange à pesquisa empírica e à articulação desta com a teoria. Ao modificar minha percepção sobre a importância da articulação entre teoria e prática, passei a construir aulas que exigissem de meus alunos uma articulação do conteúdo trabalhado com suas experiências de vida para que eles compreendessem de onde vinham seus valores e por que pensavam desta forma e não de outra. Hoje, com a pandemia, essa forma de reflexão acabou se perdendo devido às aulas remotas, que impossibilitaram o debate que era realizado na presencial. Para além da pesquisa, é importante aliar a teoria que usamos em nossos escritos, na nossa vida prática, sempre me lembro que a professora Regina Weber disse uma vez em aula "como sua teoria se aplica na sua práxis?", pensando nisso, acredito que não adianta falarmos em protagonismo, por exemplo, para nossos alunos, mas impedirmos eles de serem protagonistas no seu aprendizado, então busco constantemente me observar e reestruturar minhas ações como professor e pesquisador dentro da minha sala de aula, apresentando aos meus alunos possibilidades de criações que os tornem protagonistas do seu processo de aprendizagem, e a melhor forma que encontrei para isso, foi transformar meu aluno num pesquisador, claro que dentro de sua realidade de alunos do ensino fundamental. Procuo ensinar, para além do conteúdo, como eles devem se organizar, como determinar seu tempo de pesquisa (criar um calendário), como pesquisar suas fontes (no caso, livros e a própria internet) e como devem apresentar o material pesquisado. Olhando aqui parece muito fácil e lindo o trabalho, e é mesmo, mas não é tão simples quanto parece e demanda um longo período de adaptação e quebra de paradigmas até eles se compreenderem como protagonista do processo de aprendizagem e perceberem que o aprendizado é deles, eles que o constroem.

Thaís de Freitas Carvalho é licenciada em história



pela Universidade Federal de Pelotas (2010), mestre em História pela mesma instituição (2013, dissertação disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2016/09/dissertacao-thais-carvalho.pdf>> e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021, tese disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9797/2/THA%C3%8DS_%20DE_%20FREITAS_%20CARVALHO_TES.pdf>).16

Atuou como professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande (2014-2016). É pesquisadora na área de História Cultural, noite e boemia. Você pode encontrar seu currículo no endereço: <<http://lattes.cnpq.br/7631336857883378>>.¹⁷

Thaís, você pode nos relatar brevemente os seus percursos de pesquisa desde o TCC até o doutorado?

Com prazer! Mas antes, quero dizer que me sinto particularmente honrada com esse convite para contribuir ao blog do APERS, instituição que considero patrimônio inestimável do nosso estado e exemplo para inúmeras entidades de conservação no país. Fico muito feliz de ter o meu trabalho reconhecido por aqui.

Bem, voltando às origens de minha trajetória na pesquisa histórica, é impossível não atribuir ao bar Liberdade um papel muito importante nesse percurso. Nos últimos anos da graduação em História na UFPel, pelos idos de 2008, iniciei a pesquisa que faria parte de meu trabalho de conclusão, o qual se propôs a narrar um pouco da história e das particularidades daquele local, que consistia em verdadeiro reduto do choro na cidade de Pelotas. Nessa incursão inicial pela noite popular pelotense, trabalhei bastante com História Oral e etnografia, o que me possibilitou sair do casulo da timidez e desfrutar mais abertamente das dores e das delícias da pesquisa com o tempo noturno. Ao final do TCC, me vi gostando do “garimpo” inevitável que faz parte dessa busca e também me afeiçoei particularmente a como esse tema mexe com a memória das pessoas.

¹⁶ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

¹⁷ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

Muitos de meus entrevistados do bar Liberdade lembravam de histórias mais antigas, que remetiam aos tempos de infância, em que seus pais, nas décadas de 1930 e 1940, faziam parte de verdadeiros circuitos de sociabilidade conectados pelo rádio e por serenatas nas ruas da cidade. Isso me estimulou a tentar visualizar que Pelotas noturna era essa, a qual, mesmo do lado de fora dos clubes, conseguia conectar pessoas comuns por meio de outras redes. A partir daí surgiu a pesquisa do mestrado, onde me dediquei a traçar um panorama das ocorrências noturnas que permaneceram preservadas nos processos-crime da Comarca na década de 1930, com foco especial naquelas que comunicavam sobre hábitos da sociabilidade noturna popular no espaço público.

Diante das múltiplas ocorrências noturnas que apareceram nesse recorte – que abarcou desde defloramentos até brigas em bailes –, saltaram aos olhos as possibilidades de uma análise mais aprofundada sobre as brigas em bares, as quais comportavam uma série de elementos cujas relações de permanência no tempo e no espaço me intrigavam bastante. E assim surgiu a ideia da tese de doutorado, em que me debrucei sobre os processos específicos das ocorrências noturnas em bares estabelecendo um diálogo com as fontes impressas. Quis entender as solidariedades e a violência que perpassam essa sociabilidade noturna de esquinas e armazéns; uma sociabilidade ao mesmo tempo fortuita e perene, e que é capaz de conferir paradoxalmente singularidade e ao mesmo tempo uma universalidade quase “mística” a esses espaços. E, bem, é justamente por não se sentir muito satisfeita com as explicações metafísicas que o pesquisador adora “desmistificar”, dissecar e compreender essas engrenagens ocultas, ainda que esses esforços apenas nos aproximem desse fim. Talvez seja por isso que, no fundo, nossas pesquisas jamais terminam... respondemos algumas questões e herdamos outras mil pra seguir (e que bom!).

Qual foi o papel das fontes custodiadas no Arquivo Público nesse trajeto?

As fontes do APERS foram absolutamente essenciais. Em princípio, porque vi nos processos-crime uma das fissuras capazes de deixar escapar narrativas ricas sobre o tempo noturno; da mesma forma, são um dos poucos registros que temos em que os relatos de sujeitos de classes subalternas se fizeram ouvir e, principalmente na fase inicial do inquérito policial, são transcritos com pouca interferência de advogados e promotores. Após a pesquisa da dissertação, pude comprovar a riqueza dessas fontes e a multiplicidade de análises e cruzamentos possíveis, o que acabou levando ao projeto da tese. Não tenho dúvidas de que

o atendimento e a organização do APERS no tocante à pesquisa desempenharam papel fundamental no meu interesse em seguir trabalhando com processos. Infelizmente, essa valorização da pesquisa e o cuidado com as fontes não são características comuns a todas as instituições.

A que você atribui seu interesse pela cultura popular noturna e pelos espaços noturnos de sociabilidade?

Desde criança, a noite exercia um fascínio sobre mim. Gostava do clima de jogos e camaradagem que reinava na casa dos meus pais ao receberem os amigos nas noites de final de semana. Nasci e cresci em um bairro de pescadores em São Lourenço do Sul, à beira da Lagoa do Patos e do Arroio São Lourenço, onde não era preciso andar 200 metros ao final do dia para cruzar com ao menos um botequim cheio de homens nos balcões, mesas de bilhar e um cheiro forte de bebida. Ao mesmo tempo, meus avós – sobretudo meu avô materno, que foi pescador –, lembravam muito das histórias que cercavam os “traquinhos” nos botequins e da cumplicidade que unia – e às vezes separava – os homens nesses locais. As consequências disso para as mulheres tampouco passavam despercebidas, com inúmeros casos, rememorados por minha avó e minhas tias, de situações dramáticas enfrentadas por mulheres tendo que gerir casa, filhos e ainda lidar com a intoxicação de seus maridos. Mas ao lembrarem dessas histórias todos riam, ou balançavam a cabeça em tom de leve reprovação a uma “fase difícil”, e talvez essa complacência tenha me incutido uma curiosidade persistente sobre esses espaços e o tipo de vínculo que parecia se estabelecer ali.

Já na graduação, percebi que muito se escrevia sobre os clubes de Pelotas e o quão famosos eram seus bailes e carnavais do passado, mas essa historiografia raramente tinha foco específico no tempo noturno e suas implicações. As noites do espaço público, menos cerceadas por mecanismos de identificação e condicionamentos de acesso, ganhavam ainda menor representatividade na historiografia da cidade, sem dúvida devido às múltiplas dificuldades desse tipo de investigação.

Ao final do curso, o tempo da reprodução social, da cultura e do lazer já despertavam muito o meu interesse por sua potencialidade transformadora e transcendente, principalmente no que tange às classes subalternas. Foi nessa altura que conheci o bar Liberdade e vi uma excelente oportunidade para dar início às investigações sobre a vida noturna de Pelotas e às reflexões que tanto me instigavam a respeito dos botequins.

Como lhe ocorreu construir um corpus documental a partir de um recorte de processos-crime a partir de horário e locais dos eventos que desencadearam os Inquéritos Policiais?

Bem, como ocorre com a maior parte das pesquisas, eu tinha um objeto em mente, que era, no mestrado, o lazer noturno popular da cidade de Pelotas na década de 1930. Como este é um objeto bastante fugidio – aliás, como costumam ser os objetos de pesquisa que giram em torno do tempo noturno e/ou da cultura popular –, tive de adotar estratégias que me permitissem uma aproximação mais efetiva daquilo que eu buscava. Tendo em vista que as fontes preservadas até os dias de hoje dificilmente trariam narrativas específicas sobre a sociabilidade popular, optei por “recortar” a noite – e, já na tese, também os bares – nas fontes disponíveis, espremendo o máximo possível desses registros.

A intenção de partir dos processos criminais surgiu dessa possibilidade de, ao lidar com uma fonte extremamente detalhada, delimitar precisamente a janela de tempo diária que eu gostaria de observar. Ademais, na época em que formulei meu projeto de mestrado – ano de 2010 –, eu estava bastante motivada pelo seminal Trabalho, Lar e Botequim, do Chalhoub, bem como pela experiência do Caiuá Cardoso Al-Alam com processos. Caiuá foi meu “veterano” na graduação da UFPel e, à época, era um dos exemplos mais vívidos de como valia a pena pesquisar Pelotas a partir de outros ângulos. O PPGH da UFPel estava então nos seus anos iniciais – ainda não possuía curso de doutorado, por exemplo – e eu queria contribuir com perspectivas a partir de outras fontes, além daquelas disponíveis nos acervos da cidade. Obviamente que isso só foi possível porque fui contemplada com uma bolsa CAPES, a qual cobriu quase todo o período do meu mestrado e permitiu viagens periódicas de Pelotas a Porto Alegre para concretizar a pesquisa no APERS, ao longo dos anos de 2011 e 2012.

O Arquivo Público não tem ferramentas de busca que selecionem os documentos a partir do horário dos fatos que os ocasionaram. Naturalmente, você teve que fazer uma varredura exaustiva. Gostaria de perguntar qual foi sua reação ao saber que deveria olhar todos documentos, e também se essa ideia do conjunto lhe ajudou a interpretar melhor o corpus específico por você destacado.

Confesso que eu esperava bem menos ocorrências noturnas do que o montante verificado na seleção dos processos-crime. Ressalto que o primeiro contato com as fontes sob esse recorte noturno foi ainda na pesquisa da

dissertação, então foram cerca de 120 processos concernentes ao horário das 18 às 7 hs da manhã, o que me surpreendeu positivamente – se é que é permitido a nós, historiadores, “comemorar” registros que configuraram crimes no passado. De toda forma, nessa pesquisa extensa apareceram múltiplas categorias; processos concernentes a incêndios, arrombamentos e atropelamentos, por exemplo, ocorrências que não necessariamente comunicavam ao tema da sociabilidade noturna. Com efeito, eu já esperava uma pesquisa “clássica” de arquivo, horas de cadeira decifrando os “hieroglifos” dos escrivães – os laudos datilografados eram um alívio –, mas a consciência do trabalho exaustivo foi se impondo aos poucos, ao longo do percurso, quando percebi que não seriam apenas alguns tipos de ocorrências, mas sim, uma miríade de situações que acabaram por revelar uma Pelotas noturna muito mais adensada do que eu imaginava.

Quanto à sua pergunta sobre a visão do conjunto, isso é realmente muito pertinente, pois de fato fez muita diferença na percepção de meu recorte. Ter de passar por, pelo menos, uma página de leitura da queixa-crime de todos os processos da Comarca de Pelotas na década fez com que a pesquisa ganhasse um sentido em perspectiva que é quase impossível de transpor objetivamente na narrativa, mas que, sem dúvida, impacta a percepção do todo. A experiência de ocorrências múltiplas na pesquisa do mestrado, por exemplo, ajudou muito a ter em mente os vieses da fonte e não incorrer no vício de interpretar uma seleção de eventos conflituosos enquanto o cotidiano dos bares, ou mesmo encarar a vida noturna da cidade como um emaranhado de crimes e subversão. Esse cuidado fez ainda mais sentido no cotejo dos processos com os jornais.

Você poderia nos relatar sobre como foi a experiência de cruzar processos-crime e imprensa?

Meu único arrependimento foi não ter começado antes. É claro que, para executar essa empreitada no universo de mais de uma centena de processos pesquisados na dissertação, eu precisaria de, no mínimo, mais três pares de olhos, principalmente tendo em vista as dificuldades de buscas avançadas e digitais já mencionadas. Entretanto, devo destacar que a digitalização emergencial fornecida pelo APERS aos pesquisadores no início da pandemia foi absolutamente essencial, principalmente em um contexto de arquivos fechados por quase 7 meses. Mas mesmo em circunstâncias normais, as dificuldades dessa busca não afetaram apenas as pesquisas no APERS, como também a

investigação com os impressos da época, que estão locados na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense; lá, pouquíssimos exemplares do período estão digitalizados, o que demanda muito mais tempo e recursos do pesquisador na fase de coleta. Além disso, a BPP cobra por cada clique das obras, portanto a imensa maioria dos excertos se deu por meio de transcrição. Na época, a sala de pesquisa não possuía computadores, então eu levava o notebook e passava os dias preenchendo minhas planilhas manualmente.

Obstáculos à parte, é inegável que o diálogo entre processos e jornais propiciou o desenvolvimento de hipóteses importantes relativas a algumas lacunas da pesquisa, como, por exemplo, a parcela pequena de agressões leves nos processos-crime derivados de brigas em bares. As hospitalizações de feridos por armas (alegadamente acidentes) e as ocorrências de desordens e embriaguez ocorridas nas noites da cidade e veiculadas com frequência nos periódicos deram força à suposição de que poucos desses casos leves eram levados à justiça. Também ficaram mais visíveis as relações dos periódicos com as delegacias, bem como proximidades e diferenças entre os discursos de escrivães e noticiários, o que ajudou a situar o momento vivido pela imprensa local no período. Sobretudo, os jornais contribuíram no sentido de ampliar o foco da vida noturna dos bares e botequins para além do momento do conflito, pois também veiculavam anúncios de bailes, cinemas, teatros, cafés e outros eventos nas noites da cidade, o que não deixava perder de vista também a dimensão lúdica e cotidiana das diversões noturnas populares.

Seu trabalho traz uma consistente discussão sobre masculinidades, um tema importante e merecedor de maior aprofundamento por parte da historiografia. Como você trouxe esses debates para seu trabalho e que papel eles desempenham em seu argumento?

Essa é uma questão bem importante, de fato. O peso da masculinidade nos conflitos noturnos dos bares foi ganhando densidade ao longo da pesquisa, pois a ausência de mulheres nos processos havia me causado nítido estranhamento. Em consequência, o cruzamento destes com as notas na imprensa foi absolutamente essencial, pois ajudou a compreender que a ausência feminina nesses documentos era circunstancial e não representativa do cotidiano dos botequins. Ou seja: as mulheres também eram detidas por embriaguez e desordens nos bares, mas não eram citadas nos processos e inquéritos. Isso diz mais sobre como essas mulheres eram vistas pela sociedade

e pela justiça, e mesmo sobre as implicações das relações de gênero nas performances violentas leves e graves entre os homens do que sobre a inserção das mulheres nesses circuitos de sociabilidade.

De toda forma, desde o momento da coleta de fontes, já foi possível perceber que seria impossível fugir completamente às reflexões de gênero se eu quisesse ser honesta com a minha pesquisa. Cheguei a ser aconselhada a deixar essa questão de lado devido à sua complexidade, para que não tomasse um espaço excessivo em relação aos objetivos da tese. Mas no meu entendimento isso seria o mesmo que amputar o meu objeto, uma vez que, diante das narrativas que compunham os depoimentos sobre esses conflitos, era impossível não compreender essa sociabilidade como locus privilegiado das performances de virilidade. Assim, ao estruturar os capítulos da tese, pensei em partir primeiro das condições objetivas ligadas à sociabilidade noturna dos bares e da Pelotas da época – o que, onde, quem, quando, como –, aproveitando ao máximo todos os dados que os inquiridos me propiciavam. Em seguida, me detive na pesquisa com jornais e nas formas como a noite dos bares era noticiada. A partir daí, já haviam se delineado alguns elementos não tão objetivos, mas que desempenhavam papel crucial na dinâmica dessa sociabilidade, como a embriaguez, o jogo e a virilidade. Resolvi então dedicar o último capítulo à reflexão sobre como essas subjetividades transformavam as relações nesses espaços.

A cultura de bar perceptível a partir dessa pesquisa não é exclusivamente noturna, mas as diferenciações entre os turnos trazem à tona o impacto da noite para essa sociabilidade. Durante o dia, as incursões eram mais efêmeras e intermitentes, além de envolver interesses múltiplos, uma vez que muitos desses botequins eram também armazéns que proviam mantimentos e artigos domésticos em geral. À noite, a procura pelo armazém diminuía, ao passo que as interações no bar tinham seu tempo de duração estendido – consequentemente, com mais tempo para atingir outros “estágios” da embriaguez, para usarmos concepções em voga na época. O quórum de jogadores também aumentava, o que acabava por produzir condições que estimulavam as disputas entre os frequentadores. Com isso, as performances de virilidade apareciam ao mesmo tempo enquanto causa e consequência dessas verificações mútuas de respeito perante os demais, e especialmente se considerarmos o contexto rio-grandense, que ainda trazia bem vívidos seu belicismo, seus ressentimentos de conflitos passados – alguns à época ainda bem recentes –, desigualdades, escravidão e imigrações. Não por acaso, essa

respeitabilidade atrelada ao conflito e à violência – parte do que Barrán chama de “cultura bárbara” – fazia parte também das atividades econômicas, pois muitas das profissões relatadas pelos frequentadores dos bares relacionavam-se ao abate e manejo de carnes e couros de animais.

Em vista disso, as reflexões finais do trabalho se propõem a dar conta de teias mais subjetivas que conectam as estruturas desta sociabilidade. Escrito já com um ano de pandemia, foi um esforço para o qual gostaria de ter tido mais fôlego e que certamente merece muitos aprofundamentos futuros, mas, sem dúvida, foi fundamental para o argumento da tese. O hábito arraigado do botequim ao fim do dia, que ainda permanece nos subúrbios e periferias mantendo grande parte dos elementos que víamos há um século atrás, está intimamente ligado às conotações que nós, enquanto sociedade, atrelamos ao que é respeitável ou honrado. Em contextos de crises econômicas, insegurança e fragilidades de toda ordem, aquele que menos possui vai se aferrar ainda mais àquilo que, a despeito de sua intangibilidade, pode significar a possibilidade de mais um dia. A sociabilidade dos bares, com suas performances viris, suas apostas a dinheiro, seus brindes e seu escape momentâneo de condições ásperas de vida, perpetua-se justamente nesse diálogo constante entre o mundo como ele é e o mundo como poderia ser. Espero ter contribuído para que olhemos para esse fenômeno e toda sua complexidade não com complacência, mas com uma abordagem mais compreensiva e mais humana.

Tiago Luís Gil



é licenciado (2000) e bacharel (2002) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e doutor pela mesma instituição (2009). É autor, dentre outras obras, de “Infiéis Transgressores” (Arquivo Nacional, 2007), “Como se faz um banco de dados (em História)” (Ladeira Livros, 2015) e “Coisas do caminho” (Editora UnB, 2020), além de diversos capítulos e artigos científicos sobre economia

colonial, história digital, contrabando, fronteira, história espacial, geoprocessamento em história e bancos de dados. É professor da Universidade de Brasília e bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq. O currículo de Tiago Gil pode ser encontrado no link: <<http://lattes.cnpq.br/5199440376465740>>. ¹⁸

Tiago, você pode nos falar brevemente de sua trajetória de pesquisa, especialmente sobre seus trabalhos de mestrado e doutorado?

Antes de tudo, gostaria de agradecer pelo convite para essa entrevista. O Rodrigo é meu amigo e colega da graduação e é uma alegria conversar com ele e desfrutar da sua inteligência. Além disso, o APERS tem também um lugar no meu coração.

Sobre a pergunta, vou começar lá atrás. Desde a graduação me interessei por mulas, que acabou sendo o tema do mestrado e do doutorado, ainda que com enfoques bem diferentes. Na graduação, isso era mais evidente: tentei estudar a produção dos muares na freguesia de Triunfo no final do século XVIII. Foi bem legal, pois fui logo enfiar a cara nos Inventários post-mortem do APERS, durante muitas tardes entre 1998, 1999 e 2000. A sala de consulta não era onde fica hoje, era no segundo andar, e a entrada era pela garagem. Passei muitas tardes agradáveis naquele recinto, fichando inventários de Triunfo. Depois, até pelo tema da produção de mulas, fui durante o mestrado tentar entender os movimentos do comércio de animais. No começo eu não queria chamar aquilo de contrabando, pois entendia que esse rótulo só fazia sentido do ponto de vista do estado nacional e eu não queria reproduzir essa

¹⁸ Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: João Vitor de Oliveira Silva.

noção. Com o tempo, contudo, acabei vendo que os agentes históricos que realizavam aquele comércio usavam as fronteiras dentro de suas estratégias. Essa pesquisa acabou virando livro, publicado pelo Arquivo Nacional (onde também passei muitíssimas horas da minha vida) com o nome de “Infiéis transgressores”. Durante algum tempo pensei em seguir com a temática da fronteira, mas algumas contas mal feitas junto a um banco privado me levaram a pensar na importância do crédito na economia colonial. Daí surgiu o projeto de investigar o crédito no comércio de animais que ia do Viamão até Sorocaba, que foi o tema do doutorado. Nessa pesquisa, usei exaustivamente materiais do APERS, especialmente as escrituras públicas. Desta vez fiquei menos tempo na sala de consulta, por conta das vantagens da fotografia digital. Os materiais do APERS foram fundamentais para a produção de “Coisas do caminho”, tese de 2009 que foi finalmente publicada somente em 2020, como você bem destacou, após diversas modificações.

Qual foi o papel das fontes do Arquivo Público em suas pesquisas?

Imenso. O Arquivo Público é um dos meus arquivos preferidos, pois tem um acervo incrível (a centralização dos republicanos foi importante, nesse sentido) e não complica o acesso. Digo isso, pois muitos acervos são difíceis para o pesquisador, já que exigem que os pedidos sejam feitos com muita antecedência. Além disso, é comum encontrar amigos por lá. Faz tempo que não entro no APERS, mas sempre tenho bons encontros na sala de consulta. O acervo é extraordinário: não é fácil encontrar Inventários, escrituras e outros tantos documentos num mesmo lugar. O Arquivo Público de São Paulo, por exemplo, está muito atrás nesse quesito, ainda que tenha uma estrutura de grande qualidade.

Seu trabalho é tributário das discussões da micro-história. Entretanto, em artigo de 2002, o professor João Fragoso assinalou as dificuldades para o acompanhamento nominal nas fontes documentais coloniais brasileiras, adjetivando a micro-história aqui produzida como uma micro-história “tapuia”. Você compartilha desse entendimento? Como você encara essa questão?

Compartilho que há dificuldades, mas não suponho que sejam muito diferentes do caso italiano ou que tenham especificidades que mereçam um adjetivo como “tapuia” (quase como “bronco” ou “caipira”). Acho que o João

Fragoso queria encontrar alguma forma de não se “atrever” a comparar as pesquisas dele com as dos italianos. A forma que encontrou, contudo, não me parece a mais acertada. A micro-história não pode ser caracterizada pela qualidade dos acervos (elemento destacado pelo João) e, sim, pela abordagem. O APERS é um exemplo de acervo que permite uma ampla abordagem micro-histórica, mas ele não é o único no Brasil. Acho a micro-história uma experiência historiográfica de grande fôlego e inteligência, mas não me atreveria a me declarar um micro-historiador. Além disso, procuro tentar aprender de muitos lados diferente e acho isso bem importante.

Como você se interessou pelo geoprocessamento de espacialidades da América Portuguesa? Você pode nos contar sobre a origem do projeto do Atlas Digital da América Lusa?

Durante o doutorado eu pesquisava o crédito, fenômeno que, no meu entender, guarda relação com a demografia e, mesmo, com a geografia, pois as informações não se distribuíam igualmente no espaço. Eu precisava de um mapa com as vilas da época e esse mapa simplesmente não existia. Naquele momento acabava de ser lançado do Google Earth, algo que me parecia fascinante. Pensei que eu precisava de um Google Earth para a época. Quando fiz o doutorado-sanduíche em Florença, segui um curso oferecido pela Marguerita Azzari, da geografia da UNIFI, pioneira no uso de geoprocessamento na Itália e interessada em cartografia histórica. Voltando ao Brasil, fui atrás de ferramentas para a tese e consegui resolver meus problemas. Contudo, o problema maior continuava: faltava um acervo de dados sobre as localidades coloniais que pudesse ser simplesmente “baixado” para uso. Quando entrei na UnB, alguns meses depois da defesa, resolvi aproveitar o momento de amplo financiamento do ensino superior e criar essa ferramenta que é o Atlas Digital da América Lusa. Por conta disso, acabei me aproximando de outros projetos pioneiros no geoprocessamento histórico, como o Paulicéia, do Himaco, na Unifesp, onde o Luis Ferla criou um belíssimo grupo de trabalho. Desde então nos encontramos em diversos eventos e reuniões de trabalho e acabamos incentivando uns aos outros a novas aventuras.

Ao tentar situar em mapas, de uma forma muito artesanal, as localizações de alguns referenciais socioculturais de comunidades quilombolas, ou até de territorialidades LGBTQIA+ de Porto Alegre, tive

algumas dificuldades para situá-las com exatidão. Imagino que no período colonial os obstáculos possam ter sido ainda maiores. Com qual grau de precisão vocês têm trabalhado? Como lidam com localizações aproximadas?

É sempre artesanal, ainda que não pareça. É sempre um trabalho que envolve muitas decisões e sempre destacamos isso nos bancos de dados que criamos. Não é fácil mesmo. Contudo, a diferença de escala "continental", como no caso do Atlas, para uma escala urbana, como as territorialidades LGBTQIA+ em Porto Alegre, acaba trazendo ainda mais dor de cabeça. Uma coisa é você marcar uma vila com uma margem de erro de 5 quilômetros. Olhando o conjunto da América Lusa, o ponto ficará no mesmo lugar, pois o tamanho do "ponto" usado para representar acaba eliminando a diferença. Contudo, numa cidade, 5 quilômetros pode significar estar já em outra cidade ou um bairro completamente diferente. Nesses casos, talvez o uso de "manchas", como aquelas produzidas por mapas de calor (algoritmo de kernel) possa ajudar a diminuir a sensação de precisão, além, é claro, de usar feições (pontos, linhas e polígonos) com uma taxa de transparência maior para casos mais imprecisos. No nosso projeto, usamos até 6 classes de precisão, baseada no raio possível de erro da marcação. Isso é importante para situar os objetos uns em relação aos outros, pois essa relação existia, mas, em geral, evitamos tirar conclusões que demandem uma precisão muito grande e quase sempre nossas análises são efetuadas na escala continental. Quem tem um trabalho muito bacana com espaços urbanos é o Carlos Valencia Villa, em "Ao longo daquelas ruas".

Como você vê as discussões recentes a respeito de História Digital e Humanidades Digitais?

Coisas muito diferentes recebem esses rótulos. Acho ruim que estas discussões tenham virado moda, pois isso tem um efeito sempre muito destrutivo e epistemologicamente reprovável. O que faço é uma história que tenta tirar proveito do computador, pensando sempre em armazenamento e processamento dos dados, especialmente este último. É um tema clássico, que surge durante o auge da história social, da qual me considero tributário. Entendo que muitos que falam em história digital e humanidades digitais estão pensando em novas formas de comunicação e internet, tema sobre o qual não sei quase nada, para não dizer "nada". Uso estes recursos computacionais, pois sou preguiçoso e acho que o computador pode fazer muito bem algumas tarefas repetitivas. Agora mesmo estou criando um programa de computador

em python que pretende “varrer” teses, dissertações, artigos e livros digitais (em formato PDF) para extrair automaticamente índices de nomes, datas, lugares, temas e referências bibliográficas, com a ideia de conectar tudo isso e criar um gigantesco banco de dados que permitirá a busca por certos personagens, ou períodos, lugares, temas, obras ou tudo isso junto usando toda a historiografia disponível em PDF através deste sistema. O programa já está pronto e funcionando, mas ainda preciso “alimentá-lo” com muitos trabalhos para que coisas possam ser encontradas. Ele não trará resultados “analisados”: ele trará indicações bibliográficas que permitirão aos historiadores, estes sim, encontrar conexões e regularidades. No futuro, pretendo também inserir fontes transcritas, permitindo robustecer o sistema.

Na sua opinião, de que formas as ferramentas digitais auxiliam na gestão, preservação e difusão de acervos arquivísticos?

Confesso que meus poucos conhecimentos desse tema me impedem de dizer além do óbvio: que a publicação online dos acervos facilita a vida do historiador, democratiza o acesso, reduz o contato e a deterioração dos originais e abre espaço para que pessoas de lugares muito diferentes conheçam as mais variadas fontes, por tipo, lugar ou data. Antigamente, estudávamos o que havia nos acervos locais e agora os alunos podem sonhar com fontes muito distantes das suas realidades. E acredito que isso apenas alerta para a importância dos acervos, sem “competir” com a versão física dos mesmos, ou seja, acredito que os arquivos serão cada vez mais demandados, mesmo estando inteiramente online. Seria ótimo poder ter todo o APERS disponível. Já pensou se todas aquelas escrituras fossem inseridas no programa que estamos criando? Teríamos todos os nomes, lugares, datas e temas das escrituras disponíveis em um toque. Espero que esta conversa tenha sido interessante.

Vanderlei Machado



é professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduou-se em História na Universidade Federal de Santa Catarina em 1994, mesma instituição onde defendeu seu mestrado em 1999 (disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80833/143980.pdf?sequence=1>).¹⁹

Concluiu doutorado em História na UFRGS, tendo defendido em 2007 (disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10919/000602883.pdf?sequence=1&isAllowed=y>).²⁰ Coursou estágio sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Coursou pós-doutorado na UFSC entre 2012 e 2013, mesma instituição onde atualmente cursa novo estágio pós-doutoral. É especialista em história de gênero, notadamente na temática de masculinidades. Seu currículo está disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/4087072904135000>.²¹

Vanderlei, a que você atribui seu interesse pelas discussões sobre gênero e, mais particularmente, sobre masculinidades?

O interesse pelas discussões sobre gênero e masculinidades surgiu ao longo da minha formação acadêmica. No último ano da graduação, em 1993, freqüentei a disciplina de História de Santa Catarina, com a professora Cristina Scheibe Wolff. Nas aulas da Cristina, professora que recém havia defendido sua dissertação na USP, entrei em contato pela primeira vez com a chamada História das Mulheres. Sua dissertação versava sobre a importância que as mulheres alemãs tiveram na colonização e desenvolvimento da cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, no século XIX.

19 Acesso em 22 de dezembro de 2021.

20 Acesso em 22 de dezembro de 2021.

21 Acesso em 22 de dezembro de 2021.

Foto: Acervo pessoal.

Antes da formatura, em 1994, conheci a professora Joana Maria Pedro, que estava retornando do doutorado na USP. A tese da Joana, com forte influência da História das Mulheres, já trazia a gênese dos estudos de gênero.²² A categoria gênero de análise encontrou na referida professora uma de suas maiores divulgadoras e incentivadoras, notadamente, no campo da História. Alguns meses após este encontro, fui chamado para ser bolsista de Aperfeiçoamento, com uma bolsa do CNPq, num projeto elaborado pela Joana, intitulado "Autonomia e Criminalização: o controle do corpo feminino (1900-1950)". Este projeto buscou investigar, a partir de uma perspectiva histórica, o processo de controle do corpo feminino, através da criminalização de práticas como o aborto e o infanticídio, na cidade de Florianópolis, entre os anos de 1900 e 1950. Partimos do pressuposto de que as mulheres de Florianópolis possuíam uma série de conhecimentos que lhes garantiam certa autonomia sobre seus corpos, conhecimentos esses que passaram a ser alvo de uma série de discursos, médicos, jurídicos e de outros setores da sociedade, que buscavam desqualificar e mesmo incriminar tais conhecimentos e práticas. Para tanto, realizamos uma série de pesquisas nos arquivos do Fórum da cidade de Florianópolis e no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, buscando encontrar processos que foram instaurados contra mulheres acusadas da prática de aborto, infanticídio e sonegação de cadáver.

Nessa época, eu ainda não tinha entrado em contato com os textos de Joan Scott e sua definição da categoria *gênero* de análise. Naquele momento, nossa principal referencia teórica, além de Foucault, era o texto de Gayle Rubin, intitulado *A circulação de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*.²³ Neste estudo, a autora, com forte influência marxista, nos mostra, entre outras questões, que a análise das causas da opressão das mulheres forma a base para qualquer perspectiva do que deve ser mudado para que se alcance uma sociedade sem hierarquia de gênero.

Atuar no referido projeto foi fundamental para que eu participasse de grupos de estudos e eventos científicos. Apresentei algumas conclusões parciais da pesquisa no "Fazendo Gênero na UFSC", um encontro interdisciplinar, realizado em maio de 1996.

²² PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

²³ RUBIN, Gayle. The traffic in women. In; REITER, Roy. Towards an anthropology of women. New York: Review Press, 1975.

Certa vez, encontrei em um jornal a resenha do livro escrito pela filósofa e feminista francesa Elisabeth Badinter, intitulado *XY: sobre a identidade masculina*.²⁴ Na semana seguinte, fui até uma livraria fazer o pedido do mesmo. A partir da leitura desse trabalho, passei a me perguntar sobre como se dava a construção histórica e cultural das masculinidades.

Você poderia falar, em linhas gerais, sobre a temática de sua dissertação e de sua tese de doutorado? A que fontes documentais você recorreu?

É inegável que o fato de eu participar à época de um grupo de estudos de gênero, na Universidade Federal de Santa Catarina, favoreceu a percepção de que existia uma lacuna em relação à questão da construção da masculinidade na historiografia brasileira. Diante de tal constatação e movido por inquietações que estavam presentes na sociedade da época, decidi empreender uma pesquisa que buscava perceber quais eram os atributos masculinos valorizados pela sociedade de Desterro/Florianópolis na segunda metade do século XIX.

Os jornais do século XIX foram as principais fontes para a escrita da minha dissertação de mestrado, intitulada *O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884)*.²⁵ Nela busquei descrever e analisar como em Desterro, capital da Província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, num período em que a cidade vivenciava um relativo crescimento econômico, foi se constituído um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses.

Naquele contexto histórico, a imprensa funcionava como um instrumento discursivo modelador e instituidor de práticas sociais. Entre tais práticas, destaco a exigência dirigida aos homens adultos, principalmente da elite, da capacidade de prover suas famílias dos recursos necessários à sobrevivência e à garantia do pagamento de suas dívidas, caso quisessem ser reconhecidos como honrados e honestos por seus pares. Além disso, para os homens da elite, o casamento aparecia como um atributo de honradez e uma possibilidade de ascensão na esfera política. Tais atributos apresentavam-se como capital simbólico de masculinidade e possibilitavam o acesso à cidadania e à intervenção nas decisões dos destinos da cidade e da Província.

²⁴ BADINTER, Elisabeth. *XY sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

²⁵ MACHADO, Vanderlei. *O Espaço Público como Palco de Atuação Masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro – 1850 a 1884*. Florianópolis, 1999. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao propor a construção de uma história de como a imprensa divulgou um ideal de masculinidade, a partir do modelo de homem público, e que, pretendia-se hegemônico, busquei desnaturalizar uma construção, uma representação que é determinada histórica e culturalmente. E com isso, procurei contribuir para um melhor entendimento de como as construções do masculino e do feminino têm sido utilizadas, em contextos históricos diferentes, para justificar relações hierarquizantes entre homens e mulheres.

No final de 2002, me inscrevi para a seleção do Curso de Doutorado da UFRGS. Nesta universidade me interessei por um diálogo com as discussões sobre cidade, imaginário e representações desenvolvidas pela professora Sandra Jathay Pesavento. Este seria um grande diferencial em relação ao que eu vinha estudando, ou seja, inserir a problemática urbana nos estudos sobre masculinidade.

Na UFRGS, além dos trabalhos de Sandra Pesavento, foram de grande importância para mim os estudos da professora Claudia Mauch, que discute o papel da imprensa do final do século XIX, em Porto Alegre, na divulgação de certos valores sociais. Em 2004, fui aprovado para realizar um “doutorado sanduíche” na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, Paris, França, com bolsa da CAPES. Em Paris, fui orientado pelo professor Jacques Leenhardt e frequentei os seminários do historiador Georges Vigarello, entre outros. As reflexões deste autor sobre o corpo e a beleza enquanto construções culturais contribuíram para que eu passasse a prestar atenção para o fato que as representações de corpo têm uma historicidade e contribuem para reforçar hierarquias de gênero.

Em minha tese, intitulada “Entre Apolo e Dionísio: A imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)”,²⁶ busquei evidenciar a construção e a divulgação de um modelo hegemônico de masculinidade através da imprensa de Florianópolis, no período compreendido entre 1889 e 1930, avançando temporalmente em relação ao que havia trabalhado no mestrado. Nos artigos divulgados pelos jornais, no período em questão, destacou-se a representação do homem branco, jovem e viril. Este, segundo as prescrições da época, deveria atentar para um código de urbanidade que passava a exigir um maior cuidado com o corpo e o domínio de si. Buscar satisfazer a esse modelo valorizado socialmente era a garantia de que o homem desempenharia bem as responsabilidades que dele se esperava, como a de prover a família, produzir uma prole saudável, ser trabalhador, cumprir seus

²⁶ MACHADO, V. Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

contratos e ser um bom cidadão. Os jornais fizeram circular representações de gênero, que buscavam constranger as mulheres ao espaço privado, reservando aos homens a esfera pública.

Além dos atributos prestigiantes da masculinidade, a imprensa e os livros escolares divulgavam também como um homem não deveria agir, notadamente nos espaços públicos. A partir da década de 1910, pode-se evidenciar com maior precisão a divulgação de uma série de práticas e representações que visavam coibir comportamentos masculinos que deixavam de ser tolerados nos logradouros públicos da cidade. Entre tais comportamentos estava a prática da embriaguez e o uso da violência como forma de solução de conflitos interpessoais. Naquele contexto, passou-se a exigir dos homens que circulavam pela cidade, certa previsibilidade em suas atitudes.

Busquei demonstrar ao longo da escrita da tese como o processo de urbanização ocorrido na capital catarinense, nas três primeiras décadas do século XX, foi acompanhado da construção de um novo modelo de masculinidade ligado à vida nas cidades.

Como você direcionou seus interesses de pesquisa para o estudo das paternidades? E por que optou pelo período da ditadura de 1964-1985?

Em 2008 iniciei uma pesquisa sobre a história de mulheres que lutaram contra a ditadura. Essa pesquisa me instigou a pensar na participação dos pais de militantes políticos nesse mesmo contexto. A questão da maternidade tem recebido bastante atenção por parte dos estudos de gênero. Da mesma forma a questão do uso da maternidade como instrumento de tortura durante a ditadura milita no Brasil também tem sido objeto de estudos por parte de historiadoras e de denúncias pela Comissão Nacional da Verdade. Como exemplo, menciono os trabalhos desenvolvidos por Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, Janaína Athaydes Contreiras, Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento e Ivonete Pereira.²⁷ Estes textos apresentam casos de militantes que estavam

²⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, 154; Cruz, J. P. D., Gianordoli-Nascimento, I. F., Oliveira, F. C., Santos, T. L. A., Mendes, B. G., Freitas, J. C., & Reis, D. B. Gerando vida em contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). IN: *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 126-150, 2015; PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989) In: *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan.-dez. 2009; CONTREIRAS, Janaína Athaydes. Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985). Trabalho de Conclusão de Curso (departamento de História, UFRGS, 2015).

grávidas ou que eram mães no momento em que foram presas por órgãos da repressão. Estes trabalhos me instigaram a pensar o uso da paternidade como forma de tortura empregada contra homens que eram pais quando foram presos e torturados pela repressão, entre 1968 e 1974, tema ainda não estudado pela historiografia.

Desde 2012, venho desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado "Gênero e paternidade entre militantes que combateram a ditadura no Brasil". Com essa pesquisa, fui contemplado com uma bolsa de Pós-doutorado Júnior do CNPq, no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, em 2012. Inicialmente analisei, em livros de memória publicados por e sobre ex-militantes de esquerda, as representações de masculinidade e de paternidade veiculadas, relacionando-as com registros policiais, presentes nos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, a respeito das tentativas paternas de auxiliar filhos e filhas que foram alvo da repressão durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Busquei também avaliar até que ponto esses diferentes registros nos informam sobre os limites, as possibilidades e a legitimidade da atuação paterna diante da prisão, tortura, morte e desaparecimento de seus filhos e filhas.

Em 2013, tive contato com os documentos que servem de fonte para as pesquisas que estou desenvolvendo atualmente: trata-se dos processos que fazem parte do fundo Comissão Especial de Indenização, criada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1997 e que atuou até 2004. Esses processos, que estão sob a guarda do APERS, contêm solicitações de indenização que foram encaminhadas por pessoas, nascidas no Rio Grande do Sul ou não, que foram presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, em dependências ligadas ao governo estadual.²⁸

O contato com tal documentação ocorreu após o convite que recebi das colegas Carla Rodeghero e Clarissa Sommer Alves, para participar do Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS, coordenado por elas. Este Programa de Extensão, contemplado na oportunidade, com recursos do Edital Proext do MEC, tem, entre seus objetivos, a formulação de oficinas para o Ensino Médio focadas na temática Ditadura e Direitos Humanos.

²⁸ Lei Estadual nº 11.042 de 18 de novembro de 1997.

Em que as fontes do Arquivo Público têm ajudado em suas pesquisas mais recentes?

Ao trabalhar com os processos de solicitação de indenização, começou a ficar evidente uma questão que quase não aparecia em outras fontes até então analisadas, sejam livros de memória, relatos de história oral ou notícias de jornais. Qual seja, os processos de indenização traziam relatos de homens e sobre homens, militantes de grupos de esquerda ou não, que eram pais na época em que foram presos ou detidos pela repressão no Estado do Rio Grande do Sul.

Boa parte de sua atuação profissional tem sido no ensino básico. De que maneiras suas atividades como professor e pesquisador implicam-se mutuamente?

Em minhas pesquisas procuro sempre dialogar com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolvo no Colégio de Aplicação da UFRGS, como o projeto “A História das mulheres que os livros didáticos não contam”, concluído recentemente. Este estudo surgiu da percepção sobre a ausência da história de mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil nos livros didáticos de história. Além de analisar e descrever a forma como os manuais de história para o ensino médio apresentavam a participação de mulheres na resistência contra a ditadura, a pesquisa permitiu realizar um levantamento bibliográfico sobre a maneira como a historiografia tem abordado a participação feminina e as diferentes formas de resistência de mulheres contra a ditadura no Brasil. Nesse esforço, foram reunidos e analisados trabalhos acadêmicos e outras publicações que tratam da participação feminina nas organizações de esquerda que combateram a ditadura.

O levantamento bibliográfico e o contato com fontes históricas, como entrevistas de história oral e livros de memória, levou ao conhecimento de uma série de histórias de mulheres que se opuseram à ditadura de diversas maneiras, como militantes no Movimento Estudantil, participando em organizações de esquerda clandestinas, que pegaram em armas ou não, na denúncia da prisão, tortura, morte e desaparecimento de seus/as filhos/as e maridos, na atuação no Movimento Feminino pela Anistia e no Comitê Brasileiro pela Anistia, entre outras. Estas informações foram utilizadas para a elaboração e publicação de

artigos²⁹. Além de serem utilizadas em textos didáticos e outros materiais pedagógicos em sala de aula.

Você acompanha, desde o começo, o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS. Como foi sua experiência e como você percebe a relação entre ensino, pesquisa, memória e História Pública nessa iniciativa?

Tenho buscado contribuir com o Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS, desde as primeiras reuniões de planejamento. As oficinas desenvolvidas neste Programa utilizam como materiais didáticos fac-símiles de processos administrativos de indenização de ex-perseguidos pela repressão no Rio Grande do Sul.

O contato com esses documentos possibilita conhecer as histórias de homens e mulheres que foram presos/as e torturados/as no Rio Grande do Sul e que solicitaram indenização. Através de alguns processos, previamente selecionados, a oficina busca demonstrar as diferentes formas de resistência que as organizações clandestinas de esquerda adotaram para se opor a ditadura e as ideologias que norteavam suas ações.

Além de participar das discussões e da elaboração da oficina, desde 2013, também tenho acompanhado os/as estudantes das turmas em que eu leciono no CAp da UFRGS ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) para participarem da oficina. Uma dessas experiências foi descrita e analisada no artigo intitulado "Educação Patrimonial, Direitos Humanos e Memória: um relato de experiência na educação de Jovens e Adultos", escrito em co-autoria com Marla Assumpção.³⁰ Na elaboração do texto, exploramos os nossos planos de aulas e as avaliações elaboradas pelos estudantes sobre as atividades desenvolvidas no APERS.

²⁹ RODEGHERO, C.S.; MACHADO, V. A História recente nos livros didáticos de História: a ditadura militar e a questão da anistia no Brasil. Revista *Cadernos do Aplicação* (UFRGS), v. 23, p. 165-198, 2010; MACHADO, Vanderlei. A luta das mães de presos e desaparecidos políticos contra a ditadura no Brasil. In: *Anais da Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011. <www.apers.rs.gov.br/>.

³⁰ MACHADO, V.; ASSUMPÇÃO, M. B. Educação Patrimonial, Direitos Humanos e Memória: um relato de experiência na Educação de Jovens e Adultos. *Instrumento – Revista em Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 18, p. 185-197, 2016.

Ao longo desses anos tenho levado estudantes da EJA e do nono ano do Ensino fundamental para participarem da oficina no APERS. Em relação à temática focalizada pela oficina, observa-se que os estudantes mais novos não vivenciaram o período da ditadura no Brasil, ainda que, indiscutivelmente, vivam em uma sociedade que carrega algumas marcas desse momento. Além disso, via de regra, alguns estudantes afirmam desconhecer aspectos concernentes ao período ditatorial, ainda que vários se recordem de matérias jornalísticas sobre o tema. Em relação aos estudantes da EJA, com mais de cinquenta anos, muitos/as compartilhavam, durante as discussões em sala de aula, algumas lembranças sobre o período. Entre elas, sobressaíam questões vinculadas a figuras de líderes políticos, tais como Leonel Brizola, e também ideias ainda bastante arraigadas de que durante os governos militares os índices de criminalidade e corrupção eram inexpressivos e que naquele período existia um maior respeito às hierarquias, tanto no espaço privado, da família, quanto no espaço público. Essas colocações eram desvinculadas do contexto de censura, repressão, entre outros, característicos do período histórico em questão. Destaco que tivemos estudantes que afirmaram que mudaram a visão que tinham da ditadura militar após participar da oficina no APERS. Ou seja, eles ressignificaram suas memórias a partir das informações a que tiveram acesso através da documentação presente nos processos de solicitação de indenização. As oficinas do APERS foram elaboradas por pesquisadoras/es do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e da UFRGS e elas são, enquanto práticas pedagógicas, um exemplo importante de que pesquisa, ensino e extensão são indissociáveis. Costumo afirmar que após participarem das oficinas as/os estudantes passam a dirigir outro olhar para o APERS. Ou seja, o Arquivo passa a ser reconhecido e valorizado, por uma parcela mais ampla da população, como um espaço de pesquisa e de memória.

